

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DEMOCRACIA E CONCERTO AMERICANO: A VISÃO DE O
CRUZEIRO SOBRE A ARGENTINA NAS RELAÇÕES
INTERAMERICANAS (1946-1966)**

Mateus Dalmáz

Porto Alegre

2014

Catálogo na Publicação

D148d Dalmáz, Mateus

Democracia e concerto americano : a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966) / Mateus Dalmáz. – Porto Alegre, 2014.

167 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira

1. O Cruzeiro (Revista) – História e Crítica.
2. Ideologias. 3. Relações Internacionais. 4. Argentina – Relações Exteriores. I. Silveira, Helder V. Gordim da.
II. Título.

CDD 079.81

Mateus Dalmáz

**DEMOCRACIA E CONCERTO AMERICANO: A VISÃO DE O
CRUZEIRO SOBRE A ARGENTINA NAS RELAÇÕES
INTERAMERICANAS (1946-1966)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do Grau de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Porto Alegre, agosto de 2014

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Helder Volmar Gordim da Silveira, pelas aulas, dicas e inteligência com que orientou a pesquisa desde 2010;

À CAPES, pela bolsa que permitiu a realização do doutorado;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, pela estrutura disponibilizada;

Ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, pelo acesso ao acervo da revista *O Cruzeiro*;

Aos professores dos quais fui aluno durante o doutorado – Charles Monteiro, Juremir Machado da Silva, Luciano Aronne de Abreu, Luis Carlos dos Passos Martins, Maria Lúcia Bastos Kern e René Ernaini Gertz –, pelas leituras úteis para a pesquisa e a docência;

Aos meus colegas e alunos da Univates, do Madre Bárbara e do Província de São Pedro, pelo apoio;

Aos amigos e à família, pela parceria;

À Bruna, pelo apoio, incentivo e companhia essencial.

RESUMO

Maior revista em tiragem e circulação no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, *O Cruzeiro* publicou uma variedade de assuntos nos seus 47 anos de existência, entre eles a política internacional. Um tema em especial chamou a atenção pela quantidade de publicações: a participação argentina nas relações interamericanas entre os anos quarenta e sessenta. O objetivo central da pesquisa é analisar a crítica do periódico sobre a Argentina no concerto internacional americano entre 1946, início do governo Perón, e 1966, queda do presidente Arturo Illia. Diante do questionamento sobre o significado simbólico das matérias, defende-se a hipótese de que as colunas e fotorreportagens do semanário cumprem a função ideológica de defesa da democracia e do concerto político e econômico continental. O exame das relações da Argentina com a América de um modo geral e com o Brasil em particular é feito com amparo no conceito de ideologia e na relação entre política e imprensa esclarecida por Martins (2010), na definição de campo jornalístico a partir de Bourdieu (1997) e na caracterização do jornalismo brasileiro por Ribeiro (2003). A metodologia segue os passos do uso da imprensa como fonte e objeto de estudo para a história conforme as orientações de Barbosa (1998), Elmir (1995) e Zicman (1985). A análise específica das fotorreportagens conta com o suporte fundamentalmente de Belting (2010), Joly (2003), Vilches (1997), Mauad e Lopes (2012). Considera-se que as ideias de democracia e de concerto americano produzidas pelos jornalistas são abrangentes, admitindo o respeito e a quebra do contrato social, no caso da primeira, o pan-americanismo estadunidense e o multilateralismo latino-americano, no caso da segunda. Percebe-se, por fim, a caracterização de “duas Argentinas” nas páginas revista: a de Juan Domingo Perón (em dissintonia com a concertação americana e representando um perigo ao Brasil) e a dos governos tutelados pelos militares (em sintonia com as relações interamericanas e em parceria com o Brasil).

Palavras-chave: Ideologia. Relações Interamericanas. Argentina. *O Cruzeiro*.

ABSTRACT

Largest magazine in circulation and movement in Brazil between the 1940s and 1950s, *O Cruzeiro* has published a variety of subjects in its 47 years of existence, including international politics. One theme in particular caught the attention about the number of publications: Argentina's participation in interamerican relations between forty and sixty years. The central objective of the research is to analyze the critical periodic over Argentina in American international concert from 1946, the beginning of the Perón's government, and 1966, end of President Arturo Illia's government. Faced with questions about the symbolic significance of the material, the argue is that the hypothesis that the columns and photo reports of the weekly meet the ideological function of defending democracy and political and economic continental concert. The examination of relations between Argentina and America in general, and Brazil in particular, is made up based on the concept of ideology and relationship between politics and the press informed on Martins (2010), in the field definition journalism on Bourdieu (1997) and the characterization of Brazilian journalism on Ribeiro (2003). The methodology follows the steps of using the media as a source and object of study for history as directed on Barbosa (1998), Elmir (1995) and Zicman (1985). The specific analysis of photo reports is supported primarily on Belting (2010), Joly (2003), Vilches (1997), Mauad and Lopes (2012). It is considered that the ideas of democracy and American integration produced by journalists are comprehensive, admitting the respect and breaking the social contract, in the first case, the U.S. Pan-Americanism and Latin American multilateralism, in the second. It is clear, finally, the featuring of "two Argentinas" in the magazine pages: that of Juan Domingo Perón (disharmony with the inter-american integration and represent a rivarly to Brazil) and protected by the military governments (in line with the relations inter-american and in partnership with Brazil).

Keywords: Ideology. Interamerican Relations. Argentina. *O Cruzeiro*.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1 O CRUZEIRO NO CAMPO JORNALÍSTICO.....	17
1.1 O campo de produção ideológica.....	17
1.2 O campo jornalístico.....	20
1.3 <i>O Cruzeiro</i> como fonte e objeto de pesquisa.....	23
2. DA DISSINTONIA AO CONCERTO: A ARGENTINA NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS.....	37
2.1 A dissintonia argentina durante o governo Perón (1946-1955).....	37
2.2 A sintonia argentina durante a democracia restringida (1955-1966).....	49
3. DO PERIGO À PARCERIA: A ARGENTINA NAS RELAÇÕES COM O BRASIL.....	87
3.1 O perigo argentino durante o governo Perón (1946-1955).....	87
3.2 A parceria argentina durante a democracia restringida (1955-1966).....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Invasão dos jornalistas argentinos.....	44
Figura 2 – Fracasso dos peronistas da imprensa.....	45
Figura 3 – Anjo de cara suja.....	54
Figura 4 – Documentos “conspiratórios”.....	55
Figura 5 – Seminário de abertura da conferência de New York.....	62
Figura 6 – Dulles e Negrão de Lima.....	63
Figura 7 – Democracia e Concerto Político.....	64
Figura 8 – Frondizi depositando voto.....	72
Figura 9 – Protestos contra o golpe militar.....	73
Figura 10 – O fim do governo Frondizi.....	74
Figura 11 – General Aramburu.....	79
Figura 12 – O dia das eleições.....	80
Figura 13 – Perón e Eva.....	91
Figura 14 – O Inimigo Nº 1 de Perón.....	96
Figura 15 – Livros contra o Brasil.....	101
Figura 16 – Perón lendo Jornal.....	104
Figura 17 – Perón, Evita e Dutra.....	105
Figura 18 – A Máscara da Tragédia.....	108
Figura 19 – Em Outros Tempos.....	109
Figura 20 – O Começo do Fim.....	110
Figura 21 – Imagem do Presente.....	111
Figura 22 – Câmara Mortuária.....	112
Figura 23 – Caixão de Evita.....	113

Figura 24 – Perón.....	114
Figura 25 – Primeira Dama.....	116
Figura 26 – Quase Vice-Presidente.....	117
Figura 27 – Chefe Espiritual da Nação.....	118
Figura 28 – Posando de Vice Rei.....	121
Figura 29 – Paraguai em passo de ganso.....	124
Figura 30 – O Beijo de Judas.....	125
Figura 31 – Estudantes.....	129
Figura 32 – Frondizi e JK.....	139
Figura 33 – Frondizi e ministros brasileiros.....	140
Figura 34 – Homenagens a Frondizi.....	141
Figura 35 – Frondizi em São Paulo.....	142
Figura 36 – Frondizi e Jânio.....	146
Figura 37 – Carreata em Uruguaiana-RS.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matérias Analisadas.....	26
Tabela 2 – Progressão da tiragem de <i>O Cruzeiro</i>.....	27
Tabela 3 – Colunas e Fotorreportagens.....	35
Tabela 4 – Jornalistas, Colunas e Fotorreportagens do Capítulo 2.....	85
Tabela 5 – Jornalistas, Colunas e Fotorreportagens do Capítulo 3.....	154

INTRODUÇÃO

A revista *O Cruzeiro* marcou época no jornalismo brasileiro. Entre 1928 e 1975, período em que foi editada, bateu recordes de tiragem e circulação semanal no país, sobretudo nos anos 1950. Reuniu jornalistas, fotógrafos, ilustradores e literatos que alcançaram enorme destaque nacional. Foi pioneira no uso de fotorreportagens e no amplo espaço para imagens em suas páginas. Fez parte de um dos maiores conglomerados de veículos de comunicação do Brasil, os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Abordou os mais variados assuntos, entre eles cultura, economia, sociedade, esportes, literatura e política. Em relação a este último, tratou de temas relevantes no cenário nacional e internacional. Um assunto em especial chamou a atenção pela grande quantidade de publicações: a Argentina no concerto político e econômico da América.

Entre 1946 e 1955, o governo de Juan Domingo Perón foi o foco de inúmeras matérias que acompanharam de perto a trajetória política interna e externa da Argentina naqueles anos. As páginas do periódico deram conta de assuntos como a popularidade do líder argentino e de Eva Perón, o vínculo do presidente com os sindicatos dos trabalhadores, as oposições ao peronismo, as relações internacionais do país no âmbito americano e as específicas com o Brasil.

Após a queda de Perón, em 1955, o semanário seguiu acompanhando a dimensão interna e externa de sucessivos governos da Argentina. Entre 1955 e 1966, fase da história política argentina marcada por uma democracia restringida pelas Forças Armadas, diversas matérias abordaram as gestões de presidentes militares, como Eduardo Lonardi e Pedro Aramburu, e de civis, como Arturo Frondizi, José Maria Guido e Arturo Illia. Foram publicados temas como as restrições ao peronismo, os sufrágios eleitorais, as intervenções militares e, do mesmo modo que na época de Perón, o cenário externo envolvendo a Argentina e a América Latina.

Diante de tais assuntos, o objetivo central desta pesquisa é analisar a visão da revista *O Cruzeiro* sobre a Argentina no concerto americano entre 1946 e 1966. Em outras palavras, pretende-se compreender as notícias e a opinião do periódico a respeito das relações interamericanas da Argentina durante as fases correspondentes ao governo Perón (1946-1955) e à democracia tutelada pelos militares (1955-1966).

Justifica-se o espaço de tempo aqui delimitado pela constatação de que, num contexto histórico marcado pelo início da Guerra Fria (1947-1991), as relações internacionais no âmbito americano passaram por importantes mudanças entre as décadas de 1940 e 1960. Uma delas tem a ver com o pan-americanismo, um projeto de integração continental proposto pelos Estados Unidos ainda no século XIX e que vivia um processo de retração naquele momento. Vale lembrar que o pan-americanismo passou por diferentes fases desde as suas primeiras conferências. Entre os anos 1890 e o início da década de 1930, houve um frustrado período de implantação, uma vez que o objetivo de criar um sistema interamericano de paz e comércio não foi alcançado, muito em função da atitude intervencionista dos Estados Unidos na América Central e das justificativas de domínio político e econômico do Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe. Já dos anos 1930 até o final da II Guerra Mundial (1939-1945), a partir de uma política de boa vizinhança, o pan-americanismo vivenciou o período de consolidação com o alinhamento político da América Latina aos Estados Unidos e os acordos comerciais pautados no livre-comércio envolvendo exportações de matérias-primas e importação de produtos industrializados por parte dos países latino-americanos. Entre o final do conflito mundial e a década de 1960, o pan-americanismo entrou num período de decadência, como se disse, em razão do maior interesse estadunidense em investir no amparo econômico das áreas fronteiriças à União Soviética.

Tal situação abriu espaço para outra mudança significativa nas relações interamericanas naquele período. Trata-se do multilateralismo a partir da iniciativa dos países latino-americanos e, sobretudo, dos projetos de integração econômica formulados pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Entre os anos 1940 e 1960, o pan-americanismo conviveu com novas características da concertação política e econômica no continente, como o multilateralismo (e não apenas o bilateralismo com os Estados Unidos), o paradigma desenvolvimentista (além do liberal) e a concepção gradualista de integração cepalina (visando um mercado comum).

Ainda durante o espaço de tempo abrangido pela pesquisa, cabe destacar que dois paradigmas de desenvolvimento fizeram parte do panorama político e econômico da América Latina. Por um lado, o liberal, que defendia a associação ao capital estrangeiro; o alinhamento aos Estados Unidos para obtenção de investimentos, tecnologias e mercados consumidores; e o engajamento no combate ao socialismo nos marcos do sistema de segurança coletivo proposto por Washington durante a Guerra Fria. Por outro, o nacionalista, que valorizava o capital público e privado nacional, restringindo a entrada do capital estrangeiro; o distanciamento em relação aos Estados Unidos em favor de maior autonomia para a busca de novas parcerias econômicas, além da norte-americana; e o desengajamento no conflito Leste (socialista) x Oeste (capitalista) em benefício da política de atração de recursos do hemisfério Norte (países desenvolvidos) para o Sul (países subdesenvolvidos). Entre as décadas de 1940 e 1960, em boa parte da América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil, amadureceu o vínculo entre o desenvolvimento econômico industrial e a política externa, sendo esta considerada estratégica para aquela. Nos vinte anos aqui abordados, os governos Perón, Lonardi, Aramburu, Frondizi e Illia buscaram o desenvolvimento industrial a partir de diferentes modelos econômicos e formas de conduzir a política exterior, os quais repercutiram na trama política interna (com as restrições ao peronismo, as agitações do movimento sindical e as intervenções militares no processo democrático) e externa (com a terceira via proposta por Perón, a aproximação aos Estados Unidos e ao Brasil nas fases seguintes).

Importa salientar que durante os anos 1940 e 1960 houve mudanças significativas nas relações entre a Argentina e o Brasil. Os planos autonomistas de Perón, visando conduzir a América Latina para uma postura equidistante dos Estados Unidos e da União Soviética (terceira via), reforçavam a competição com o Brasil pelo papel de liderança política na região. Após-1955, porém, houve maior aproximação da Argentina ao projeto pan-americano (nos governos Lonardi, Aramburu e Guido), às iniciativas multilaterais latino-americanas (nos governos Frondizi e Illia) – como a Operação Pan-Americana (OPA) e a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) – e ao Brasil em decorrência disso, embora a rivalidade entre os países não tenha desaparecido. De qualquer modo, a atuação em conjunto nas iniciativas multilaterais e até mesmo na oposição à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Conferência Pan-Americana de Punta del Este, em 1962, demonstram a maior aproximação entre ambos.

O exame das matérias de *O Cruzeiro* sobre a Argentina no concerto americano entre 1946 e 1966, portanto, trata de aspectos relevantes da história das relações internacionais da América Latina, como as mudanças no concerto interamericano, a disputa entre paradigmas de desenvolvimento, as políticas externas voltadas para o desenvolvimento econômico e as importantes aproximações entre a Argentina e o Brasil no século XX. A abordagem do período correspondente ao governo Perón e à democracia restringida também se justificativa, por fim, pela pretensão de não limitar a pesquisa à análise do governo Perón, e sim, da Argentina nos vinte anos aqui delimitados.

Considerando o objetivo central e o contexto histórico apontado, questionou-se: qual o sentido das matérias da revista sobre a Argentina nas relações interamericanas entre 1946 e 1966? Isto é, a problematização se refere ao significado simbólico que existe nas publicações do semanário a respeito do tema.

Toma-se como hipótese que as matérias expressam o sentido ideológico de defesa da democracia e do concerto americano. Sustenta-se, portanto, que as reportagens e artigos do periódico cumprem um papel ideológico de defender o regime democrático no continente e a concertação política e econômica da América. O conceito de democracia na revista se refere ao respeito à liberdade individual e política e também ao direito de quebra do contrato social. A concepção de concerto americano nas matérias inclui o projeto pan-americano e as iniciativas multilaterais da América Latina e exclui o “terceirismo” peronista e a política externa independente brasileira.

Como referencial teórico, utiliza-se os esclarecimentos feitos por Luis Martins (2010) sobre a relação entre o jornalismo e a política. O autor salienta que, por mais que a imprensa possa expressar formas simbólicas com sentido ideológico, não se pode considerá-la como uma simples porta-voz da ideologia de um grupo social. É preciso levar em conta o conceito de “campo de produção ideológica”, caracterizado por ser um espaço de disputa de visões de mundo produzidas por campos especializados (como o econômico, o político, o jornalístico etc.). As visões de mundo são produções simbólicas que podem assumir a função ideológica de manter ou transformar relações de dominação, caso apareçam como sendo as mais legítimas perante a sociedade. O efeito de legitimação, por sua vez, é condicionado pelas particularidades do campo especializado (no caso desta pesquisa, o campo jornalístico) que produziu as visões de mundo, podendo ter certo grau de autonomia diante das pressões exercidas por grupos sociais. Considera-se, assim, que as matérias de *O Cruzeiro* se constituem em formas simbólicas que expressam visões de

mundo de seus jornalistas. Estas buscam legitimidade social através da revista para cumprirem o papel ideológico de defender, como se disse, a democracia e o concerto americano.

Caracteriza-se o campo jornalístico de acordo com Bourdieu (1997), para quem, além de se tratar de um espaço de disputa entre visões de mundo em busca de legitimidade social, obtém maior autonomia a partir do distanciamento em relação a outros campos dos quais nasceu atrelado, como o político e o literário. A maior autonomia é obtida a partir da diversificação dos assuntos das matérias e do aumento do espaço publicitário. Com os estudos de Ribeiro (2003) sobre a história do jornalismo brasileiro, considera-se que houve uma autonomia parcial do campo jornalístico no país por volta da década de 1950 em função dos vínculos ainda existentes com o campo político. A revista *O Cruzeiro*, assim, é tratada como uma importante representante do jornalismo no Brasil, naquele período, e, como tal, apresenta os aspectos de autonomia parcial do campo jornalístico identificados pela autora.

Metodologicamente, procedeu-se de acordo com as recomendações de Barbosa (1998), Elmira (1995) e Zicman (1985) sobre o uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa pela história. Os autores propõem que se leve em consideração a subjetividade da produção das publicações, a diferença entre emissão e recepção dos sentidos veiculados pela revista, a necessidade de uma quantidade significativa de matérias para um estudo qualitativo, a confrontação dos dados com uma bibliografia especializada sobre o tema e, também, a caracterização geral do periódico estudado. O exame das fotorreportagens seguiu as orientações fundamentalmente de Belting (2010), Joly (2003), Mauad e Lopes (2012) e Vilches (1997), que consideram a subjetividade da representação do real no ato fotográfico.

Cabe esclarecer que, nesta pesquisa, examina-se o objetivo central – analisar as relações interamericanas da Argentina no semanário – tanto no espaço informativo (reportagens) quanto no opinativo (colunas, artigos) da revista. Pelo grande destaque das reportagens e, principalmente, das fotorreportagens nas páginas do semanário, considera-se que o espaço informativo atinge um público relativamente maior do que aquele para o qual as colunas com artigos opinativos se destinam.

A pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro, “*O Cruzeiro* no campo jornalístico”, analisa mais de perto os referenciais teóricos e metodológicos antes mencionados. O conceito de campo de produção ideológica, a definição de campo

jornalístico e o uso de *O Cruzeiro* como fonte e objeto de pesquisa são os temas de cada item.

O segundo, “Da Dissintonia ao Concerto: a Argentina nas Relações Interamericanas”, trata do exame das matérias da revista que abordaram as relações interamericanas da Argentina entre 1946 e 1966. Na primeira parte, “A dissintonia argentina durante o governo Perón (1946-1955)”, estuda-se as reportagens e colunas relativas ao governo Perón que expressaram o desconcerto do país com o continente naquele momento. Na segunda, “A sintonia argentina durante a democracia restringida (1955-1966)”, referente ao período pós-1955, são abordadas as matérias que demonstraram maior integração continental argentina.

O terceiro capítulo, “Do Perigo à Parceria: a Argentina nas relações com o Brasil”, por fim, refere-se às relações entre os dois países durante os vinte anos aqui delimitados. A primeira parte, “O perigo argentino durante o governo Perón (1946-1955)”, reúne matérias que destacaram a rivalidade com o governo Perón. Já a segunda, “A parceria argentina durante a democracia restringida (1955-1966)”, analisa as colunas e reportagens que externaram momentos de aproximação entre a Argentina e o Brasil.

Embora sejam feitas análises pontuais sobre o papel ideológico das publicações nos capítulos dois e três, optou-se por reservar às considerações finais uma síntese sobre o sentido das matérias.

1 O CRUZEIRO NO CAMPO JORNALÍSTICO

As matérias de *O Cruzeiro* sobre a Argentina no concerto americano, entre 1946 e 1966, são aqui tratadas como formas simbólicas de uma ideologia favorável à democracia e à integração política e econômica do continente. Atuante no campo jornalístico, a revista criticou negativamente o autoritarismo e a dissintonia argentina com a concertação americana, especialmente nos anos correspondentes ao governo de Perón (1946-1955), e saudou os momentos de combate ao peronismo e de aproximação da Argentina aos Estados Unidos e à América Latina durante o período da democracia tutelada pelos militares, entre 1955 e 1966. Tal análise requer esclarecimentos sobre os conceitos de ideologia e de campo jornalístico, acima citados, bem como a respeito dos procedimentos metodológicos do uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa pela história, os quais são tratados neste capítulo.

1.1 O campo de produção ideológica

Para a abordagem do conceito de ideologia, convém lembrar a polissemia da palavra, cuja variação se relaciona com as diferentes concepções do termo. A trajetória histórica do conceito elaborada por John Thompson (1999) revela uma ambiguidade entre as concepções críticas, que consideram a ideologia como ideias ilusórias sobre a realidade, e as concepções neutras, que não a tratam como uma falsa representação do real¹. A variação de significado do termo esteve presente desde as discussões em torno da “Ciência

¹ Por concepções críticas, Thompson esclarece que “... são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo. Diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos (1999, p. 73).

das Ideias” elaborada pelo filósofo francês Destutt de Tracy, no século XVIII², passando pela obra de Marx e Engels (em livros como “A Ideologia Alemã” e “Uma contribuição à crítica da economia política”), no século XIX³, e por autores de dentro do marxismo (como Lênin e George Lukács) e de fora daquela tradição de pensamento (como Karl Mannheim) no século XX⁴. Thompson (1999) também propôs uma definição de ideologia a partir de uma concepção crítica do termo⁵.

O conceito de ideologia aqui empregado é amparado pelos esclarecimentos feitos por Luis Martins (2010) a respeito da relação entre o jornalismo e a política. Por mais que a imprensa possa expressar formas simbólicas⁶ com sentido ideológico, não se pode considerá-la como uma simples porta-voz da ideologia de um grupo social. Baseado nos estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, Martins (2010)⁷ argumenta que o jornalismo faz parte de um “campo de produção ideológica”, isto é,

² A “Ciência das Ideias” ou “Ideologia” recebeu críticas no início do século XIX, particularmente do líder do império francês, Napoleão Bonaparte, que acusou a “Ideologia” de ser uma doutrina especulativa, abstrata e separada da realidade. Para Thompson (1999), a argumentação em torno da qual o termo significava ideias desconectadas do real deu origem a uma concepção crítica ou negativa de ideologia.

³ Thompson (1999) identifica três concepções de ideologia na obra de Marx e Engels: a “polêmica”, que discorda da noção de ideologia como doutrina política que trata as ideias como autônomas, já que são, na verdade, desconectadas da realidade; a “epifenomênica”, onde o termo é concebido como um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante; e a “latente”, para a qual ideologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações de dominação de classe.

⁴ Conforme Thompson (1999), o conceito de ideologia passou por um processo de neutralização com os escritos de Lênin sobre a ideologia socialista e de George Lukács sobre a ideologia do proletariado, na medida em que, para eles, a ideologia se refere a ideias que expressam os interesses das principais classes envolvidas nos conflitos sociais, não sendo abstratas ou ilusórias como visto nas concepções de Marx. Fora do marxismo, Karl Mannheim elaborou uma sociologia do conhecimento, um método de pesquisa na história social e intelectual (e não uma arma intelectual de um partido) através da formulação geral do conceito de ideologia, definida como sistemas de pensamento e modos de experiência compartilhados por toda sociedade, inclusive os analistas científicos. Thompson (1999) salienta que Mannheim também distinguiu os conceitos de utopia e ideologia, caracterizando ambos como ideias que não podem ser concretizadas na ordem social existente.

⁵ Para o autor, “estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação” (1999, p. 76).

⁶ Considera-se as formas simbólicas como sendo “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1999, p. 79).

⁷ Luis Carlos dos Passos Martins, no desenvolvimento da tese de doutorado intitulada *A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional* (PUCRS. Porto Alegre, 2010), sintetizou o pensamento de Pierre Bourdieu a partir de nove obras do sociólogo francês: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987; “O campo econômico”. *Política & Sociedade*, n. 6, p. 15-58; *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990; *La Distanciation*. Paris: Minuit, 1979; “L’Emprise du journalisme. La Recherche en Sciences Sociales”, *Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994; “Espaço social e espaço simbólico”. In.: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papyrus, 1996, p. 13-34; *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989; *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

um espaço de conflito no qual se disputa a visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes, onde projetos e programas de ação são legitimados ou desautorizados no debate público. Entretanto, mesmo que o CPI [Campo de Produção Ideológica] possa realizar a tarefa que ele [Bourdieu] classifica como função ideológica – ou seja, ter um papel significativo no processo de legitimação dos grupos sociais e seus projetos de poder –, esse processo passa por uma série de mediações, devendo incorporar os interesses específicos e a lógica interna aos produtores culturais (MARTINS, 2010, p. 12).

Dos apontamentos feitos por Martins (2010) a respeito do conceito de Pierre Bourdieu, três aspectos importantes são salientados. O primeiro é o de que o campo de produção ideológica se constitui num *espaço de conflito*, onde diferentes visões sobre o mundo social concorrem para se impor como a mais legítima, com a intenção de conservar ou mudar a ordem social. Trata-se de uma luta simbólica, que ocorre “... essencialmente pela disputa em torno da imposição do sentido social ou coletivo dos grupos sociais – definidos por sua posição geral na sociedade e/ou por sua posição específica em determinado campo de produção – e das características, das ideias, dos programas, dos projetos, que a eles estão associados” (MARTINS, 2010, p. 54). O difuso e instável significado dos símbolos abre espaço para o conflito em torno do qual os agentes sociais lutam para inserir suas visões de mundo.

O segundo aspecto se refere à *função ideológica* que o campo de produção ideológica pode exercer, uma vez que as visões de mundo em disputa têm a possibilidade de assumir um “... papel significativo no processo de encobrimento das diferenças sociais objetivas que dão base à estrutura de uma sociedade dividida em classes” (MARTINS, 2010, p. 55). Martins (2010) esclarece que, para Pierre Bourdieu, os conceitos de ideologia e de função ideológica são diferentes, já que o sociólogo francês considera como ideologia as formas de representação sobre o mundo social, as quais são elaboradas por um campo especializado (como o político, o científico ou o artístico), não havendo necessariamente uma contribuição para o processo de dominação, enquanto que a função ideológica seria justamente uma tentativa de atingir aquele propósito. Assim, Martins (2010) salienta que, para Bourdieu, a ideologia pode exercer um papel ideológico de legitimidade da ordem social.

O terceiro aspecto, por sua vez, diz respeito ao *efeito de legitimação* das formas simbólicas produzidas por um campo especializado. Por mais que se pudesse considerar que os grupos sociais externos pressionem os integrantes de um determinado campo a expressar formas simbólicas de acordo com os seus interesses, não há uma subordinação

dos segundos em relação aos primeiros. Afinal, “no pensamento de Bourdieu, a satisfação dos interesses dos grupos sociais externos pelos produtos culturais deve obedecer à lógica específica do próprio campo de produção” (MARTINS, 2010, p. 56). É possível, portanto, identificar um grau de autonomia da imprensa em relação aos grupos sociais que a pressionam para produzir determinadas formas simbólicas⁸.

Levando-se em conta tal aspecto é que se torna relevante a caracterização do campo jornalístico, onde a revista *O Cruzeiro* se insere. Não se trata de um campo homogêneo e unificado, e sim, de “um espaço de luta, onde se dá uma série de conflitos entre agentes, ideias, programas e projetos que buscam legitimidade social” (MARTINS, 2010, p. 12). O conceito de campo jornalístico é o tema do próximo item.

1.2 O campo jornalístico

Para Pierre Bourdieu (1997), o conceito de campo jornalístico oferece importantes suportes de análise sobre os órgãos de comunicação, uma vez que dá conta não apenas da caracterização da imprensa, como também do seu grau de autonomia perante outros campos de produção cultural da sociedade, como o jurídico, o político, o literário, o artístico e o científico. O campo jornalístico, conforme o autor, alcança maior autonomia como produtor cultural na medida em que consegue se afastar de dois campos em torno dos quais esteve bastante atrelado na sua origem: o político e o literário. Examinando-se a história da imprensa no Brasil, percebe-se o quanto os primeiros periódicos, surgidos no século XIX, continham um conteúdo quase que exclusivamente político-partidário – no caso dos jornais fundados por políticos ou partidos políticos – ou literário – situação das revistas sustentadas por intelectuais da área da literatura. Ao longo do século XX, no entanto, o atendimento às demandas do mercado, que procurava maior diversidade de

⁸ Sobre a não subordinação do campo jornalístico ao político, Martins (2010) argumenta: “Os jornais, como empresas de comunicação, estão associados ao capitalismo e, deste modo, têm um vínculo estrutural com a defesa de suas regras, como a liberdade de imprensa e a garantia da propriedade. O que desejamos criticar é a noção de que os possíveis ‘interesses’ da classe economicamente dominante se exerçam diretamente sobre os sistemas de produção simbólica, sem nenhuma forma de mediação interna, e que, desta maneira, a imprensa constitua uma instituição monolítica na defesa dos mesmos, sem espaço para fissuras. Por essas questões, consideramos que o entendimento da forma como a imprensa se insere na arena de discussão deve procurar um modelo de interpretação que, mesmo sem negar o peso das demandas sociais externas sobre os jornais, permita dar conta: de um lado, de uma compreensão do papel dos jornais na expressão dos diversos interesses que sobre eles se exercem para além da condição de porta-voz passivo de grupos de interesses ou suporte da ideologia dominante; de outro lado, de uma visão da inserção da imprensa na esfera de debates que leve em consideração a sua especificidade como espaço de produção cultural, em especial na sua relação institucional com os demais espaços” (p. 44).

assuntos e aparente isenção por parte da mídia, fez com que a imprensa passasse a se sustentar menos pelos seus vínculos políticos e literários do que pelo número de leitores e anunciantes que possuía. Era o início, então, de uma maior independência do campo jornalístico em relação aos demais. Sobre o processo de autonomia da imprensa, Bourdieu (1997) considera que

o campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes. O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes (p. 102).

O autor argumenta da mesma forma em relação ao jornalista:

Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida, da posição de seu jornal nos espaços dos jornais, isto é, mais ou menos perto do polo “intelectual” ou do polo “comercial”; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa (efetivo, free-lancer, etc.), que determina as diferentes garantias estatutárias (ligadas sobretudo à notoriedade) de que ele dispõe e também seu salário (fator de menor vulnerabilidade às formas suaves de relações públicas e de menor dependência com relação aos trabalhos de sustento ou mercenários através dos quais se exercem influência dos patrocinadores); e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma de informação (sendo certos jornalistas, como os vulgarizadores científicos ou os jornalistas econômicos, particularmente dependentes) (1997, p. 102-103).

O atendimento às demandas do mercado, portanto, faz com que o campo jornalístico possa adquirir maior autonomia perante partidos políticos, intelectuais e o próprio Estado. O conteúdo das matérias veiculadas pela imprensa, ao ampliar o espaço publicitário, diversificar os assuntos e conquistar o público leitor, é dotado de maior independência, embora as questões comerciais possam inibir a abordagem de temas que – sem a pressão do mercado – a imprensa poderia ter interesse em desenvolver. Tal situação é tratada por Bourdieu como sendo o da vitória do polo comercial diante dos valores puros da profissão:

Para compreender como o campo jornalístico contribui para reforçar, no seio de todos os campos, o “comercial” em detrimento do “puro”, os produtores mais sensíveis às seduções dos poderes econômicos e políticos à custa dos produtores mais aplicados em defender os princípios e os valores da “profissão”, é preciso a

uma só vez perceber que ele se organiza segundo uma estrutura homóloga à dos outros campos e que nele o peso do “comercial” é muito maior (1997, p. 104).

Ainda com o propósito de firmar a importância do mercado como meio através do qual o campo jornalístico obtém seu maior grau de autonomia, o autor escreve que,

... assim como o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário, ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência (ainda que a ajuda do Estado possa assegurar certa independência com relação às pressões imediatas do mercado) (1997, p. 106).

O vínculo com as exigências do mercado e a independência em relação à política e à literatura fazem com que o campo jornalístico seja marcado, de um lado, por uma forte concorrência entre os meios de comunicação e, de outro, derivado do primeiro aspecto, por uma certa homogeneização do conteúdo jornalístico. Conforme Bourdieu, “na lógica específica de um campo orientado para a produção desse bem altamente precíval que são as notícias, a concorrência pela clientela tende a tomar a forma de uma concorrência pela prioridade, isto é, pelas notícias mais novas (o furo) – e isso tanto mais, evidentemente, quanto se está mais próximo do polo comercial” (1997, p. 106-107). A concorrência leva à outra característica acima exposta, a da tendência à uniformidade da oferta:

Outro efeito de campo, absolutamente paradoxal, e pouco favorável à afirmação da autonomia, coletiva o individual: a concorrência incita a exercer uma vigilância permanente (que pode chegar à espionagem mútua) sobre as atividades concorrentes. (...) A concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a *uniformidade* da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão com vasta audiência (BOURDIEU, 1997, p. 107-108).

Tais considerações elaboradas por Bourdieu a respeito do campo jornalístico são referências importantes para o estudo da revista *O Cruzeiro*, uma vez que se percebe no periódico os traços de uma imprensa seduzida pelo polo comercial, portanto, em busca de leitores, com amplo espaço publicitário e revelando maior autonomia em relação ao campo político e literário. Há, no entanto, limites no processo de modernização e de autonomia da imprensa brasileira na segunda metade do século XX, os quais se evidenciam com o exame da história do jornalismo no país durante aquele período. Os dados que apontam para o processo de modernização da revista e para a sua maior autonomia em relação à política e à

literatura devem ser confrontados com a percepção de que no Brasil, de um modo geral, e no estado do Rio de Janeiro, em particular, o campo jornalístico, por mais que vivenciasse uma fase de mudanças a partir dos anos 1950, ainda se encontrava dependente dos antigos suportes do século XIX, como a política e o Estado.

Conforme Ana Paula Ribeiro (2003),

... o aspecto político jamais desapareceu totalmente exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas, por isso os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade (p. 156).

Ribeiro (2003) destaca que, a partir dos anos 1950, os jornais do Rio de Janeiro receberam influência do jornalismo praticado nos Estados Unidos e uma série de mudanças marcou tanto a forma quanto o conteúdo dos periódicos. Entre as inovações estavam a linguagem mais objetiva; a narrativa que favorecia a dinâmica e a rapidez; um novo *design*, com padronização e organização da perspectiva visual; o uso do fotojornalismo; a profissionalização do jornalista, atenuando o caráter de ocupação provisória na área; o surgimento de universidades e de cursos de ensino superior de jornalismo; e, por fim, a própria transformação das empresas jornalísticas, substituindo a improvisação pelo planejamento e pela programação racional. O jornalismo no Brasil, assim, vivia uma fase de transição entre a influência francesa (com seus textos mais densos, subjetivos, literários e sem apelo visual) e a norte-americana.

A revista *O Cruzeiro* se insere no processo de modernização da imprensa brasileira naquele período e expressa tanto a influência do jornalismo norte-americano quanto os limites das transformações dos periódicos no Brasil, uma vez que a autonomia em relação à política não se mostrou completa. Para o exame de tais aspectos, são importantes os procedimentos metodológicos expostos a seguir.

1.3 *O Cruzeiro* como fonte e objeto de pesquisa

Além dos referenciais teóricos antes comentados, o uso de *O Cruzeiro* como fonte e objeto de pesquisa segue importantes procedimentos metodológicos. Entre eles estão a

consideração da subjetividade da produção das matérias e da diferença entre emissão e recepção dos sentidos veiculados pelo periódico, a necessidade de uma quantidade significativa de matérias para um estudo qualitativo do tema, a confrontação dos dados da revista com uma literatura crítica sobre o tema e, por fim, a caracterização geral do semanário.

O ponto de partida para o tratamento metodológico relativo à imprensa é considerar o caráter subjetivo da produção de matérias. Esclarece Marialva Barbosa (1998) que “os meios de comunicação, ao selecionarem o que se passa no mundo, o que vai ser ou não notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão, na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento” (p. 87). Os agentes sociais responsáveis pela produção simbólica veiculada pela revista, como se comentou anteriormente, estão num espaço de disputa por visões de mundo. Percebe-se, assim, que a ideia central do conceito de campo jornalístico, antes analisado, converge com o argumento básico de Barbosa (1998) no que diz respeito à subjetividade. Os principais colaboradores de *O Cruzeiro* nos assuntos relacionados à política internacional, como Austregésilo de Athayde, David Nasser, Drew Pearson e Theóphilo de Andrade, são aqui tratados como defensores de ideias, projetos e programas que nem sempre coincidem, como se verá nos capítulos seguintes.

Também importa levar em consideração que a emissão e a recepção das formas simbólicas publicadas na imprensa são diferentes. O sentido da produção simbólica, originada dentro do campo jornalístico, não necessariamente é o mesmo daquele apreendido pelos leitores da revista. É o que afirma Cláudio Elmir (1995), quando escreve que, “muitas vezes, a recepção pode não realizar o desejo daqueles que emitiram determinado juízo sobre alguma questão. Devemos levar em conta este tipo de diferenciação para evitarmos concluir através de nossa leitura intensiva relações que o leitor empírico na sua leitura extensiva não estabeleceu com o texto, ou com as ideias” (1995, p. 23). Nesta pesquisa, estudam-se os sentidos ligados à emissão das formas simbólicas e não a recepção das mesmas. Tal esclarecimento é importante, uma vez que delimita o objeto de análise na revista e não no público leitor. A distinção entre emissão e

recepção é abordada por Thompson (1999), quando considera que a comunicação de massa⁹

... implica, geralmente, uma transmissão de mensagens de mão única, do transmissor para o receptor. Ao contrário da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que escuta é também um respondente em potencial, a comunicação de massa institui uma ruptura fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de contribuir no curso e no conteúdo do processo de comunicação (1999, p. 288).

Outro referencial para o uso da imprensa como fonte histórica é a necessidade de uma quantidade significativa de matérias para um estudo qualitativo do tema. É possível dar conta de constâncias e inconstâncias do assunto e do tom opinativo sobre ele ao longo do tempo. Busca-se, com tal providência, a qualidade da interpretação, uma vez que

... a regularidade, a constância da ideia encontrada é muito importante. E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição ou, ao contrário, da inconstância, da ocasionalidade e, talvez por isto, do necessário descarte. (...) A análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia (ELMIR, 1995, p. 23).

Nos vinte anos examinados na revista (1946-1966), foram identificadas 110 matérias sobre política internacional envolvendo a Argentina. As reportagens e artigos do periódico foram agrupados em dois eixos temáticos (relações da Argentina com a América e com o Brasil) e analisados em duas conjunturas históricas diferentes (o governo Perón, 1946-1955; e o período democrático tutelado pelo militares, 1955-1966). Os números são bastante equilibrados quando se visualiza os temas em torno dos quais as matérias foram agrupadas (Tabela 1).

⁹ Por comunicação de massa, Thompson (1999) entende ser : “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (p. 288). O autor também esclarece que o termo “massa” pode estar associado tanto a audiências amplas - de grandes jornais e televisões, por exemplo -, quanto a audiências reduzidas, relacionadas a periódicos que estão na sua fase inicial. Desta maneira, para Thompson (1999), “... o termo ‘massa’ não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos; o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores” (p. 287).

Tabela 1 – Matérias Analisadas

Temas	Quantidade de Matérias Analisadas	
	1946 – 1955	1955 – 1966
Argentina e América	15	39
Argentina e Brasil	40	16

Percebe-se que, durante o primeiro período, as relações entre o Brasil e a Argentina mereceram grande atenção do semanário, muito em função das preocupações em torno da soberania brasileira diante do governo Perón, como será visto mais adiante. No segundo período os números se inverteram, sinal de que a concertação americana com a inclusão da Argentina – e não tanto as relações específicas entre os dois países – foi o maior alvo da revista, como se verá no capítulo seguinte.

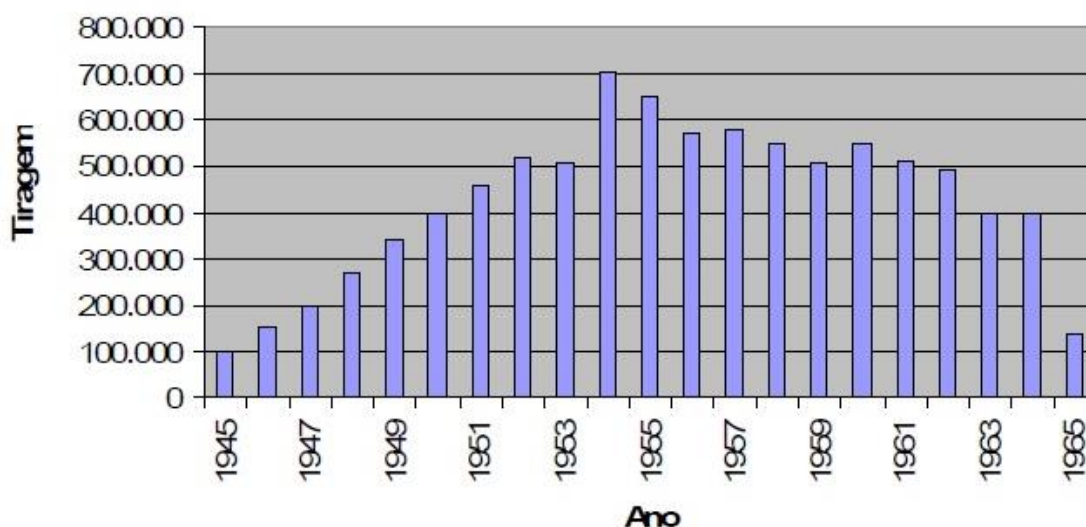
A pesquisa envolvendo a imprensa também requer a confrontação dos dados do periódico com uma literatura crítica sobre o tema. Afinal, “a imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica. É imprescindível a pesquisa bibliográfica – tanto de trabalhos de pesquisa como de textos teóricos – para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o nosso assunto ou temas correlatos (ELMIR, 1995, p. 25). A análise das matérias conta com o suporte oferecido pela contextualização histórica da conjuntura política argentina entre 1946 e 1966, bem como das relações internacionais da América Latina envolvendo particularmente a Argentina naquele período.

René Zicman (1985), por sua vez, aponta para a necessidade de uma caracterização geral do periódico, uma vez que “... a imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados” (1985, p. 90). Diante disso, importa considerar os aspectos históricos e jornalísticos da revista, que auxiliam na abordagem teórica e metodológica aqui proposta.

O Cruzeiro foi um periódico importante na história do jornalismo brasileiro. Lançada em novembro de 1928, a revista estreou circulando simultaneamente em grandes cidades do país (as principais capitais) e do exterior (Buenos Aires e Montevideu). À tiragem modesta dos primeiros anos do semanário (cerca de 17.000 exemplares/semana

nos anos 1930) se contrapõe uma impressionante expansão: cerca de 350.000 no final da década de 1940 e 650.000 no decênio seguinte (MEYRER, 2007, p. 32). Através do gráfico da Tabela 2, percebe-se que a década de 1950 foi o auge do número de edições da revista.

Tabela 2 – Progressão da tiragem de *O Cruzeiro*



Fonte: MEYRER (2007, p. 32).

Entre as razões de sua grande tiragem e circulação está o fato de ter feito parte dos Diários Associados, o conglomerado de veículos de comunicação comandado por Assis Chateaubriand. Formado em direito, o paraibano teve sua trajetória profissional associada ao jornalismo desde os anos 1910, no nordeste, até seu estabelecimento definitivo no sudeste do país a partir da década de 1920 (MORAIS, 1994). A gradual aquisição de periódicos, emissoras de rádio e canais de televisão por parte de Chatô, como ficou conhecido, fez surgir o grupo dos Associados, que

no final da década [de 1950], (...) contava com 36 emissoras de rádio, 34 jornais e 18 canais de televisão. O capital dessas empresas era nacional, porém as marcas de dependência podem ser encontradas tanto na importação da tecnologia (técnicas de impressão, maquinário), como nos próprios conteúdos, na medida em que, através principalmente da publicidade, veiculavam padrões de comportamentos externos (MEYRER, 2007, p. 34).

Além do jornalismo, Chateaubriand se destacou no cenário político, econômico e cultural do país por pelo menos cinquenta anos, desde que se estabeleceu no Rio de Janeiro nos anos 1920 até sua morte no final dos anos 1960. O posicionamento político de Chatô variou bastante em cada conjuntura, como exemplificam os casos em que apoiou Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e em que o criticou negativamente logo em seguida, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e nos meses finais do Estado Novo (1937-1945) (MORAIS, 1994)¹⁰. Entre os anos de 1945 e 1964, fase em que o Brasil conviveu com a democracia, Chateaubriand foi filiado ao Partido Social Democrático (PSD), em nome do qual ocupou a vaga de senador por duas legislaturas, nos anos 1950. Por mais que o partido não rejeitasse um modelo econômico associado ao capital estrangeiro e uma política externa alinhada aos Estados Unidos, não se pode dizer que Chatô comungasse das diretrizes do PSD a todo momento. Afinal,

... posicionava-se quase sempre ao lado do poder, seja ele privado ou estatal. Através de uma rede de favores, intrigas e chantagem, ameaçando colocar seus veículos a favor ou contra determinado grupo, empresa ou indivíduo público ou privado, ele obtinha uma série de privilégios que soube usar em seu benefício. Participou ativamente das discussões nacionais, tanto na imprensa quanto na tribuna, durante seus dois mandatos de Senador. Segundo Fernando Moraes, seus discursos, no primeiro período em que ocupou o Senado (1952-1954), concentraram-se nas questões relativas à economia brasileira. O autor diz que, em menos de dois anos, o Senador fez sessenta discursos sobre esse tema, “dos quais dezoito para combater o monopólio estatal do petróleo (que o governo, apesar de sua oposição e contra seu voto, acabaria implantando naquela legislatura) e quinze para defender os cafeicultores...” (MEYRER, 2007, p. 18-19).

A defesa do capital estrangeiro e dos setores agroexportadores, bem como o combate ao monopólio estatal no setor de energia, expressos por Chatô em sua atuação parlamentar, aproximam-no das posições políticas da ala liberal e conservadora da elite

¹⁰ Sobre a crítica negativa aos momentos finais do Estado Novo na revista, também ver: DALMÁZ, Mateus. Crítica ao autoritarismo do Estado Novo na revista *O Cruzeiro* (1945). Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História/ANPUHRS, FURG, Rio Grande/RS, julho de 2012, p. 357-370. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343757554_ARQUIVO_Artigo-Anpuh2012.pdf>. Acesso em: 08 Ago. 2014. O apoio de Chatô a Vargas e a seus opositores em diferentes momentos também é identificado por Guarezi (2014): “Visando à corrida presidencial de 1930, Chatô encontrou com a revista uma maneira de ganhar dinheiro e fazer política. Conseguiu um empréstimo no Banco do Brasil no período em que Getúlio Vargas era ministro da Fazenda. Chatô viu a possibilidade de apoiar um futuro candidato à presidência” (p. 18). Para o autor, “apesar de mostrar o lado político, mas visando sempre uma maior lucratividade, Chatô aproveitava para disseminar e vender espaços também para políticos opositores a Vargas. Esse apoio a Vargas não era formalizado, não existia nada no papel que garantisse exclusividade” (GUAREZI, 2014, p. 26).

brasileira (MEYRER, 2007). Não se quer dizer com isso que as matérias de *O Cruzeiro* necessariamente reproduziram os argumentos do diretor dos Diários Associados, afinal, os principais colaboradores do periódico não expressaram, por exemplo, uma visão única sobre democracia e concertação internacional da América, como se verá nos capítulos seguintes.

Entre os colaboradores da revista, havia jornalistas, fotógrafos, literatos e ilustradores que obtiveram renome nacional e internacional¹¹. Parte da alavancagem da carreira de muitos ocorreu em função da grande quantidade de lugares pelos quais o semanário circulou. Afinal,

... a revista tinha uma abrangência maior que qualquer outro veículo de comunicação do país, chegava aonde nenhuma outra conseguia chegar. Como a própria revista anunciava [havia] “agências em todas as cidades do Brasil – correspondentes em Lisboa, Paris, Roma, Madri, Londres, Berlim e Nova York” (*O Cruzeiro*, 16/02/1929) e desde sua inauguração mantinha no expediente a opção de assinatura para o leitor receber seu exemplar no exterior, assim, esse podia acompanhar o que acontecia no país, por meio da visão da revista (GUAREZI, 2014, p. 20).

Para esta pesquisa, foram importantes as publicações dos colunistas de política internacional, Drew Pearson e Theophilo de Andrade, que assinavam respectivamente as colunas “Carrossel do Mundo” e “Política Internacional”. Nascido nos Estados Unidos, Drew Pearson foi professor e jornalista, atuando em jornais como *The Washington Post* e *Washington Merry-Go-Round*, o qual foi fundado por ele, além de atuar em emissoras de rádio e televisão. De acordo com Guarezi (2014), seus artigos eram publicados em mais de seiscentos jornais pelo mundo, estando presentes em cerca de vinte milhões de exemplares por dia. Foi colunista de *O Cruzeiro* entre os anos quarenta e sessenta e deu conta dos assuntos internacionais do periódico a partir de uma perspectiva norte-americana:

¹¹ Vale citar: jornalistas (José Amádio, Accioly Netto, Eugenio Silva, João Martins, David Nasser, Mario de Moraes, Arlindo Silva, Jorge Ferreira, Odorico Tavares, Franklin de Oliveira, Theophilo de Andrade, Drew Pearson), fotógrafos (Jean Manzon, Eduardo Keffel, José Medeiros, Flávio Damm, Luciano Carneiro, Luís Carlos Barreto, Gheorghe Torok, João Martins, Henri Ballot), literatos (Austregésilo de Athayde, Gustavo Cardoso, Menotti Del Pichia, Viriato Correa, Manuel Bandeira, Humberto de Campos, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Raquel de Moraes), ilustradores (Carlos e Rodolfo Chamberand, Henrique Cavaleiro, Emiliano Di Cavalcanti, Oswaldo Teixeira, Aldo Bonadei, Ismael Nery, Anita Malfatti, Rodolpho Amoedo, Fernando Correa Dias).

Com intuito de ampliar a cobertura da revista, Chatô agregou nas páginas do semanal uma coluna de política internacional, com correspondente direto dos Estados Unidos. Eram os governos de Dutra e Truman na visão de um “morador da Casa Branca”. A afinidade de Chateaubriand e os interesses políticos criaram uma coluna de política internacional na revista. Assinada pelo jornalista estadunidense Drew Pearson (...), a coluna seria o olho da revista nos Estados Unidos (GUAREZI, 2014, p. 34).

O outro colunista de política internacional, Theophilo de Andrade, não era um nome consagrado do jornalismo quando passou a ter seus artigos publicados na revista nos anos 1940. Permaneceu assinando a coluna “Política Internacional” até a década de 1970. Nascido na Paraíba, terra natal de Chateaubriand, Theophilo de Andrade, na verdade, era o pseudônimo do jornalista Mello e Silva, cuja credencial para se aproximar de Chatô parece ter sido a estreita ligação entre o diretor dos Associados e o irmão de Theophilo, o médico e empresário paraibano Drault Ernanny. Chatô e Drault foram parceiros na aquisição de diversas obras para o Museu de Arte de São Paulo (MASP) – criado por Chateaubriand – e na candidatura a senador e suplente, respectivamente, em março de 1952 (MORAIS, 1994)¹². Sobre a relação entre Chatô e Drault, bem como a contratação de Mello e Silva pela revista, Luiz Carvalho (2001) esclarece:

Amigo de Chatô desde os tempos difíceis de 1932 [oposição a Vargas durante a Revolução Constitucionalista], Ernany tornara-se banqueiro e industrial dos mais ricos – um dos muitos que contribuíram para a compra de obras de arte que o dono dos Diários Associados fazia no exterior para montar o futuro Museu de Arte de São Paulo. Um dos irmãos de Drault foi, por muito tempo, colunista de *O Cruzeiro* com o pseudônimo de Theophilo de Andrade. Somava na ala francamente reacionária, ao lado do jornalista americano Drew Pearson, outro dono de coluna fixa, por longos anos (p. 122).

Embora Carvalho (2001) considere que Drew Pearson e Theophilo de Andrade representassem a “ala reacionária” da revista, cabe esclarecer que o critério adotado para caracterizar o conteúdo das colunas de política internacional do periódico nos vinte anos aqui delimitados é a interpretação do significado simbólico dos artigos de ambos a partir

¹² Em nove de março de 1952 houve eleições suplementares para preencher apenas uma vaga ao Senado Federal, tendo em vista a renúncia do senador Verginaud Wanderley (PSD), representante do estado da Paraíba, e de seu suplente, Antônio Pereira Diniz. Fernando Morais (1994) narra o episódio com detalhes, esclarecendo que Chateaubriand pressionou o presidente Getúlio Vargas e o governador do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto, a oferecerem cargos públicos ao senador paraibano e a seu suplente para que ambos renunciassem.

dos suportes teóricos e metodológicos já expostos. Toma-se a hipótese, conforme salientado, que os artigos sobre a Argentina nas relações interamericanas cumprem um papel ideológico de defender a democracia e o concerto americano.

Tal análise também é feita a partir do estudo das publicações de escritores premiados, como Austregésilo de Athayde (presidente da Academia Brasileira de Letras entre 1959 e 1993) e Josué Guimarães (jornalista desde 1939 e escritor com cerca de vinte obras publicadas entre 1970 e 1987), de fotógrafos precursores na fotorreportagem, como Jean Manzon, Eduardo Keffel e Flávio Damm, e de conhecidos jornalistas da época do auge da tiragem do semanário, como Arlindo Silva, Franklin de Oliveira e especialmente David Nasser, considerado um dos principais nomes do jornalismo brasileiro durante todo o período em que trabalhou em *O Cruzeiro*, de 1943 a 1975. Além de produzir reportagens para a revista, Nasser também foi compositor, escritor e empresário, como destaca seu biógrafo, Luiz Carvalho (2001):

Começou como repórter inexperiente dos plantões noturnos, o chamado “foca”, e transformou-se na grande estrela de *O Cruzeiro* – por muitos anos o carro-chefe dos Diários Associados, o império criado pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand. Foi, também, letrista de quase três centenas de músicas – entre elas *Nega do Cabelo Duro*, *Canta Brasil* e *Camisola do Dia* –, publicou dezessete livros, tornou-se empresário e fazendeiro bem-sucedido. Era amigo de presidentes da República, ministros, militares, diplomatas e empreiteiros de peso (p. 20).

Graças ao forte amparo político e econômico dos Diários Associados, a revista pôde transitar de um padrão jornalístico tradicional, com amplo espaço literário e textual, para uma fase de inovações tecnológicas a partir dos anos 1940, marcada pela diversificação de temas, alta qualidade gráfica, impressão e com maior nitidez, além de contar com farto conteúdo fotográfico, dando origem às fotorreportagens:

Jamais houvera em toda América do Sul uma publicação com tal apuro gráfico. Com enorme tiragem e comparado a *The Saturday Evening Post* e ao *Ladie's Home Journal*, dos Estados Unidos, *O Cruzeiro* inovava também no conteúdo editorial, abrangendo enorme diversidade de assuntos. Era impresso em ótimo papel e a diagramação obedecia a um critério de grande audácia e beleza, com lindas lustrações, desenhos e fotografias. O texto era habilmente copidescado e as matérias não apresentavam cortes ou continuções (NETTO, 1998, p. 37).

As fotorreportagens combinam informação com imagens. Texto e fotografia atuam juntos no papel de mostrar e informar (Figura 4). Conforme Baitz (2003), “a concepção de fotorreportagem tanto para as revistas quanto para o público leitor passava pela avaliação da quantidade e qualidade de fotos apresentadas, tornando-se foto sinônimo de informação” (p. 37). De acordo com o autor, “... as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* trazem informação ao público, afinadas com a demanda visual. Estabelece-se uma relação entre informar e apresentar imagens. Noticiar é mostrar. E as revistas se colocavam como mediadoras, por meio das fotos, entre o leitor e o mundo noticiado” (BAITZ, 2003, p. 41). Pode-se afirmar, assim, que “o campo (da reportagem) ‘... foi dominado pelo *O Cruzeiro*, cujos repórteres e fotógrafos constituíam uma espécie de elite profissional da época – verdadeiros cavaleiros andantes em busca do Santo Graal da Sensação, indo buscar assunto na fonte, em qualquer ermo do Brasil e do mundo” (MEYRER, 2007, p. 23).

A linha editorial do periódico envolvia a abordagem dos mais variados temas, como as imagens exóticas regionais do Brasil, o cotidiano da vida urbana, o cenário esportivo, social e cultural, as tendências da moda, os temas políticos e econômicos nacionais e internacionais. Atingia, portanto, um diversificado público leitor, de modo que se pode considerar que a revista era “... consumida por um leque variado de pessoas, atingindo vários estratos sociais. O maior indício dessa abrangência é a existência de anúncios de cursos profissionalizantes, voltados sobretudo a camadas sociais de menor renda, ao lado de propaganda de produtos sofisticados, tais como automóveis e eletrodomésticos” (BAITZ, 2003, p. 46). Sobre o assunto, Meyrer (2007) argumenta que, além da variedade de assuntos – aspecto importante para atingir um maior número de leitores – e do grande espaço para publicidade¹³ – maneira de obter maior autonomia perante o campo político e literário –, a revista também expressava certa afinidade com as ideias liberais da União Democrática Nacional:

A linha editorial da revista segue a proposta de veicular grandes temas nacionais, construir uma imagem do Brasil voltada para a ideia do exótico, dado tanto pelas características regionais (em parte desconhecidas), quanto pelas populações indígenas que a revista se propunha a “descobrir”. Também se preocupava com a

¹³ Sobre o grande espaço para propagandas no periódico, Vagner Guarezi (2014) informa que, “com anúncios semanais, mensais e até anuais, a revista mantinha um padrão e uma carteira de clientes diferenciados, grandes corporações tais como Nestlé, Copacabana Palace, Ford, Chevrolet, Texaco” (p. 22).

construção da uma modernidade pautada pelo modelo de sociedade norte-americana através, especialmente, da publicidade. Politicamente, a revista afinava-se com a ala da democracia conservadora do país, mais próxima da UDN (União Democrática Nacional). Defende o desenvolvimento nacional e a necessidade de superação do atraso brasileiro, seguindo argumentação dos setores liberais anti-nacionalistas (2007, p. 35)¹⁴.

Por fim, considerando a notabilidade do semanário no que diz respeito às fotorreportagens, e levando em conta que muitas delas foram objeto de estudo nesta tese, convém abordar os cuidados metodológicos específicos que o exame das fotorreportagens requer. Primeiramente, o uso de imagens como fonte e objeto de estudo, especialmente a fotografia, colabora para a ampliação dos horizontes da pesquisa. Como esclarece Kern (2012),

é nesse contexto polêmico e de revisões do conhecimento, de novas tecnologias imagéticas e de expansão dos meios de comunicação de massa que os EV [Estudos Visuais] e a CV [Cultura Visual] propõem suplantar o enfoque restrito à arte para abordar todo tipo de visualidade, considerando-a como produção de significados culturais. Os EV focalizam as artes como um ramo, que aborda os processos e as articulações sociais com os quais são elaborados os valores artísticos, seus mecanismos de circulação e de recepção (p. 510).

Na historiografia, então, desenvolve-se o campo da cultural visual, a qual pode ser definida, conforme Knaus (2006), a partir de algumas perspectivas:

a primeira entende a cultura visual de modo restrito, na medida em que ela corresponde à cultura ocidental, marcada pela hegemonia do pensamento científico (Chris Jenks) ou na medida em que a cultura visual traduz, especificamente, a cultura dos tempos recentes marcados pela imagem virtual e digital, sob o domínio da tecnologia (Nicholas Mirzoeff); a segunda perspectiva, que abarca diversos autores, considera que a cultura visual serve para pensar diferentes experiências visuais ao longo da história em diversos tempos e sociedades. Por fim, podemos ainda identificar autores que valorizam o conceito de cultura visual na medida em que permite interrogar a especificidade dos objetos visuais – o que interessa, sobretudo, para rever o estatuto artístico atribuído a certas imagens. Nesse caso, a interrogação sobre o objeto de estudo valoriza a categoria de imagem em sua relação com a cultura visual. Decorre

¹⁴ Ainda sobre a linha editorial, Meyrer complementa: “Podemos dizer que as mensagens veiculadas em O CRUZEIRO estiveram pautadas pelo contexto dos anos 50; pelo formato da revista, no que diz respeito ao seu aspecto inovador, quando adotou técnicas modernas, tanto em equipamentos quanto na proposta gráfica, sobrepondo o visual sobre o texto escrito; também nas temáticas que evidenciavam a preocupação em construir o Brasil do Futuro, tanto no aspecto cultural, político e econômico quanto nas propostas de seu proprietário, Assis Chateaubriand. Entendemos que todos esses elementos relacionam-se, de uma forma ou de outra, à grande questão nacional da época, ou seja, ao desenvolvimento da nação e à superação do atraso” (2007, p. 36).

disso um debate sobre a demarcação dos estudos visuais como novo campo disciplinar, mas cuja marca é seu caráter interdisciplinar (p. 110).

Restrita ao ocidente, ou estendida para diversas experiências visuais ao longo do tempo, ou ainda interrogando a especificidade dos objetos visuais – as três características da definição de Knauss –, o campo da cultura visual habilita, assim, o uso de fotografias, particularmente as publicadas na imprensa, como fonte e objeto de pesquisa. São múltiplas as funções da fotografia, como esclarece Joly (2003):

Estas funciones serían: representar, sorprender, hacer significar y hacer desear, informar. Podemos facilmente asociar estas funciones con cierto tipo de fotos: representar con las fotos didácticas (diccionarios, enciclopedias, obras científicas, etc.); sorprender con las fotos de aficionados (los saltos, las caídas, los viajes, etc.); hacer significar con las fotos familiares o fotos políticas mediáticas; hacer desear con las fotos publicitarias; y finalmente informar con las fotos de prensa (p. 170).

Independentemente da função, importa salientar que a fotografia é apenas uma percepção do real, tanto por parte de quem a produz quanto de quem a interpreta. Não expressa, portanto, a realidade tal qual ela é. Pelo contrário, trata-se de um “rastro do mundo” e de uma “expressão do meio que a produz”, como explica Belting (2010):

En un caso, la imagen es un rastro del mundo; en el otro, una expresión del medio que la produce; la “imagen fotográfica” se ubica dentro de los parámetros que su método comprende, esto es, entre la toma de la fotografía y la producción de la copia. Por eso es conveniente hablar de imágenes en sentido antropológico. De este modo, las imágenes se entienden como imágenes del recuerdo y de la imaginación con las cuales interpretamos el mundo; así es como hemos entendido fotografía y, en la actualidad, las técnicas digitales. Esto se debe, precisamente, a que la fotografía no es “contingencia pura”, y a que tampoco capta solamente lo que encuentra en el mundo. Bajo nuestra mirada, el mundo tampoco es contingencia pura, sino que (...) lo representamos con imágenes de nuestra propia imágenaría” (p. 263).

É importante considerar, assim, a subjetividade da interpretação do significado simbólico da fotografia. A conjuntura do momento em que o registro fotográfico foi feito e daquele em que o observador está inserido influenciam na produção e na recepção da imagem. Afinal, “como es sabido, la realidad es el resultado de una construcción que nosotros mismos realizamos. Con la transformación de la mirada se modifica también el trato con el medio que representa la producción de imágenes de una época” (BELTING, 2010, p. 281).

O ato fotográfico, embora aparentemente técnico, envolve uma combinação de ficção, simulacro e ilusão realista. Argumenta-se como Vilches (1997), para quem “la aparente mecanicidad de la fotografía no hace más que reforzar las posibilidades de ficción, simulacro e ilusión realista. Porque la máquina fotográfica es un objeto privilegiado para producir sentido, para dar significación a las cosas, es también un instrumento semiótico. Como la palabra, como la escritura” (p. 20).

Os cuidados teóricos e metodológicos relativos à fotografia são apontados por Mauad e Lopes (2012):

... podemos apontar, dentre os cuidados teóricos, a questão da autoria fotográfica, o problema do realismo fotográfico e a necessidade de se referenciar historicidade da experiência que produz a fotografia. Dentre os cuidados metodológicos, a escolha de se trabalhar com séries fotográficas, ou com fotografias únicas a maneira de fotoícones, que potencializam um acontecimento, uma vivência, um silêncio (p. 280).

Para as autoras, além de problematizar a autoria e o realismo fotográfico, é importante que a metodologia para o exame das fotografias leve em conta ou uma série de fotos ou a análise de uma fotoícone. Nesta pesquisa, foram identificadas 56 fotorreportagens sobre a Argentina, das quais 36 foram selecionadas para a análise nos capítulos, constituindo-se uma série de imagens ao longo do tempo aqui delimitado (Tabela 3).

Tabela 3 – Colunas e Fotorreportagens

Temas	Quantidade de Colunas e Fotorreportagens			
	1946 – 1955		1955 – 1966	
	<i>Colunas</i>	<i>Fotorreportagens</i>	<i>Colunas</i>	<i>Fotorreportagens</i>
Argentina e América	14	1	25	14
Argentina e Brasil	8	32	7	9

A relação entre imagem e legenda é apontada por Vilches (1997), para quem “... la relación entre la foto y el pie de foto establece un contexto pragmático que influye en la percepción, lectura y comprensión de la imagen fotográfica” (p. 75). Isto é, o pequeno texto que acompanha a fotografia tem grande importância para a produção e percepção do

significado simbólico da imagem. Importa lembrar que a confecção de matérias por uma dupla de jornalistas formada pelo repórter e pelo fotógrafo é uma das inovações modernizadoras trazidas por *O Cruzeiro* para a imprensa brasileira. Conforme Coelho (2006),

O Cruzeiro inovou não só por criar a maior equipe de fotógrafos até então existente no país (os jornais e revistas costumavam ter um ou no máximo dois profissionais na sua equipe de redação), mas também por deixar que eles formassem dupla com os repórteres com quem tinham mais afinidade, e se especializassem nos assuntos de seu interesse. No auge da revista, a equipe era composta por 30 fotógrafos, só no Rio de Janeiro (p. 85).

Tais procedimentos metodológicos específicos sobre o estudo de fotorreportagens, bem como o método de pesquisa com imprensa e os conceitos de ideologia e de campo jornalístico, aqui explicitados, são as referências para a análise das matérias da revista sobre a Argentina no concerto internacional americano. Ao longo de duas conjunturas políticas diversas, a do governo Perón e a da democracia restringida pelos militares, houve diferentes formas de atuação argentina no âmbito latino-americano. É o exame do sentido das matérias sobre tais temas que se constitui no objetivo do próximo capítulo.

2 DA DISSINTONIA AO CONCERTO: A ARGENTINA NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

Entre 1946 e 1966, “duas Argentinas” apareceram nas diversas matérias de *O Cruzeiro* a respeito do país nas relações interamericanas. Durante o governo Perón, entre 1946 e 1955, a revista veiculou críticas negativas sobre a dissintonia argentina com o pan-americanismo proposto pelos Estados Unidos. Já na fase seguinte, caracterizada por uma democracia restringida pelos militares, entre 1955 e 1966, as colunas e reportagens do periódico destacaram a sintonia da Argentina com os projetos de integração no continente. Sustenta-se que as publicações cumpriram a função ideológica de defender a democracia e o concerto político e econômico da América naquelas conjunturas.

2.1 A dissintonia argentina durante o governo Perón (1946-1955)

Em janeiro de 1948, o jornalista norte-americano Drew Pearson, cujas colunas sobre política internacional intituladas “Carrossel do Mundo” eram semanalmente reproduzidas em *O Cruzeiro*, criticou o protecionismo econômico praticado pelo governo Perón e o associou ao regime nazista. Para Pearson,

Miguel Miranda, czar econômico da Argentina, é um homem que não permite que os sentimentalismos se interponham à realização de transações e convênios. (...) Por ocasião de recentes negociações com uma missão de compras do exército norte-americano que procurava adquirir milho argentino, Miranda usou de sua melhor e mais notável intransigência. O coronel Arnold Guillian, chefe da missão norte-americana, fez objeções ao preço que lhe pedia o monopólio oficial, qualificando-o de exorbitante. Fez ver que não se ia comprar o milho para revendê-lo, mas para alimentar a zona norte-americana de ocupação na Alemanha. O rotundo fabricante de vasilhames de lata, que exerce atualmente na Argentina mais poder que e mais influência econômica que Hjalmar Schacht no regime de Hitler, escutou imperturbável a tradução das observações do coronel e respondeu: (...) temos que nos defender da melhor forma possível, continuou

Miranda. Se quiserem o nosso milho, terão que pagar o nosso preço. Pouco me importa o que façam com o milho. Se os alemães morrerem de fome, o que é que temos com isso? (10/01/1948, p. 16).

Nas páginas do periódico, a Argentina surge como um país protecionista e insensível à causa norte-americana após a II Guerra Mundial, uma vez que atribuiu pouca importância à atuação dos Estados Unidos em benefício do fortalecimento da democracia e do capitalismo na Alemanha. Meses depois, com o título “Perón contra o Continente”, Drew Pearson voltou a criticar a Argentina, desta vez pelo pouco engajamento na Conferência Pan-Americana de Bogotá:

A história íntima de como o ditador Perón tentou torpedear a conferência pan-americana perdeu-se de vista entre o fumo, o sangue e a confusão de Bogotá. A delegação argentina votou contra qualquer investigação sobre o comunismo. Tem grande significação, também, o que ocorreu por trás dos bastidores em Buenos Aires, enquanto Perón procurava fazer sossobrar a Conferência nas 72 horas que se seguiram à rebelião de Bogotá, no dia 9 de abril. (...) Perón estava ansioso para acabar com a Conferência, sob qualquer pretexto. Em toda a América Latina, só os comunistas e os pró-fascistas o apoiariam. Uma vez mais, o volúvel gaúcho do Rio da Prata demonstrou sua verdadeira cor (15/05/1948, p. 34).

O projeto pan-americano de integração continental havia sido formulado pelos Estados Unidos no final do século XIX. O grande objetivo era estabelecer um sistema interamericano de paz e comércio, sob liderança de Washington. Foi importante o papel desempenhado pelas conferências pan-americanas para a consolidação do projeto, sobretudo ao longo dos anos 1930 e 1940, momento em que se concretizaram o alinhamento diplomático da América Latina aos Estados Unidos e as relações comerciais em moldes liberais entre ambos, durante a II Guerra (SILVEIRA, 1992). A Conferência de Bogotá, em 1948, ocorria num novo contexto, o da Guerra Fria, onde a atenção norte-americana estava menos voltada para os países latino-americanos do que para o combate à União Soviética. Em Bogotá, foi criada a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo papel seria o de articular o continente contra o comunismo (MOURA, 1991). Em meio à conferência, iniciou a guerra civil entre liberais e nacionalistas colombianos, evento mencionado por Pearson. Mais uma vez, a Argentina é mostrada na revista como o país que não colaborou com a integração política continental e seu presidente foi taxado de “volúvel”, capaz de atrair comunistas e fascistas.

A divergência de interesses entre os Estados Unidos e a Argentina é explorada por Drew Pearson em mais duas colunas relativas à conferência pan-americana. Na primeira,

ainda no mês de maio de 1948, o jornalista lamenta a ingenuidade do Departamento de Estado diante das artimanhas de Perón, que ambicionava ser a grande liderança latino-americana durante a Conferência de Bogotá:

Os Estados Unidos, infelizmente, deram uma nova cabeçada numa questão de importância vital para a solidariedade hemisférica. O Departamento de Estado, desta vez, fez o jogo do astuto Juan D. Perón. As declarações oficiais de Washington, apoiando a Inglaterra na sua controvérsia com a Argentina e o Chile relativamente aos territórios da Antártica, foram precisamente o que queria o ditador. Não foi por acaso que esta disputa – que abrange as Ilhas Falkland e uma parte considerável da Antártica – surgiu precisamente neste momento. Perón assim o quis por duas razões básicas: 1º – Apelando para o forte orgulho nacionalista de seus conterrâneos, confia em afastar a opinião pública dos problemas nacionais e fortalecer o seu partido nas eleições parlamentares argentinas. 2º – Perón deseja também converter-se em herói popular latino-americano antes que se inaugure, em 30 de março, a Conferência de Bogotá (22/05/1948, p. 34).

Na semana seguinte, com o título “A Argentina pretende dominar a América”, Drew Person reforça o argumento de que o governo Perón trabalha contra o pan-americanismo e a favor da liderança argentina no continente sul-americano:

A Argentina continua a trabalhar nos bastidores, em Bogotá, para estabelecer uma forte “frente neutra” na hipótese de um conflito entre os Estados Unidos e a Rússia. Embora o regime totalitário e antidemocrático de Perón seja o único governo interessado de forma ativa no plano, conta com todo o apoio dos grupos políticos da maioria de outros três países [Equador, Colômbia, Peru], além de algum apoio em outra meia dúzia de nações. A formação de um “bloco latino-americano” é um velho sonho dos reacionários ultranacionalistas de toda a América Latina. Não obstante, essa ideia não havia passado nunca da chapa de propaganda até Perón apoderar-se da Argentina. Foi certamente um grande prazer para estes isolacionistas de tendências fascistas ver um dos seus subir ao poder através de eleições estritamente “legítimas” (29/05/1948, p. 64).

O jornalista norte-americano associa as pretensões de liderança regional da Argentina com tendências “isolacionistas” e “fascistas”¹⁵, diferentes, portanto, do projeto de integração pan-americano, o qual, conforme salientado, afirmou-se como um sistema interamericano de paz e comércio, pautado pelo ideário liberal defendido pelos Estados Unidos.

Dentro do espaço de disputa por visões de mundo do campo jornalístico, Drew Pearson produziu argumentos que duvidam da lisura democrática da Argentina e que

¹⁵ Sobre a associação de Perón ao fascismo, Juan José Sebreli (2004) destaca que, “salvo algunas excepciones como José Luís Romero, Tulio Halperin Dnghí o Gino Germani, es una concepción aceptada entre historiadores, analistas políticos y periodistas negar el carácter fascista del peronismo, contradiciendo al propio Perón, quien siempre admitió esa afiliación” (p. 227).

criticam a dissintonia do país com a integração política e econômica entre os Estados Unidos e América Latina. Simbolicamente, o jornalista norte-americano expressa dois valores por ele considerados importantes: a democracia, como sinônimo de um regime não personalista, e o pan-americanismo. Num contexto marcado por um sistema internacional¹⁶ bipolar, como se expôs, o sentido ideológico das colunas de Pearson é defender o liberalismo (político e econômico) e o concerto diplomático continental.

Acusações relativas ao autoritarismo e à dissintonia argentina com a solidariedade pan-americana proposta pelos Estados Unidos aparecem em mais duas colunas de Drew Pearson. Em junho de 1948, com o título “Terror em Buenos Aires”, o jornalista norte-americano denunciava a ingerência de Perón na política interna do Paraguai:

É um fato lamentável, mas inegável, que o presidente Perón, da Argentina, está ajudando ativamente a Higinio Morinigo, o carniceiro do Paraguai, na campanha sistemática que este realiza para assassinar a todos os seus adversários. Depois que Morinigo esmagou a revolução do ano passado com armas enviadas por Perón, mais de 250 mil cidadãos da pequena nação fugiram para países vizinhos, procurando refúgio na Argentina, quase a terça parte deles. Agora, a polícia de Perón está detendo esses fugitivos servindo-se de listas fornecidas por Morinigo, para enviá-los a Assunção, sob escolta. Ali, junto com outras pessoas que são detidas diariamente o interior do país, são executados, ou torturados até que morram, sem processo algum, a razão de sessenta e cinco por semana. (...) Deve-se recordar que Morinigo, sob os termos de um chamado “tratado comercial” firmado em outubro do ano passado, não é agora senão um títere em mãos de Perón. Portanto, o sangue desses assassinios em massa no Paraguai mancha realmente as mãos do *fuhurer* de Buenos Aires (26/06/1948, p. 24).

Para Pearson, Perón é o *fúherer* de Buenos Aires e o Paraguai é um Estado títere nas mãos argentinas. Tais argumentos colaboram para a divulgação da imagem de uma Argentina autoritária e desalinhada com a ideia de concerto entre as nações. Em novembro de 1948, diante da pergunta “A América Latina apoiará os E.E.U.U.?”, Drew Person expõe perspectivas pouco animadoras sobre a colaboração da Argentina aos Estados Unidos, caso surgisse um confronto com a União Soviética:

Com as relações internacionais em seu estado mais crítico desde que terminou a Segunda Guerra Mundial, é tempo de lançar um olhar cuidadoso e realista para as condições atuais do Hemisfério Ocidental, a fim de saber com que ajuda poderiam contar os Estados Unidos se irrompesse uma guerra de pronto. Argentina: apesar das notícias contraditórias, é indubitável que Perón trataria de manter a tradicional neutralidade argentina. A pressão norte-americana poderia

¹⁶ Para Amado Luiz Cervo (2007), “o sistema internacional corresponderia à interação econômica, política e estratégica entre Estados-agente, os quais, ao guiarem-se pelos interesses próprios, dependem uns dos outros para atingir seus fins externos. Cada sistema fixa regras, instituições e valores comuns, que servem de veículos e parâmetros para a ação e condicionam a conduta dos Estados-membros” (p. 45).

eventualmente levá-lo a uma aliança nominal, mas sem prestar ajuda real. A ideia de Perón e Cia. é que uma nova guerra mundial lhe daria a oportunidade de transformar-se em senhor da América do Sul, surgindo como caudilho de um bloco mundial latino-católico, uma vez que os dois “imperialismos”, Rússia e Estados Unidos, chegasse ao esgotamento. Toda a política argentina está orientada nesta direção. Brasil: Embora a inflação sofrida pelo Brasil depois da guerra tenha sido a pior do hemisfério, e as dificuldades políticas internas estejam longe de solução, essa nação seria de novo um aliado pronto e decidido dos Estados Unidos. Entretanto, hesitaria em enviar um número considerável de tropas ao estrangeiro, devido à ameaça argentina em sua fronteira sul (20/11/1948, p. 70).

Drew Pearson trata a Argentina como um país desalinhado aos Estados Unidos e interessado em ser a liderança da América do Sul contra o “imperialismo” russo e norte-americano. O Brasil, do contrário, é mostrado como um parceiro natural, muito em função do seu alinhamento com os Estados Unidos durante a II Guerra, e, além disso, um país ameaçado pelo expansionismo argentino. Vale lembrar que uma das características do governo Perón, empossado em junho de 1946, era a crença na terceira via, ou no “terceirismo”, isto é, a concepção de que o confronto entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria desgastaria as duas superpotências. Assim, uma postura internacional não alinhada aos americanos e aos soviéticos, uma terceira via, traria maior autonomia econômica (fornecimento de matérias-primas) e política (nova liderança) para a Argentina. De acordo com Guillermo Miguel Figari (1993),

... la tercera posición ha significado una actitud tendiente a “ganar” autonomía en la circunstancial situación por la que atravesaba la comunidad internacional, tratando de mantenerse en una posición de intereses equidistantes de las dos superpotencias y de alineamiento occidental, mediante la construcción de un juego de equilibrios basado en los siguientes principios. En el sistema internacional, significaba realizar una libre política de intereses, negociando ya con Estados Unidos, ya con la Unión Soviética, o con alguna otra potencia, tal el caso de Gran Bretaña, pero reafirmando la concepción occidental y cristiana de la Argentina. En el sistema regional, trataba de romper la tradicional política de dirección “geopolítica” o de indiferencia hacia América Latina, especialmente con los países limítrofes, en pos de una posición más solidaria y cooperativa. Es la búsqueda por reinsertar la doctrina de la cooperación regional a través de un nuevo ABC. Finalmente, también pretende cambiar la tradicional actitud de debilidad territorial por una postura de reafirmación de derechos (p. 188).

Tal distanciamento do peronismo em relação aos Estados Unidos fez Drew Pearson denunciar, novamente, o autoritarismo e o antiamericanismo da Argentina. Na coluna “A nação menos democrática da América”, o jornalista escreveu:

... a Argentina se transformou na nação menos democrática do hemisfério ocidental e a sua influência, que é considerável, é anti-americana. (...) Várias

democracias caíram em poder de ditaduras diante de nossa janela pan-americana. E quase sempre que as ditaduras militares derrubaram a democracia nestes últimos tempos é porque foram inspiradas ou secretamente ajudadas por Perón... (12/03/1949, p. 64).

O “terceirismo” de Perón fez Drew Pearson especular sobre o flerte da Argentina com o comunismo. Avaliando a atitude dos países latino-americanos diante das ideias socialistas, na coluna “A América unida contra o comunismo”, Pearson lembra que Colômbia, Cuba e Equador usavam uma política uniforme contra o comunismo e que Brasil, Chile e Paraguai já cassaram partidos comunistas. Quanto à Argentina, o jornalista considera: “se esse movimento [de combate ao comunismo na América Latina] for efetivado, será interessante observar a atitude do governo argentino. O ditador Juan Perón permite deliberadamente que o Partido Comunista ali floresça com o intuito de ter nas mãos um elemento para negociar com os Estados Unidos, quando chegar o momento oportuno” (14/05/1949, p. 28). Preocupação semelhante aparece três meses depois, em junho de 1949. Com a texto “Perón às voltas com os comunistas”, Pearson desconfia que o comunismo poderá se alastrar na Argentina se Perón não souber combatê-lo:

Quando o presidente Perón resolveu servir-se dos comunistas para os seus objetivos políticos, os observadores argentinos previram que ele iria ver-se em dificuldades. É o que está acontecendo. (...) O próprio Perón deu início às negociações que levaram a esse acordo. Segundo ele, garantiu-se ao partido comunista uma liberdade relativa para agir, em troca de sua promessa de não fazer oposição declarada ao regime peronista. (...) Os comunistas, por sua vez, jamais alimentaram ilusões a respeito dos verdadeiros propósitos de Perón. Como seus camaradas no resto do mundo, estavam dispostos a aceitar um convênio baseado num mútuo oportunismo, com a certeza de poder dar à outra parte lições em tal arte. E isto é o que está ocorrendo na Argentina hoje. (...) O presidente Perón, oportunista amador, está agora aprendendo o que significa lidar com profissionais. Pode ser que tenha aprendido tarde (04/06/1949, p. 88).

Com a suposição de vínculos entre Perón e o socialismo, o jornalista norte-americano mais uma vez atua no campo jornalístico com o papel ideológico de defesa do liberalismo e do pan-americanismo num cenário de Guerra Fria. Aos textos de Drew Pearson, somam-se os argumentos de Franklin de Oliveira, titular da coluna “Sete Dias”, semanalmente publicada nas primeiras páginas de *O Cruzeiro*. Oliveira lamenta a perseguição de Perón à imprensa livre na Argentina, em especial ao jornal *La Prensa*, de Buenos Aires. E destaca a dissintonia argentina com a concertação política americana:

A Argentina oferece aos povos cultos, neste momento, não só um testemunho de sua renúncia à liberdade, à sua grande vocação histórica, como, também, um

espetáculo de discordância com o mundo civilizado, quando ergue o seu governo o pelourinho em que tenta imolar *La Prensa*. (...) Se o dramático e vergonhoso episódio de *La Prensa* ultraja a consciência democrática do mundo ocidental, macula também, de forma irremediável, as límpidas tradições da grande pátria de Sarmiento, criando para a Argentina, no concerto das nações americanas, uma situação humilhante que deixará aquele país em absoluta condição de inferioridade quando, agora, se reunirem em Washington, para mais uma conferência, os chanceleres do Novo Mundo. Como pode, como poderá a Argentina, nesta conclave de embaixadores de países e povos livres, conciliar a tendência de uma política internacional amante da liberdade com a índole opressora, despótica e tirânica de seu governo, governo antidemocrático e antijurídico? Um governo que gorroteia jornais não pode falar numa assembleia de nações livres. Enquanto persistir a ignomínia contra *La Prensa*, o governo do General Perón não poderá ter assento no parlamento internacional da livre América (17/03/1951, p. 7).

Franklin de Oliveira, assim, reforça os argumentos de que a Argentina de Perón significava uma ameaça ao liberalismo político e à paz continental. A perseguição aos órgãos de imprensa em Buenos Aires também é tema da fotorreportagem de Camarinha da Silva, em novembro de 1951. Com o título “Fracasso dos Peronistas da Imprensa”, a matéria traz uma narrativa detalhada da invasão de cerca de cinquenta jornalistas argentinos peronistas na VII Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa, que ocorria em Montevideú. O grupo protestava contra as críticas relativas à falta de liberdade de imprensa na Argentina (03/11/1951, p. 34-36; 44). Chama a atenção o impacto visual das imagens. Um exemplo é a fotografia que ocupa a metade superior da primeira página (Figura 1), onde a perturbação do evento fica evidente com a invasão dos jornalistas pró-Perón, os quais são ridicularizados através da legenda em letras garrafais, no alto da foto: “... aqui vocês falam de pé mas em Buenos Aires falam de joelhos” (03/11/1951, p. 34).

Figura 1 – Invasão dos jornalistas argentinos



Fonte: *O Cruzeiro*, 03/11/1951, p. 34

A sequência de três fotografias que ocupa o lado direito da página seguinte (Figura 2) mostra o transtorno provocado pela invasão dos argentinos através do mal estar sofrido por um jornalista norte-americano (Thomas Wallace, de 75 anos, sendo acudido e saindo de maca da conferência).

Figura 2 – Fracasso do peronistas da imprensa



Fonte: *O Cruzeiro*, 03/11/1951, p. 35

Conforme os esclarecimentos metodológicos feitos por Belting (2010), Joly (2003) e Vilches (1997), vistos no primeiro capítulo, os fotógrafos da fotorreportagem, Del Rio e Boechat, produziram uma representação do real ou um rastro do mundo, cuja intenção era mostrar a desordem causada pelos peronistas. A imagem expressa simbolicamente o conteúdo dos argumentos até então analisados sobre a Argentina, o de um país fora de sintonia com a democracia e com o pan-americanismo. A combinação entre foto e legenda escancara a crítica negativa da reportagem à dissintonia argentina.

Convém destacar que o espaço ocupado na revista pelas fotorreportagens é muito maior do que o destinado às colunas até então analisadas. Nestas, os jornalistas

desenvolvem artigos opinativos com maior aprofundamento e atingem um público leitor mais reduzido, interessado em ler sobre o assunto; naquelas, a dupla jornalista-fotógrafo produz informação – não desprovida de subjetividade – através da combinação entre foto e texto e chama a atenção de um número maior de leitores, no mínimo, pela simples sedução exercida pela imagem¹⁷.

Em junho de 1952, é a vez de Theophilo de Andrade, titular da coluna “Política Internacional”, criticar a Argentina de Perón. Com o título “Perón Cumple”, o texto do jornalista informa sobre a farta propaganda das obras do governo Perón, relatada por turistas brasileiros que retornaram de Buenos Aires. Os feitos peronistas são refutados por Andrade, que também destaca a falta de sintonia da Argentina, autoritária e militarista, em relação ao continente americano, democrata e pacifista:

Estamos, evidentemente, em face de uma experiência curiosa, que acabará um dia, como todas as experiências totalitárias, em um ambiente de crepúsculo de ídolos, mas que ainda nos pode prodigalizar um “show” de surpresas para desgraça do nobre povo argentino, que lhe paga o preço, e para desespero dos amantes da paz e da unidade continental, comprometidas com o trombone desafinado do sul (Andrade, 28/06/1952, p. 53).

Expoente do fenômeno populista¹⁸ na Argentina, Perón empreendeu práticas autoritárias ao longo de seus dois mandatos como presidente entre 1946 e 1955. Alicerçou o poder político em torno do Partido Peronista e de seus três segmentos: o Partido Peronista Masculino, o Partido Peronista Feminino e a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Além disso, comprou rádios privadas, montou uma cadeia de jornais e revistas oficiais, conviveu com uma baixa representação parlamentar por parte dos partidos de

¹⁷ Sobre a diferença entre coluna e reportagem, ver: RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

¹⁸ Para Maria Lígia Prado (1981), o populismo latino-americano surge como resposta a um vazio no poder correspondente à quebra da hegemonia política oligárquica pós-crise do modelo agroexportador, em 1929. É um “Estado de Compromisso”, representante dos interesses das classes médias, da burguesia industrial, das oligarquias e das massas trabalhadoras. Caracteriza-se pela intervenção do Estado na economia, especialmente no desenvolvimento da industrialização, considerada principal atividade econômica; pela emergência das classes populares nas lutas sociais e políticas; pelo carisma do líder, que manipula as massas e satisfaz antigas pretensões sociais; por um fenômeno eminentemente urbano, pois promove a ascensão das massas trabalhadoras operárias; por um discurso nacionalista para a economia latino-americana, contrapondo-se ao imperialismo estrangeiro; pela visão harmônica da sociedade, uma vez que todos os conflitos sociais deveriam ser diluídos em nome dos interesses policlassistas da Nação. Para Prado, “em suma, o populismo latino-americano representou uma ampla mobilização das classes populares e sua inserção direta nas lutas políticas, transformando-se num dos principais setores sociais de que o sistema político necessitava para a sua legitimação” (p. 77). Sobre o populismo argentino, ver: BUSTAMANTE, Norberto (Et.Al.). *El Populismo em La Argentina*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1974, em especial o capítulo “Sociologia del Populismo”.

oposição (como a União Cívica Radical e os partidos socialistas, por exemplo). Sobre a censura à imprensa promovida por Perón, Pablo Sirvén (2011) acrescenta que,

Si el presidente electo ya tenía en sus manos el papel de los diarios, le faltaba ahora comenzar un rodeo similar en torno a las emisoras de radio. A tal efecto, el 14 de mayo de 1946 se dio a conocer el “Manual de Instrucciones para las Estaciones de Radiodifusión”. Se trataba de un voluminoso y puntilloso decreto de 307 artículos donde no quedaba actividad alguna de este médio sin prever: presentación de libretos, contenido de las programaciones y hasta las palabras que debían introducirse durante la interpretación de una zamba (...) y las expresiones con las cuales debían abrirse y cerrarse los programas (p. 108).

Tais aspectos foram criticados pelos jornalistas do semanário como sendo o oposto do liberalismo político defendido nas matérias até aqui examinadas. Em setembro de 1953, Drew Pearson escreveu mais uma coluna a respeito das pretensões internacionais da Argentina. Pearson noticia uma reaproximação entre Washington e Buenos Aires, a partir de uma iniciativa de Perón, então no início do segundo mandato. Diante de tal atitude, o jornalista norte-americano escreve:

Eis o que Eisenhower exigirá: 1 – A cessão total da propaganda antiamericana, insinuada oficialmente na imprensa argentina e nos discursos das autoridades. 2 – Colaboração efetiva por parte da Argentina nos diversos projetos pan-americanos, para os quais a Argentina nunca teve senão bonitas palavras. 3 – Garantia particular, de governo a governo, no sentido de que Perón deixará de intervir nos negócios internos das outras repúblicas latino-americanas. Só quando Perón se comprometer com tudo isso e cumprir seus compromissos durante um espaço de tempo suficientemente grande para demonstrar sua boa fé é que o governo de Eisenhower estará disposto a discutir alguma forma de auxílio à Argentina (26/09/1953, p. 86).

Pearson enumera três exigências que o governo americano faria a Perón, todas elas induzindo a Argentina a se alinhar ao pan-americanismo. Uma vez que o argumento central até aqui exposto é do que as matérias publicadas em *O Cruzeiro* expressam uma visão de mundo com o papel ideológico de defender a democracia e o concerto americano, as informações trazidas por Pearson ganham o sentido de que o elemento perturbador da harmonia interamericana (a Argentina de Perón) está sendo controlado.

Importa lembrar que, de fato, o segundo mandato de Perón contém diferenças importantes em relação ao primeiro, as quais ajudam a compreender o ensaio de aproximação entre Argentina e Estados Unidos, abordado por Drew Pearson. Durante o primeiro mandato (1946-1952), a situação da Argentina no contexto internacional era favorável, já que houve o acúmulo de divisas no exterior, a industrialização nacionalista e

os planos de assistência social (PRADO, 1981). A economia peronista foi nacionalista (estatização de atividades e serviços), estatista (posição significativa do Estado na vida econômica do país em setores como transportes, energia e comércio exterior) e autárquica (barreiras aduaneiras para favorecer a indústria, ingerência do Estado nas exportações através do Instituto Argentino de Promoção de Intercâmbio) (LUNA, 2003). Já o segundo mandato (1952-1955) foi marcado pelo esgotamento das reservas monetárias, diminuição dos subsídios à economia, menor investimento do capital externo, inflação e más colheitas (GIULIANI, 2008). Foi necessário aplicar um plano de ajustes: maior austeridade, diminuição de gastos, incentivo à agropecuária, controle da inflação, lei de inversões estrangeiras autorizando remessa de lucros para o exterior, flexibilização das relações patrão-empregado, tentativa de contrato de exploração petrolífera com os Estados Unidos (FIGARI, 2003).

O novo panorama do segundo mandato – onde o governo Perón buscava uma aproximação aos Estados Unidos – também pode ter contribuído para que houvesse a diminuição do número de colunas de Drew Pearson criticando a dissintonia da Argentina com o pan-americanismo. O perfil autoritário do governo Perón, no entanto, seguiu sendo condenado pelo jornalista norte-americano.

Vale mencionar que praticamente todas as matérias até aqui analisadas foram publicadas em forma de colunas na revista, portanto, ocuparam espaços mais voltados a um leitor interessado pelos assuntos ali tratados. Apenas uma fotorreportagem abordou a dissintonia argentina com a democracia e o pan-americanismo. Desta maneira, pode-se considerar que a dimensão interamericana do governo Perón ganhou destaque em *O Cruzeiro* menos pelo apelo visual do que pela argumentação dos jornalistas. Contudo, como se verá no terceiro capítulo, há uma série de fotorreportagens a respeito das relações específicas entre a Argentina e o Brasil, no período 1946-1955, as quais também cumprem o papel ideológico de defesa da democracia e da sintonia diplomática da América Latina com os Estados Unidos.

Em setembro de 1955, uma coalização de forças se articulou para provocar a queda de Perón. O presidente renunciou após sofrer forte oposição do núcleo democrata-cristão da Igreja Católica, contrário à laicização do direito promovida pelo governo, e da direita liberal argentina, formada por organizações patronais, partidos conservadores e grupos militares anti-peronistas identificados com o projeto liberal de desenvolvimento econômico

e de alinhamento aos Estados Unidos no cenário externo (SENKMAN, 2001). A renúncia de Perón marcou o início de uma nova conjuntura política no país.

Entre o final do governo Perón, em 1955, e a o início da ditadura militar do general Juan Carlos Onganía, em 1966, a Argentina viveu um sistema político restringido, em que a democracia foi supervisionada e, por vezes, interrompida pelas Forças Armadas, as quais se engajaram no combate ao peronismo, isto é, ao personalismo político, ao controle e mobilização dos trabalhadores via sindicatos e ao nacionalismo econômico. A alternância entre governos civis e militares naqueles onze anos expõe a instabilidade política argentina (SENKMAN, 2001). As mudanças na configuração política interna repercutiram na formulação da política externa¹⁹. Após o “terceirismo” de Perón, comentado anteriormente, houve maior aproximação entre a Argentina e o continente americano. O desenvolvimento econômico passou a ser considerado como uma condição para a realização do projeto nacional e a Argentina buscou nos países latino-americanos a parceria política e econômica para tal fim. Os governos posteriores a 1955 “... entenderam que havia veleidade isolacionista e autárquica no modo como se conduzia o processo de industrialização do país e quiseram voltar ao mercado aberto e intensificar suas relações com o resto do mundo, em particular com o continente” (CERVO, 2007, p. 74).

Neste novo cenário, o tom opinativo das matérias de *O Cruzeiro* sobre a Argentina passou a ser o de saudar o concerto político e econômico do país com os Estados Unidos e com a América Latina. Ao lado de uma postura favorável aos governos pós-1955, o peronismo permaneceu sendo visto como uma ameaça à democracia e à concertação continental e, por isso, recebeu inúmeras críticas negativas por parte dos jornalistas da revista nos onze anos seguintes à queda de Perón, como se verá no próximo item.

2.2 A sintonia argentina durante a democracia restringida (1955-1966)

Em meio ao conturbado cenário político argentino, o colunista de “Política Internacional”, Theophilo de Andrade, comemorou o fim do culto às personalidades políticas em regimes autoritários, como o soviético de Stálin e o argentino de Perón.

¹⁹ Entende-se a política externa conforme Gerson Moura: “... a política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas interna e externa (a saber, o processo imediato de decisões no centro hegemônico, bem como nos países dependentes)” (1980, p. 42). Esse referencial teórico, por sua vez, “... repele a noção de que a política externa de um país dependente é um simples reflexo das decisões do centro hegemônico e nega também que se possa entendê-la mediante o exame exclusivo das decisões no país subordinado” (1980, p. 42).

Através do artigo intitulado “Perón, Stálin e as Estátuas”, de março de 1956, Andrade criticou negativamente o ex-presidente argentino:

Perón começou por Eva, a atriz fria, inteligente e de incontestável talento político, que ele, depois de morta, tentou endeusar, elevando-a à posição mística “inspiradora da nação”. Encomendou para ela um monumento que seria o maior do mundo. E, depois, passou a endeusar-se a si mesmo em vida, como é do feitio dos ditadores. Já na fachada da Fundação Eva Perón estavam as suas duas estátuas, ao lado das de San Martín e outros heróis nacionais. Mas a glória desse mundo não é tão sólida como creem os que enlouquecem no exercício do poder absoluto. O monumento virou uma ruína antecipada. E as estátuas foram apeadas e reduzidas a pedaços (10/03/1956, p. 74-E).

Na coluna, Perón é associado a figuras autoritárias e simbolizaria uma página virada na história da Argentina. Vale lembrar que, imediatamente após a renúncia do Perón, em setembro de 1955, as Forças Armadas trataram de organizar um governo provisório, primeiro com o general Eduardo Lonardi, depois com o general Pedro Eugênio Aramburu. A tarefa de ambos era garantir um processo de normalização democrática, acompanhado de medidas para controlar o peronismo e o movimento sindical. A desconfiança por parte dos militares de que Lonardi não conseguiria cumprir tais tarefas motivou sua substituição por Aramburu, em novembro de 1955, apenas dois meses após a posse de Lonardi (GAMBINI, 2008).

Em julho de 1956, no artigo “Sangue na Argentina”, Theophilo de Andrade informa que o presidente Aramburu reprimiu violentamente os grupos que tentaram derrubá-lo. Contudo, pondera que a reação do governo argentino era necessária, pois os rebeldes representavam o peronismo e as práticas nazi-fascistas:

... quando as agências telegráficas começaram a anunciar o fuzilamento, após julgamentos sumários, dos chefes rebeldes derrotados, o sentimentalismo brasileiro reagiu, solicitando clemência e até acusando o Governo do General Aramburu de estar a exercer uma repressão bárbara. Entretanto, se os fatores forem analisados friamente, à luz da evolução histórica, outro julgamento se impõe. A repressão foi sangrenta, mas merecida e adequada. É que o levante contra o Governo revolucionário, que depôs a boçal e corrupta ditadura de Juan Domingo Perón, não teve os caracteres das revoluções latino-americanas do século XX e, muito menos, o cunho das lutas que agitaram o nosso próprio País, nos últimos anos, de 1930 a esta parte. Nestes casos, tratou-se de apelos às armas para corrigir desvios de funcionamento da democracia. (...) Na Argentina, a ditadura peronista teve todas as características de brutalidade nazi-fascista. Foi a corrupção erigida em sistema. A nação viu-se entregue a uma malta de malfeitores, que a explorara, a empobrecera e a desmoralizara. A reação contra o peronismo foi a revolta de um povo envergonhado que quis, outra vez, encontrar os caminhos da decência (07/07/1956, p. 106).

Mais adiante, são feitos elogios à forma como o governo Aramburu, considerado legítimo e democrático, reprimiu a rebelião orquestrada por peronistas:

A atuação do Governo provisório, sobretudo depois da ascensão à suprema curul do General Aramburu, vinha sendo de recuperação, tanto no terreno econômico, como no político e, sobretudo, no moral. O novo Governo ainda não tivera tempo sequer de gastar-se e impopularizar-se. Era, pois, o representante legítimo da realição nacional contra os dez anos de miséria social e opressão peronista. Destituídos dos postos de mando e privados das benesses que, durante anos, lhe proporcionara um regime corrupto, os beneficiários do peronismo tentaram, agora, pura e simplesmente, a volta ao poder, por um golpe de mão audaz, do estilo daqueles em que se especializaram, antes da Segunda Guerra Mundial, as bem organizadas minorias fascistas e comunistas, em vários países do mundo. (...) O governo revolucionário vinha agindo com o máximo de prudência e até de tolerância para com os sabotadores. Mas estes apenas se preparavam para uma ação maior, destinada à conquista do poder. (...) Financiados pelos aproveitadores do peronismo, pensavam os rebeldes em vencer pelo excesso de violência e pelo terror, inclusive pela liquidação dos governantes que lhe caíssem nas mãos. A resposta tinha de ser em idêntica moeda. Entre democratas, compreende-se que haja certo “fair play” mesmo em coisas desta natureza. Com os totalitários, porém, que somente acreditam na violência e que tem como instrumento supremo a violência, somente pela violência podem ser enfrentados (07/07/1956, p. 106).

A Argentina de Aramburu, portanto, é vista como defensora da democracia contra o autoritarismo representado pelos peronistas. Já em agosto de 1956, além da indetificação com a democracia, o governo Aramburu é elogiado por conduzir a Argentina para o caminho da concertação continental. Em uma entrevista concedida por Juscelino Kubitschek ao jornalista Eugênio Silva, durante a Conferência Pan-Americana do Panamá, o presidente brasileiro reafirma a importância do concerto americano e inclui a Argentina de Aramburu no *hall* de integrantes do concerto:

O pan-americanismo tem profundo sentido e é do nosso comum interesse dar-lhe maior impulso. Este sentido não é apenas histórico, tendo velhas raízes a ideia de solidariedade do continente na defesa de sua integridade e do seu patrimônio institucional. A própria ideia de solidariedade continental é um capítulo desse patrimônio comum e conheceu muito cedo uma importante manifestação dos Estados Unidos da América na célebre Doutrina Monroe. (...) Alguns dos primeiros resultados da nossa ida ao Panamá já foram colhidos na efetivação de um programa de amizade continental, como devem ser interpretadas a visita do Presidente Aramburu da Argentina e, logo depois, a do Presidente eleito da Bolívia, Herana Siles Zuazo (11/08/1956, p. 10).

Percebe-se na reportagem de Eugênio Silva a importância dada ao pan-americanismo e às relações com os Estados Unidos, princípios em torno dos quais a Argentina estava se alinhando. De fato, durante o governo Aramburu houve um

estreitamento de relações entre Washington e Buenos Aires: a Argentina ratificou a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado de Bretton Woods; aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); concordou com as recomendações da Junta Interamericana de Defesa (JID) para se integrar ao sistema de segurança do hemisfério ocidental; firmou acordos de cooperação militar com os Estados Unidos para manobras conjuntas no Atlântico Sul e recebeu créditos para compra de equipamento naval norte-americano (porta-aviões, *destroyers* e submarinos) (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Se por um lado a Argentina de Aramburu era representada no periódico como democrática e pan-americana, por outro o “fantasma” do peronismo assombrava a paz continental. Uma série de três reportagens, entre junho e agosto de 1957, denunciou uma suposta conspiração peronista para retomar o poder na Argentina. Com o título de “Trama Peronista”, o jornalista Lycurgo Cardoso revelou um plano de peronistas exilados que transportavam manifestos anti-governo provisório a ser distribuído na Argentina. O material impresso na Bolívia e com destino a Buenos Aires foi apreendido na estação ferroviária de Santa Maria-RS e deixou a polícia gaúcha em alerta sobre conspirações anti-democráticas e pró-peronistas com conexão no Brasil:

Impressos na Bolívia, os manifestos peronistas eram encaminhados através da fronteira para aqueles agentes, encarregados de infiltrá-los na Argentina. Ainda segundo declarações de Delfo Raul Baglioni [um dos argentinos detidos], nove estações de rádio, instaladas clandestinamente em território brasileiro, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, faziam transmissões especiais, concitando o povo argentino a se revoltar contra o atual governo (22/06/1957, p. 40).

Em julho de 1957, uma ampla fotorreportagem assinada por Arlindo Silva trazia documentos denunciando os “planos conspiratórios” de Perón para derrubar o governo Aramburu:

O próprio Perón, de seu exílio - a princípio no Panamá, e, agora na Venezuela -, dirige o movimento subversivo que, em última instância, visa a sua volta à Argentina. Pelos documentos que hoje publicamos, pode-se verificar que, tão logo chegou ao Panamá, vindo do Paraguai, Perón começou a organizar sua “quinta coluna” em vários países sul-americanos. Da cidade panamenha de Colón, onde se refugiou inicialmente, começou a dirigir cartas aos peronistas exilados no Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia, e em pouco tempo organizava seus “Comandos Secretos”, que entraram rapidamente em ação (13/07/1957, p. 91).

Arlindo Silva ainda revelou detalhes da ação conspiratória:

Perón mandou imprimir planos, instruções e diretrizes e os enviava aos chefes desses “Comandos”. Estes, por sua vez, encaminhavam os documentos por portadores especiais, ou pelo Correio, a elementos peronistas dentro da Argentina. Neste país tais diretrizes e planos de agitação eram distribuídos profusamente, de modo a atingir particularmente as massas operárias. Na sua correspondência aos chefes dos “Comandos” dizia Perón que a difusão de tais diretrizes deveria ser tão intensa que a massa ficasse saturada e passasse à ação decisiva. Se a massa “obreira” cumprisse os planos que ele traçava, o atual governo argentino não permaneceria no poder por muito tempo (13/07/1957, p. 91).

Como se não bastasse a intenção de derrubar o governo Aramburu, anteriormente qualificado como democrático e legítimo, a “conspiração peronista”, segundo a reportagem, apelava para uma brutal violência contra os inimigos do peronismo:

Além dos atos de sabotagem e terrorismo, Perón determinou a organização de uma sociedade secreta, estilo Ku-Klux-Klan para a punição (inclusive a morte) de todos os inimigos do peronismo. Os membros dessa seita deveriam comparecer às reuniões secretas com o rosto coberto por um capuz e não deveriam conhecer-se pelo nome, usando, apenas, uma senha convencional. O ex-ditador batizou essa seita de “Justicia del Pueblo”, J.D.P., iniciais do seu próprio nome, Juan Domingo Perón (13/07/1957, p. 92).

A fotografia de Perón com a mão no peito, ocupando uma página inteira da revista (Figura 3), veio acompanhada da legenda:

Anjo de cara suja. Com a mão no peito e o ar angelical, Perón parece perguntar: “Quem? Eu?” Em recente entrevista à revista americana “Life”, o ex-ditador declarou que não era responsável pelo movimento subversivo que os “comandos peronistas” desenvolvem nos países limítrofes da Argentina. Os documentos que divulgamos arrancam a máscara de Perón (13/07/1957, p. 90).

Seguindo a metodologia apontada por Vilches (1997) sobre a relação entre foto e legenda, considera-se que a mensagem simbólica veiculada pela combinação entre texto e imagem é a da desmoralização da figura política associado ao autoritarismo. Perón é tratado como o inimigo da democracia, o agressor de um importante valor defendido em várias matérias do periódico, como se analisou.

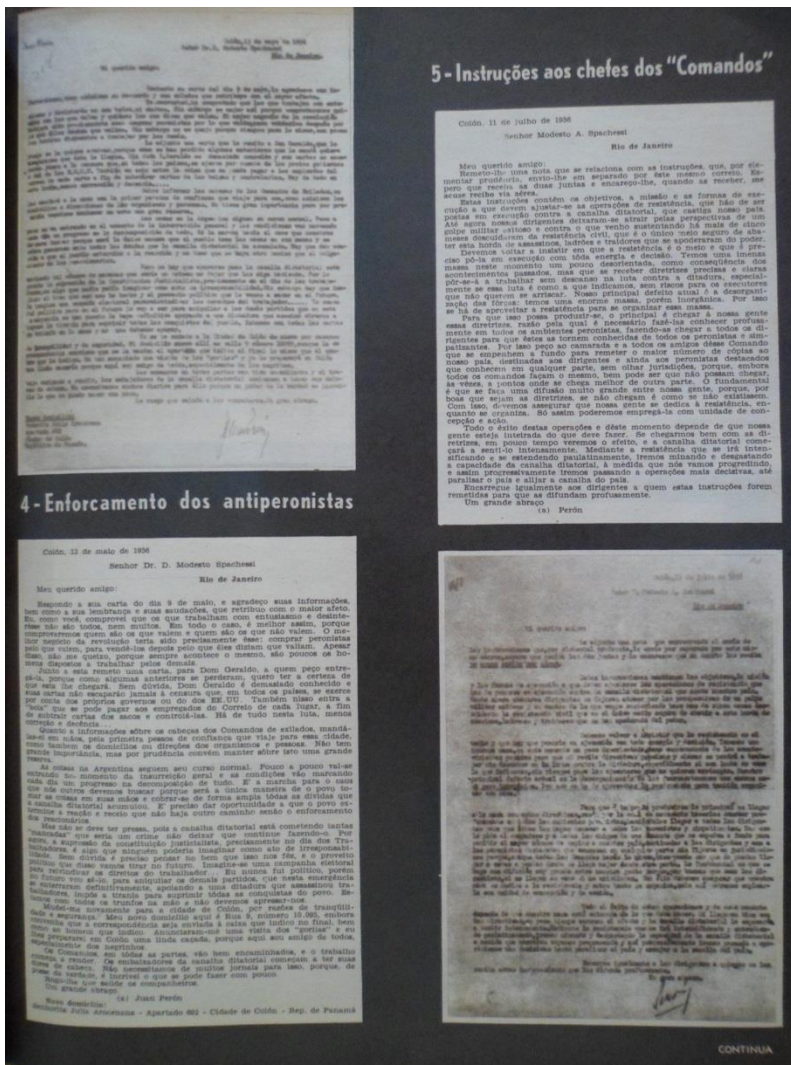
Figura 3 – Anjo de cara suja



Fonte: *O Cruzeiro*, 13/07/1957, p. 90.

A fotorreportagem traz documentos da suposta conspiração, os quais cumprem o papel de dar credibilidade aos argumentos de Arlindo Silva sobre o sentido antidemocrático do peronismo (Figura 4).

Figura 4 – Documentos “conspiratórios”



Fonte: O Cruzeiro, 13/07/1957, p. 94.

A terceira reportagem sobre a suposta conspiração peronista, de agosto de 1957, também é assinada por Arlindo Silva. Intitulada “Os cinco dedos de Perón no Brasil”, a matéria traz documentos sobre as conexões de Perón na América Latina para organizar uma conspiração contra o governo de Aramburu. A sombra do peronismo é o empecilho para a concertação americana, uma vez que provocou uma ruptura nas relações diplomáticas entre Argentina e Venezuela, onde Perón estava exilado:

Examinando as provas documentais da conspiração, agora considerada superada, vão os embaixadores americanos adquirindo plena convicção de que, ao

interromper suas relações com a Venezuela, o governo argentino usou o último recurso de que dispunha. Através de fatos concretos, tem o governo de Buenos Aires demonstrado às nações do continente que o governo venezuelano não quis dar ouvidos às denúncias de que Perón, em Caracas, dirigia o movimento subversivo que visava inclusive o derramamento de sangue na Argentina. Aliás, o ex-ditador, em sua vasta correspondência, declara que tem na Venezuela inteira liberdade de movimentos. (...) A condição “sine qua non”, por parte da Argentina, para o reatamento, é a saída de Perón do território venezuelano. Daí a resistência que o governo brasileiro vem encontrando para encontrar uma fórmula de conciliação. O pensamento do governo Aramburu, expresso em entrevista a este repórter, é que enquanto Perón permanecer na América não haverá paz nem tranquilidade no continente (17/08/1957, p. 63).

Em entrevista a Arlindo Silva, o presidente Aramburu reforça a convicção de que a conspiração peronista é um obstáculo para o concerto político americano:

Essas manobras – declarou Aramburu – preocupam unicamente quando ofendem a dignidade nacional, e, portanto, a dignidade americana. Essa conspiração a que o senhor se refere nunca preocupou, em realidade, o governo. Sem dúvida, os atos de sabotagem e terrorismo, tantas vezes denunciados com documentação, que afetam diretamente aos argentinos em sua integridade pessoal e patrimonial, obrigaram este governo a denunciar, ante governos amigos, as atividades de um grupo de irresponsáveis (17/08/1957, p. 68).

Referindo-se a Perón, Aramburu argumenta que “o problema desse homem não é da Argentina. Os transtornos que possa aqui produzir sempre serão superados, mas, enquanto se lhe permita atuar, será um fator de desarmonia na América, como prova o fato de haver sido a casa de nossa ruptura de relações com um país irmão (17/08/1957, p. 70). A entrevista encerra com um apelo de Aramburu favorável à democracia e à cooperação continental: “É necessário um esforço comum dos povos livres e democráticos da América para alijar do continente os títeres e os ditadores. Damos, neste momento, aqui na Argentina, um exemplo ao hemisfério no sentido de que as democracias podem desterrar desta parte do mundo qualquer ditadura” (17/08/1957, p. 70).

Eis, mais uma vez, uma Argentina diferente daquela exposta pela revista na primeira parte do capítulo. Estrategicamente, ao “dar voz” a um importante personagem do cenário político argentino daquele momento, como Aramburu, e ao não entrevistar lideranças peronistas para expor um contraponto ao presidente, Arlindo Silva expressa a imagem de uma Argentina sintonizada com a concertação política continental. Considera-se que os jornalistas de *O Cruzeiro*, através do conjunto de matérias examinado até aqui, produziram simbolicamente um sentido ideológico favorável à democracia e ao concerto internacional da América. Os jornalistas refutam, assim, os regimes políticos menos

legitimados pelo contrato social do que pela conexão direta com a massa trabalhadora, bem como políticas externas que buscavam autonomia nacional a partir da distância em relação aos Estados Unidos e à América Latina.

Vale lembrar que o governo Aramburu, representando a ala autoritária dos militares, apelidada de “gorilato”, não mediu esforços para afastar Perón da Argentina e até mesmo expulsá-lo do continente: pressionou os governos do Paraguai (Alfredo Stroessner) e da Venezuela (Marcos Pérez Jiménez) a impedir o exílio de Perón naqueles países, bem como denunciou planos peronistas para provocar uma guerra civil na Argentina a partir de Caracas, passando pelas fronteiras de Chile, Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai, e a partir do Brasil, com os “comandos peronistas” (MONIZ BANDEIRA, 2010). As três matérias anteriormente examinadas sobre a “conspiração peronista” em muito foram abastecidas por informações do governo argentino.

A defesa da democracia também foi feita a partir de um balanço sobre o panorama político latino-americano elaborado pelo colunista Theophilo de Andrade. No artigo “Caldeirão Latino-Americano”, o jornalista lamenta a fragilidade democrática da América Latina e descarrega críticas ao legado deixado pelo peronismo na Argentina:

Na América do Sul, iniciamos pela Colômbia, país que, outrora, era uma democracia que funcionava perfeitamente, e que está a refazer-se, com dores e sofrimentos, de quatro anos de guerra civil e mais de ditadura militar, importa, em um passe de mágica, pelo general Rojas Pinilla. Mais abaixo, o Peru goza ainda a lua de mel da libertação da ditadura Odria. A Bolívia, ao lado, sofre a inquietação e a desorganização provocada pela revolução que a abalou, há quatro anos. O Chile estorce-se na crise de uma inflação que se recusa a ceder aos remédios dos economicistas. E a Argentina encontra-se no pântano social, econômico e político, em que a deixou uma das ditaduras mais sórdidas e rastaqueras que a história americana já viu. Do ponto de vista da evolução social e do progresso político, é uma decepção tremenda. Parece que os sonhos liberais, românticos e democráticos de Bolívar, San Martín e O’Higgins, têm, a pesar sobre eles, como uma maldição, as atrocidades dos Conquistadores (27/07/1957, p. 35).

Já Austregésilo de Athayde, no artigo “A Argentina em Marcha”, de agosto de 1957, comemora a derrota do partido Justicialista nas eleições parlamentares de julho e considera a Argentina um país de tradição democrática e de solidariedade interamericana, ao contrário da fase peronista:

A volta da Argentina à normalidade política, no pronunciamento de uma eleição livre, é o grande jato auspicioso da vida continental. Há mais ainda: nos comícios, os cidadãos argentinos, por três votos em cada quatro, repeliram a ditadura do general Perón, encerraram as manigâncias políticas do

“justicialismo”. Mas a derrota do peronismo não significou apenas o repúdio a um sistema de governo opressivo e imcomportável, por isso, com as melhores tradições da evolução do grande povo. Quis dizer igualmente que a nação se reintegrava, plenamente, no espírito da unidade democrática do continente americano, adotando não só as regras comuns da vida política, como também colaborando efetivamente para a realização dos objetivos de segurança visados pelos compromissos do Hemisfério. (...) O peronismo destruiu tudo isso, a começar pela solidariedade interamericana, ameaçada pelos sonhos loucos de restauração do Vice-Reinado do Prata e por uma rancorosa hostilidade ao Brasil e aos Estados Unidos. (...) Agora a nação desopressa e nutrida pelas melhores esperanças do seu futuro prepara-se para assegurar novos rumos, dentro das linhas veneráveis de sua tradição democrática. É a grande Argentina que reaparece conduzida pela vontade inquebrável, legítima do povo. A Argentina dos próceres de maio e de julho, a caminho do seu destino (17/08/1957, p. 4).

A menção às eleições no artigo de Athayde se referem ao processo de normalização democrática em torno do qual o governo do general Aramburu se envolveu no final do mandato. Após a intervenção militar que influiu na queda de Perón e que organizou o governo provisório da Argentina entre 1955 e 1958, era a vez do retorno das eleições para presidente da república, governadores de províncias e parlamentares, marcadas para abril de 1958. O partido Justicialista havia sido considerado ilegal, havendo portanto restrições à candidatura de peronistas.

Os principais candidatos à sucessão presidencial representavam duas ramificações da União Cívica Radical (UCR), opositora ao peronismo. A primeira, chamada de União Cívica Radical do Povo (UCRP), era liderada por Ricardo Balbín e expressava a posição anti-peronista de centro-direita. Apoiou a proibição ao peronismo até o início dos anos 1960 e defendeu uma reforma sindical que fragmentasse a direção peronista, embora sua política de redistribuição de renda se aproximasse das propostas peronistas. A segunda, União Cívica Radical Intransigente (UCRI), era encabeçada por Arturo Frondizi e tinha um projeto desenvolvimentista²⁰, cujo foco era a industrialização (SENKMAN, 2001). Sobre o desenvolvimentismo defendido por Frondizi, Fausto (2004) esclarece que

Sua estratégia se baseava no lançamento acelerado dos planos econômicos, que tinham como premissa a ideia de que não se podia esperar nada de construtivo do setor agropecuário e de que a Argentina devia tomar o rumo de um desenvolvimento industrial integrado, com base na substituição de importações. (...) [o ministro da fazenda] Frigerio sintetizou essa concepção em um slogan:

²⁰ Caracteriza-se o termo “desenvolvimentismo” de acordo com Cervo (2007), que considera que o paradigma de Estado desenvolvimentista se desenvolveu na América Latina a partir dos anos 1930, consolidou-se nas décadas seguintes e entrou em decadência nos anos 1980. O autor argumenta que, entre 1930 e 1945, “o novo paradigma ia agregando (...) componentes teóricos à sua formulação: percepção de interesses que alimentariam o processo decisório, negociação de ganhos recíprocos nas relações internacionais, determinação de superar desigualdades entre as nações, visão cooperativa e não confrontacionista” (p. 35).

“petróleo + carne = aço + indústria química”. A ideia, assim como no Brasil, era intervir em um conjunto de setores ao mesmo tempo, recorrendo, para tanto, ao capital estrangeiro. As maiores expectativas estavam no petróleo (p. 350-351).

A vitória de Frondizi, em abril de 1958, foi tema da revista. Na matéria “Frondizi, paz na Argentina”, assinada pela “equipe de *O Cruzeiro*”, ganha destaque a inclinação do novo presidente à aproximação com a América Latina:

... Arturo Frondizi é defensor ardoroso das mais estreitas relações entre as Repúblicas sul-americanas. Grande amigo do Brasil, do Uruguai e do Chile, o presidente eleito da Argentina acaba de realizar uma visita de cortesia aos três países que lhe são vizinhos. Simpático, o vitorioso candidato da União Cívica Radical recebeu expressivas homenagens do governo e povo brasileiros, a exemplo do que já ocorrera o Chile e no Uruguai (19/04/1958, p. 117).

Em entrevista exclusiva para a “equipe de *O Cruzeiro*”, Frondizi assegura a defesa da democracia na Argentina, sem temer pela volta do peronismo:

No próximo governo constitucional, quaisquer partidos políticos poderão ser criados e funcionar livremente. Cada cidadão argentino deverá decidir, por sua própria vontade, qual será a posição a adotar ante as novas disposições constitucionais da República. (...) Enquanto se respeite, como estamos firmemente decididos a fazê-lo, a vontade do povo, que reclama o império da paz, da liberdade e da justiça na Argentina, nada poderá constituir uma ameaça ao regime democrático de meu país. No nosso país haverá liberdade, como haverá ordem (p. 117-118).

Após destacar a atuação da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* na exploração do petróleo na Argentina, que combina uma política econômica nacionalista com participação do capital estrangeiro, Frondizi é perguntado sobre a possibilidade de um mercado comum na América Latina, a exemplo do que existe na Europa. Na resposta, o presidente argumenta que o

Mercado comum na América Latina é um objetivo econômico que, tarde ou cedo, será alcançado pelos nossos países, podendo ser antecipado por meio de acordos regionais. Mas torna-se indispensável consolidar, em cada um deles, uma poderosa economia nacional, baseada no aproveitamento integral de todos os recursos disponíveis. Essa realização econômica deve ter, como objetivo primordial, a elevação do nível de vida de todas as camadas do povo. Lograr-se-á, assim, a criação de um forte mercado de consumo interno, base insubstituível para qualquer desenvolvimento futuro do bloco latino-americano (19/04/1958, p. 118).

A possibilidade da América Latina criar projetos de integração econômica a partir de uma iniciativa autônoma, como exposta na última resposta do presidente Frondizi,

relaciona-se com as propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Criada em 1948 e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), o objetivo da comissão era elaborar estratégias de desenvolvimento econômico para a região que pudessem ser uma alternativa integracionista diante da tradição interamericana em crise no pós-guerra. Não é demais lembrar que a bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética, durante a Guerra Fria, fez com que a maior quantidade de recursos norte-americanos fosse destinada a áreas próximas à fronteira soviética, conforme diretrizes da Doutrina Truman e do Plano Marshall. A concepção cepalina de desenvolvimento se caracterizava por valorizar a intervenção estatal na economia e a integração gradualista-comercialista para o desenvolvimento de um mercado comum (BIELSCHOWSKY, 2000).

Uma forma de fazer com que a visão de mundo favorável à integração política e econômica americana parecesse ser ainda mais legítima perante o leitor foi a publicação de diversas matérias específicas sobre este tema. Isto é, além de associar a imagem da Argentina pós-1955 à concertação continental, os jornalistas do periódico também produziram textos e imagens com explícito sentido de concerto internacional. Nesse sentido, percebe-se que, no artigo “A restauração da política da boa vizinhança”, de setembro de 1958, o colunista do “Carrossel do Mundo”, Drew Pearson, argumenta sobre a necessidade de um reforço do projeto pan-americano e do apoio aos países democráticos na região:

Vem sendo efetuadas ultimamente importantes discussões, a fim de restabelecer as boas relações norte-americanas com a América Latina e revigorar a agonizante política de boa vizinhança. (...) Os principais conselheiros nas atuais discussões sobre a América Latina tem sido o vice-presidente Richard Nixon e o Dr. Milton Eisenhower, irmão do presidente. Ambos regressaram recentemente de viagem à América Latina, tendo o primeiro ido à América do Sul e, o segundo, à América Central. Milton (...) voltou convencido de que a administração Eisenhower deve tratar no futuro os ditadores com uma indiferença cortês, prestando ao mesmo tempo a cooperação mais entusiástica aos governos democráticos. (...) Tanto Nixon quanto Milton acreditam que o governo deve ter especialmente o cuidado de não condecorar os ditadores latino-americanos e de não convidá-los a visitar oficialmente a capital norte-americana” (27/09/1958, p. 114).

Importa salientar que, no contexto aqui analisado, havia diferentes projetos de concertação diplomática em curso na América Latina. Conforme já se disse, o pan-americanismo se constituía num sistema interamericano de paz e comércio vinculado aos Estados Unidos, enquanto que as propostas cepalinas propunham uma integração econômica através de uma iniciativa da própria América Latina. O primeiro visava a

manutenção dos perfis econômicos tradicionais dos países americanos e representava um alinhamento continental aos Estados Unidos a partir de relações bilaterais. O segundo buscava industrialização e maior autonomia dos países latino-americanos através do multilateralismo. Nas matérias até o momento examinadas, porém, o apoio ao concerto americano é feito sem uma problematização sobre a iniciativa (estadunidense ou latino-americano), o objetivo (agroexportação ou industrialização), o significado (alinhamento ou autonomia) e a forma como se dão as relações entre os Estados (bilaterais ou multilaterais). Dentro do espaço de disputa que há no campo jornalístico, a revista *O Cruzeiro* expressa a visão de mundo pan-americana, claramente expressa nas colunas de Drew Pearson, e de concertação americana sem distinção de projetos, especialmente nos artigos de Theophilo de Andrade.

É a defesa de uma concertação americana, nos moldes acima expostos, que surge na fotorreportagem “América conversa sobre o futuro”, de Herculano Siqueira em outubro de 1958. De acordo com o jornalista,

Pela primeira vez em muitos anos, os problemas econômicos, fatores principais do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, constituíram a base de uma série de reuniões informais, realizadas durante três dias, [em New York] entre os Ministérios de Relações Exteriores das vinte e uma repúblicas do Hemisfério Ocidental. Pela primeira vez também, o governo dos Estados Unidos deu o seu apoio ostensivo às propostas latino-americanas para a constituição de um Banco ou organização de crédito semelhante, com o fim precípua de facultar os capitais necessários às tarefas essenciais ao combate ao pauperismo e subdesenvolvimento nas Américas (18/10/1958, p. 72).

A representação simbólica do evento também foi feita através das fotos de Orlando Suero. Ocupando mais da metade da página, a fotografia do seminário de abertura da conferência de New York (Figura 5) é acompanhada pela legenda: “Toda América Latina se encontrava presente no momento em que o secretário de Estado norte-americano, Sr. John Foster Dulles, chegou para a abertura da conferência” (18/10/1958, p. 72). A composição entre foto e legenda produz simbolicamente a ideia do concerto americano.

Figura 5 – Seminário de abertura da conferência de New York



Fonte: *O Cruzeiro*, 18/10/1958, p. 72.

Na página seguinte (Figura 6), uma sequência de três fotografias no lado direito mostra o clima de harmonia entre o secretário Dulles e o chanceler brasileiro, Negrão de Lima, com destaque para a foto com a conversa “ao pé do ouvido”.

Figura 6 – Dulles e Negrão de Lima



Fonte: *O Cruzeiro*, 18/10/1958, p. 73.

Na penúltima página (Figura 7), três fotografias expressam conceitos importantes: a primeira, na metade superior, mostra o lado de fora da conferência, onde manifestantes defendem a democracia e repudiam o autoritarismo da América Latina através de uma faixa com o caricatura dos ditadores (Perón entre eles). Conforme a legenda, “silenciosos, manifestantes contra as tiranias na América Latina usavam como grito de protesto apenas os seus cartazes” (18/10/1958, p. 74). As outras duas, na metade inferior, externam o clima de concertação política na América com o presidente Eisenhower ao lado do chanceler brasileiro (no lado esquerdo) e o chefe do Departamento de Estado norte-americano prestando a atenção na conferência (no lado direito).

Figura 7 – Democracia e Concerto Político



Fonte: *O Cruzeiro*, 18/10/1958, p. 74.

Uma concertação continental com os Estados Unidos e entre os países da América Latina também surge no artigo “O Adiamento da Conferência Pan-Americana”, de Theophilo de Andrade, em janeiro de 1960. O jornalista lamenta o adiamento da conferência Pan-Americana de Quito em função de questões sobre os limites territoriais de Equador e Peru e também defende a Operação Pan-Americana (OPA), um projeto de articulação multilateral latino-americano que, sob iniciativa do governo Juscelino Kubitschek, buscou coordenar esforços da América Latina para obter investimentos dos Estados Unidos. Para Theophilo de Andrade,

“... depois da Operação Pan-Americana e da criação do Banco Interamericano, estamos a inclinar-nos para um programa concreto que vise ao desenvolvimento

econômico. O Pan-Americanismo está a evoluir do romantismo das tiradas sentimentais para uma colaboração comercial prática. Já estamos mais do que maduros para isso, de vez que acreditamos superadas as pequenas rusgas históricas que, no passado, empanaram a fraternidade continental” (09/01/1960, p. 18).

Andrade valoriza, portanto, duas formas de concertação continental: a pan-americana – por ele considerada em evolução – e a OPA. Sobre esta, esclarece Oliveira (2005) que se tratava de

uma nova tentativa de vinculação mais íntima com os Estados Unidos, em uma tática multilateral com a inclusão da América Latina no projeto. Esquemática e sucintamente, a OPA visava atrair os Estados Unidos a participar do processo de reversão do quadro de subdesenvolvimento regional, enquanto fonte de investimento, de tecnologia e igualmente de mercado (p. 73)²¹.

Ao contrário de Theophilo de Andrade, que enxergava o pan-americanismo em fase de avanço, João Alberto Leite, no artigo “IKE e JK ‘recauchutam’ o Pan-Americanismo”, em março de 1960, expressou o desejo de que a visita de Dwight David Eisenhower (Ike) ao Rio de Janeiro pudesse reforçar o concerto pan-americano, o qual esteve em segundo plano desde o final da II Guerra:

A visita é particularmente importante porque representa, afinal, o reconhecimento da importância da América Latina no quadro mundial. (...) É forçoso reconhecer que nestes anos o americanismo caminhou para trás. Os nossos amigos do norte acentuaram um certo quê de paternalismo ou intolerância em relação à gente que habita o sul deste hemisfério. Isso acentuou a sedimentação de um complexo de inferioridade fundado na evidência de nossa pobreza. Há, pois, muito a consertar. Ike e JK tentarão “recauchutar” o pneu “careca” em que se converteu o ideal pan-americano (05/03/1960, p. 32).

Titular da coluna “Política Internacional”, Theophilo de Andrade produziu mais um artigo defendendo a importância do bom relacionamento entre a América Latina e os Estados Unidos. Com o título “A ‘Tournée’ da Boa Vizinhança”, Andrade faz um balanço sobre a visita diplomática de Eisenhower a quatro países da América do Sul (Argentina,

²¹ Sobre a Operação Pan-Americana, Cervo (2007) acrescenta que ela “... agregava de revolucionário ao pensamento latino aplicado à política exterior as ideias de solidariedade aos Estados Unidos, condicionada à cooperação para o desenvolvimento econômico e de repulsa à intervenção no contexto da Guerra Fria, como remédio aos males do subdesenvolvimento. A viabilidade dessa política exterior dependia da união dos latinos em torno desses princípios e de seu reconhecimento pelos Estados Unidos, o que parecia utópico. Brasil e Argentina haviam chegado a essa encruzilhada comum por caminhos diversos, que lançava raízes nas heranças de Vargas e Perón” (p. 75).

Brasil, Chile e Uruguai) e expressa claramente que a parceria com os norte-americanos é fundamental para o desenvolvimento econômico latino-americano:

... teve ele [Eisenhower] oportunidade de ver, com os próprios olhos, os amigos que os Estados Unidos possuem deste lado, e que se sentiam descurados pelos grandes aliados do norte. É que aqui também há populações em franco progresso demográfico, desejosas de se desenvolverem economicamente e que, para tanto, necessitam, não de presentes, como os prodigalizados à Europa, mas de ajuda técnica e financeira, na forma de empréstimos, por parte do único grande mercado de dinheiro que ainda existe no Ocidente, que são os Estados Unidos (26/03/1960, p. 114).

No mesmo artigo, Andrade reforça o argumento de que a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, vislumbram nos EUA a parceria para o desenvolvimento econômico:

Os Estados Unidos têm encarado a situação dos seus amigos ao sul do Rio Grande, mais do ponto de vista político, dando ênfase à manutenção dos estilos de vida democrático e à preservação das liberdades públicas. Nós, porém, já consideramos estas teses como pacíficas. O que nos preocupa é o atraso industrial e a servidão em que vivemos das matérias-primas. Queremos, por isso, a criação da indústria pesada, sem a qual não pode haver independência econômica, nem elevação do nível de vida. Não foi por outro motivo que o Presidente Juscelino Kubitschek imaginou a Operação Pan-Americana (26/03/1960, p. 114).

Em setembro de 1960, Theophilo de Andrade escreveu novo artigo elogiando a concertação continental, desta vez nos moldes do sistema de segurança coletivo proposto pelos Estados Unidos na conjuntura da Guerra Fria, isto é, o alinhamento aos norte-americanos em nome da defesa de valores ocidentais, como o capitalismo. Com o título “Condenação de Trujillo”, o jornalista argumenta que

A decisão tomada pela Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, de condenar o governo da República Dominicana, por sua intervenção na Venezuela, pode ser o princípio de uma nova orientação política para os povos do Continente. Funcionou, pela primeira vez, com a aplicação de sanções graves, como o rompimento das relações econômicas e o embargo do embarque de armas, o sistema que os países deste Hemisfério elaboraram para viver em paz, cultivar a democracia e varrer dos seus territórios influências ditatoriais (10/09/1960, p. 50-D).

O alinhamento aos Estados Unidos nos moldes pan-americanos de solidariedade hemisférica no combate ao socialismo surge em artigos relacionados a Cuba no início dos anos 1960. A aproximação entre Havana e Moscou foi acompanhada de perto pelos

jornalistas responsáveis por temas internacionais da revista, os quais expressaram claramente o apoio à posição norte-americana sobre a ilha²². No artigo “Cuba e o Brasil”, de junho de 1961, Theophilo de Andrade conclama a América Latina para o pan-americanismo:

Dir-se-á que há outros governos comunistas no Mundo, com os quais o Brasil, os Estados Unidos e outros Estados americanos mantêm relações comerciais e diplomáticas. É verdade. Há, porém, um pacto que impede a mesma coisa em relação a países americanos. E que somos um hemisfério com uma ideologia política comum, com uma consciência democrática definida, resultantes de mais de cem anos de pan-americanismo, e de uma evolução histórica toda ela baseada nos princípios generosos da Revolução Americana e da Revolução Francesa. O nosso ideal é a liberdade (10/06/1961, p. 34).

O mesmo tom opinativo é encontrado em artigo do mês de setembro, intitulado “Nota alta e nota baixa em Montevideo”. Após considerar que as revoluções liberais inglesa (1688), norte-americana (1776) e francesa (1789) serviram de referência para independências na América Latina, Theophilo de Andrade comemora os esforços em nome de um concerto político e econômico do continente, tanto pela iniciativa brasileira, através da Operação Pan-Americana, quanto pela iniciativa dos EUA, através da “Aliança pelo Progresso”. Em especial sobre esta última, alinhavada na Conferência de Punta de Este, em 1961, o autor escreve:

A conferência de Punta del Este foi um dos maiores acontecimentos da história da América. Nela, demos, afinal, o tão desejado sentido econômico à união pan-americana. O que os nossos antepassados sonharam, no terreno político, como unidade do nosso Continente, acaba de ser um grande passo, no mais importante dos terrenos. (...) O jovem presidente John Kennedy, mostrando uma compreensão prática do que seja o pan-americanismo, dispôs-se a ajudar os vizinhos, com que está o seu país ligado, de há muito, no terreno político. Daí seu programa “Aliança para o Progresso”, que vem de cristalizar-se na Conferência de Punta del Este, na qual os Estados Unidos colocaram à disposição dos latino-americanos vinte bilhões de dólares, a serem investidos em dez anos. É mais do que o Plano Marshall, que custou 17 bilhões. Foi, por esta forma, escrita em Montevideú uma das grandes páginas do altruísmo humano e da solidariedade entre as nações amantes da liberdade (09/09/1961, p. 34).

A “nota baixa” a qual Andrade se refere no título da coluna é a crítica manifestada na conferência pela delegação de Cuba, que denunciou o imperialismo norte-americano no

²² O impacto na América Latina da aproximação de Cuba com a URSS foi abordado nas matérias: CAETANO, Daniel. Arinos fala sobre Cuba etc. N. 35, Ano XXXIII, 10/06/1961, p. 20-21; PEARSON, Drew. Bloqueio sobre Cuba. N. 35, Ano XXXIII, 10/06/1961, p. 66; ANDRADE, Theophilo de. Autodeterminação e não-intervenção. N. 42, Ano XXXIII, 29/07/1961, p. 122; HONEK, Antônio. Che Guevara disse não. N. 47, Ano XXXIII, 02/09/1961, p. 122-123.

continente e se posicionou contrário à “Aliança para o Progresso”. Theophilo de Andrade também lamenta a condecoração de “Che” Guevara pelo governo Jânio Quadros.

Vale lembrar que a “Aliança para o Progresso” se constituiu numa reação do projeto pan-americano, sob liderança de Washington, para solidificar os laços políticos e econômicos com a América Latina. Vários fatores serviram de motivação para que o governo Kennedy buscasse o reforço do pan-americanismo, entre eles a revolução cubana e a aproximação da ilha à União Soviética; os projetos cepalinos de integração, que poderiam oferecer um intercâmbio comercial autônomo para a América Latina; o protecionismo econômico e as violações às normas do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GAAT), em função dos sistemas de pagamento que não operassem com moedas conversíveis; e, por fim, o fortalecimento de um instrumento da política de segurança dos Estados Unidos (SILVEIRA, 1992). O objetivo da “Aliança para o Progresso” era a assistência econômica à América Latina. No entanto, os membros latino-americanos do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, criado em 1963, renunciaram em bloco o acordo em 1966.

Mesmo que a “Aliança para o Progresso” frustrasse as expectativas latino-americanas, o colunista Theophilo de Andrade não vacilou ao propor o alinhamento da América Latina aos Estados Unidos e ao condenar com veemência a política externa que buscava autonomia nacional via afastamento da tutela norte-americana, no caso, a política externa independente praticada pelo Brasil desde 1961. Sobre ela vale esclarecer que, entre 1961 e 1964, durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, o Brasil adotou a chamada Política Externa Independente (PEI), cujas características podem ser sintetizadas em cinco princípios básicos: ampliação do mercado externo para os produtos primários e para os manufaturados (com redução tarifária no âmbito latino-americano); formulação autônoma de planos econômicos e aceitação de ajuda internacional para esses planos; paz, coexistência pacífica e desarmamento; defesa do direito à autodeterminação dos povos; defesa das emancipações políticas das regiões não-autônomas (VIZENTINI, 2004)²³.

No artigo “A crise e a política externa”, ao comentar a crise política instalada no Brasil com a renúncia de Jânio Quadros, Andrade propõe o abandono da política externa independente em benefício do concerto político e econômico da América, em especial a partir do programa “Aliança para o Progresso”: “A política externa brasileira terá de ser,

²³ A PEI sofreu variações ao longo do tempo: primeira fase (Jânio Quadros): neutralismo temperado; segunda fase (gabinete de Tancredo Neves): necessidade de melhoramento da relação com os EUA; terceira fase (João Goulart): ênfase no desenvolvimento (CERVO, 2008).

necessariamente, ajustada à política interna, no sentido de respeito à lei doméstica e à lei internacional, e de colaboração com as nações democráticas que têm sido as amigas do Brasil, desde a sua entrada para o concêrto dos povos livres” (19/09/1961, p. 20)²⁴.

O mesmo sentido de apoio à “Aliança para o Progresso” surge no artigo de João Alberto Leite Barbosa, “A Hora da América Latina”, de outubro de 1961. Barbosa saúda o governo Kennedy pelo programa “Aliança para o Progresso” e considera que se trata do melhor caminho para a América perpetuar os conceitos de democracia e de liberdade na região: “Se existe algo que pode ser considerado exatamente o oposto ao colonialismo é o que os Estados Unidos propuseram e assinaram em Punta del Este. Não conhece o mundo nada que se assemelhe à disposição de ajudar que Washington revela a cada passo.” (14/10/1961, p. 104).

A proposta dos Estados Unidos de expulsão de Cuba da OEA, tratada na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1961, foi tema de diversas matérias da revista, as quais invariavelmente associaram a concertação americana à solidariedade hemisférica no combate ao comunismo e a Cuba²⁵. No artigo “Cabeça-de-Ponte Vermelha na América”, referente à conferência, Theophilo de Andrade deixa claro que não concorda com a política externa independente brasileira e é favorável à expulsão de Cuba da OEA, bem como ao engajamento da América Latina no combate ao comunismo a partir de um sistema de segurança coletivo liderado pelos EUA:

... um dos compromissos, asusmidos em tratados escritos, cujas assinaturas têm de ser honradas, é o de não permitirem os países americanos a instalação de uma sucursal do Kremilin no continente. O Sr. San Thiago Dantas, ilustre titular da

²⁴ A Política Externa Independente foi tema de diversas outras matérias: JQ abre caminho Brasília-Moscou. N. 44, Ano XXXIII, 12/08/1961, p. 8-9; ANDRADE, Theophilo de. Reatamento das relações diplomáticas com a Rússia. N. 45, Ano XXXIII, 19/08/1961, p. 18; ANDRADE, Theophilo de. Masoquismo diplomático. N. 47, Ano XXXIII, 02/09/1961, p. 115; PEARSON, Drew. Brasil e Estados Unidos. N. 49, Ano XXXIII, 16/09/1961, p. 106; ANDRADE, Theophilo de. Política Externa “Independente”. N. 6, Ano XXXIV, 18/11/1961, p. 54; BARBOSA, João Alberto. Brasil-EUA: tudo errado. N. 10, Ano XXXIV, 16/12/1961, p. 51-52; ANDRADE, Theophilo de. Da dignidade em Política Externa. N. 31, Ano XXXIV, 12/05/1962, p. 120; NASSER, David. Doutor de Cracóvia. N. 34, Ano XXXIV, 02/06/1962, p. 4-5; ANDRADE, Theophilo de. A Revolução e a Política Externa. N. 30, Ano XXXVI, 02/05/1964, p. 82; ANDRADE, Theophilo de. A Política Independente e Cuba. N. 31, Ano XXXVI, 09/05/1964, p. 120; ANDRADE, Theophilo de. O Itamarati e Fidel Castro. N. 42, Ano XXXVI, 25/07/1964, p. 120,124; ANDRADE, Theophilo de. Revolução na Política Externa. N. 45, Ano XXXVI, 15/08/1964, p. 44, 50.

²⁵ A questão cubana envolvendo a OEA também foi o foco das publicações de: PEARSON, Drew. O Brasil tende ao neutralismo. N. 11, Ano XXXIV, 23/12/1961, p. 11; ANDRADE, Theophilo de. Entre a democracia e a ditadura comunista. N. 17, Ano XXXIV, 03/02/1962, p. 98; ANDRADE, Theophilo de. História de uma derrota inútil. N. 19, Ano XXXIV, 17/02/1962, p. 100; ANDRADE, Theophilo de. Fidel Castro expulso da OEA. N. 19, Ano XXXIV, 17/02/1962, p. 108-113; TRIGO, Darcy. Cuba pode invadir a América do Sul pelas Guianas. N. 21, Ano XXXIV, 03/03/1962, p. 24-25; ANDRADE, Theophilo de. Meio século depois de Rio Branco. N. 21, Ano XXXIV, 03/03/1962, p. 98.

Pasta de Exterior, insistiu durante muito tempo – e ainda insiste – na afirmação de que medidas não devem ser tomadas contra Cuba, para não se ferir o princípio da autodeterminação dos povos. É este, realmente, um princípio sagrado. Mas somente pode ter vigência quando o povo é consultado, através de eleições livres. E em Cuba não há, nem haverá, eleições livres, enquanto o poder estiver nas mãos da “gang” comunista que traiu a revolução e assaltou o poder (20/01/1962, p. 72).

Já em fevereiro de 1962, no artigo “Cuba e a Aliança para o Progresso”, Theophilo de Andrade expõe sua adesão ao pan-americanismo através de uma pergunta: “Afinal de contas, para que serve o sistema pan-americano? Se não for para defender o hemisfério contra a penetração totalitária comunista, então melhor seria que não existisse” (10/02/1962, p. 102). Uma semana depois, Austregésilo de Athayde conclama a América para que use uma fala comum em relação a Cuba, desde que seja em torno da democracia, da liberdade e da segurança: “Estou convencido de que todos querem a mesma coisa – paz, unidade, democracia, liberdade e segurança num continente próspero e feliz. O que não possuem aqueles pobres diplomatas é uma linguagem comum” (17/02/1962, p. 114).

Embora as relações entre o Brasil e a Argentina sejam o tema do próximo capítulo, convém mencionar que o posicionamento do governo Frondizi na Conferência de Punta del Este foi muito próximo ao do Brasil e ambos países não votaram a favor da expulsão de Cuba da OEA. Entretanto, após a abstenção, Frondizi se submeteu à autoridade das Forças Armadas, favoráveis ao alinhamento aos Estados Unidos, e a Argentina não apenas rompeu relações diplomáticas com Cuba como também conduziu a política econômica de um programa desenvolvimentista para um liberal, exemplificado no acordo com o FMI (MONIZ BANDEIRA, 2010). Enfraquecido perante os militares, o governo Frondizi enfrentaria um desgaste ainda maior nas eleições para o legislativo e governadores de províncias, em março de 1962. Por ter permitido a presença de políticos e sindicalistas peronistas no pleito, Frondizi foi considerado pelos militares como responsável direto pelo bom desempenho dos peronistas nas eleições daquele ano, que elegeram dez dos quatorze governadores de província, incluindo Buenos Aires. Vale lembrar que Frondizi já vinha sendo criticado pela direita liberal argentina por não ter contido a forte influência da CGT no movimento sindical²⁶:

²⁶ Sobre o papel político da CGT após a queda de Perón, Senkman (2001) considera que “la expansión de las bases industriales del movimiento peronista durante el prolongado exilio de Perón fue condición para la representación obrera y el relativo poder que los sindicatos alcanzaron después de 1955. El movimiento sindical peronista se hizo cargo, a la vez, de la representación política y gremial de los trabajadores, debido a la proscripción que pesaba sobre el ala política del partido; de este modo, el sindicalismo peronista se

... hasta 1962, la derecha liberal apoyó a Frondizi, en especial cuando rompió los acuerdos preelectorales que había pactado con Perón – a cambio de los votos peronistas – y puso en práctica un programa de estabilización económica, devaluación monetaria y congelamiento salarial, demostrando que había renunciado a su previa propuesta properonista “nacional y popular” con el fin de atraer a la inversión extranjera en los sectores energético, de transportes y de comunicaciones. Sin embargo, la sanción de la ley de Asociaciones Profesionales – que reconocía únicamente a un sindicato por rama industrial – fortaleció la posición de la CGT y por lo tanto fue decisiva para cancelar el apoyo de la facción derechista liberal. Además, la reticencia – e imposibilidad – del Presidente para suprimir la CGT y sus vacilaciones en el tema del mantenimiento de la proscripción del peronismo en ocasión de celebrarse las elecciones provinciales en 1962, exacerbaron el conflicto entre la derecha liberal y Frondizi (SENKMAN, 2001, p. 280).

Sindicatos, nacionalistas e setores da direita liberal e do exército se opuseram ao governo Frondizi e o derrubaram em março daquele ano. O então presidente do senado, José Maria Guido, também da UCRI, assumiu o novo governo com o apoio das Forças Armadas, as quais condicionaram a posse de Guido à

...anulação das eleições de março, à uma atitude anticomunista e antiperonista firme e à modificação da lei de associações profissionais, de modo a enfraquecer a CGT. O novo presidente acatou as exigências e realizou uma gestão totalmente contrária àquela de Frondizi. Interveio em todas as províncias e dissolveu o Congresso Nacional. Em suma, foi um títere nas mãos dos militares” (BEIRED, 1996, p. 65).

A queda de Arturo Frondizi foi tema da fotorreportagem de Tabajara Tajés, em abril de 1962. Com o título “Frondizi caiu ao amanhecer”, o enviado de *O Cruzeiro* para Buenos Aires expressou preocupação com instabilidade política na Argentina, algo que preocupava os EUA e a América Latina:

... a deposição do presidente Frondizi começava a repercutir em todo o mundo – inclusive nos Estados Unidos – com evidentes demonstrações de antipatia pela perspectiva de uma ditadura militar. Com as relações diplomáticas suspensas, a pergunta que se fazia era como esperavam os chefes militares argentinos obter o reconhecimento do novo governo, caso eles insistissem em tutelar José Maria Guido [presidente do Senado] em um ponto em que a cortina da legalidade não viesse a baixar sobre o drama da atual crise política, deixando de fora as botas da ditadura (14/04/1962, p. 12).

A fotografia de página inteira, feita pelo fotógrafo Antonio Ronek, em que Frondizi aparece depositando voto na urna (Figura 8), sob a legenda “Arturo Frondizi chegou ao

convirtió, a partir de una formidable herramienta de presión, en una corporación con alta capacidad de negociación” (p. 282).

Poder pelo voto, e do Poder foi retirado por força dos votos que, dados aos peronistas, desagradaram as Forças Amadas” (14/04/1962, p. 6), reforça a visão de mundo pró-democracia, em especial o respeito ao contrato social, veiculada através da matéria de Tajés. Também expressa a ideia de que o peronismo permanece sendo um perturbador da ordem democrática no continente.

Figura 8 – Frondizi depositando voto



Fonte: *O Cruzeiro*, 14/04/1962, p. 6

Em mais uma página da fotorreportagem (Figura 9), uma grande fotografia dos protestos contra o golpe militar traz a informação, na legenda, que, “alheios à ameaça das metralhadoras, os argentinos convergiram para a Praça de Maio, bradando contra o golpe

militar. No mesmo momento, dezenas de deputados da União Cívica Radical Intransigente tentavam entrar na Casa Rosada para apoiar Frondizi” (14/04/1962, p. 12). O presidente deposto aparece na foto menor, no canto inferior direito, com uma legenda que deixa claro que a era Frondizi chegou ao fim: “presidente Frondizi deixou o Palácio do Governo pela última vez, dizendo aos jornalistas que não era hora de falar: já não era também hora de agir” (14/04/1962, p. 12).

Figura 9 – Protestos contra o golpe militar



Fonte: *O Cruzeiro*, 14/04/1962, p. 12

Na penúltima página da fotorreportagem (Figura 10), a imagem simbólica do fim do governo democrático é explicitada com a foto de página inteira mostrando Frondizi

embarcando em um avião e, no alto da imagem, o texto: “quando o automóvel preto, que conduzia o presidente Frondizi, passou diante do monumento a Urquiza e tomou a direção do aeroporto, todos compreenderam que havia chegado ao fim” (14/04/1962, p. 13).

Figura 10 – O fim do governo Frondizi



Fonte: *O Cruzeiro*, 14/04/1962, p. 13

Já Theophilo de Andrade, na matéria “Erro de cálculo derrubou Frondizi”, também publicada no mês de abril de 1962, não expressa preocupações quanto à democracia no continente a partir da queda de Frondizi. Pelo contrário, o jornalista apóia a intervenção

militar justamente por ela garantir a ordem democrática. Andrade considera que o governo Frondizi errou ao permitir a candidatura de peronistas nas eleições de março, afinal, bem articulados politicamente, os peronistas otiveram bons resultados nas urnas e poderiam encaminhar o retorno ao poder de Juan Domingo Perón no futuro. O autor é favorável a uma intervenção em nome do controle ao peronismo, mesmo que tal medida pareça contraditória com o conceito de democracia:

Se a democracia fosse uma coisa puramente formal, não há dúvida de que o resultado do pleito deveria ser respeitado. Era este o seu sentido. Democracia, porém, é mais do que um pleito. É um estilo de vida. E se afirma pelo sistema democrático que reconhece a legitimidade do poder, a quem o conquista por metade dos votos mais um. É este o sistema de estabelecer maioria em todas as assembleias, inclusive as do povo. E os peronistas não ganharam por metade dos sufrágios mais um. Obtiveram, apenas, 35% dos votos. São uma minoria. Conseguiram o que os ingleses denominam de uma “pluralidade” de sufrágios. E a simples “pluralidade” não confere legitimidade à minoria que a obteve, para governar a maioria. (...) Do ponto de vista da democracia pura, a exigência das Forças Armadas, de anulação do pleito, embora não seja leal, em face da lei eleitoral existente, é correta, pois impede que a maioria venha a ser tiranizada pela minoria (21/04/1962, p. 105).

Trata-se de uma concepção de democracia diferente daquela de Tabajara Tajés, examinada anteriormente. Para Tajés, o desrespeito ao contrato social era fator de instabilidade. Para Andrade, a quebra do contrato era necessária para garantir a vontade da maioria. Andrade defende a democracia restringida pelos militares, como fica explícito no trecho seguinte:

Se o partido peronista fosse uma organização democrática (...), compreender-se-ia que o poder lhes fosse entregue, pois, amanhã poderiam ser derrubados por outra eleição, dentro do jogo da democracia. Mas o partido peronista é ditatorialista. Uma vez de posse do poder, não o entregaria mais. Proibiria as atividades políticas dos adversários, instituindo a ditadura, como já fez no governo do seu chefe Juan Domingo Perón. (...) Ao sustentar um regime que estava a tornar-se uma espécie de preparo para a volta de Perón, as Forças Armadas deram o golpe, afastando Frondizi do poder. Preferiram agir em tempo, na salvação do Estado, do que ficar de braços cruzados, no respeito ingênuo do regime. Não foi um “pronunciamento” na forma antiga, mas uma intervenção saneadora, para assegurar a democracia, a longo prazo (21/04/1962, p. 105).

Na reportagem intitulada “Lição de Macho”, David Nasser expressa uma opinião bastante diferente daquela de Theophilo de Andrade. Ao avaliar a queda de Arturo Frondizi, Nasser se preocupa com o ideário democrático no continente, que se enfraqueceria com mais uma intervenção militar:

... quando o poder militar derruba, com as armas materiais de que dispõe, o poder civil, dotado exclusivamente de armas espirituais, não se enfraquece apenas a democracia no país diretamente alterado em sua estrutura política, mas a democracia de toda a parte, de todos os blocos, de todos os continentes. Arranha-se, sangra-se ou destrói-se uma doutrina política, uma forma de governo baseada na liberdade e na opinião da massa, que é patrimônio sem fronteiras. (...) Quando um presidente elito cai e em seu lugar se põe um ditador ou um títere, um tirano civil ou um déspota de uniforme – não é a democracia argentina que está sendo violada, mas a brasileira, a americana, a de todo o Mundo (21/04/1962, p. 4).

Mesmo discordantes, as opiniões de Tajés, Andrade e Nasser convergem para a ideia expressa em diversas publicações do semanário de que a democracia era um valor importante para o continente e, como tal, deveria ser preservada. A concertação americana e, em especial, a aproximação aos Estados Unidos, conforme visto nas matérias já analisadas, também seriam fundamentais para assegurar a ordem democrática.

A Argentina seria palco de uma nova instabilidade política durante o governo de José Maria Guido. Os militares “azuis” eram anti-peronistas, porém, favoráveis à manutenção da república tutelada. Os “colorados” eram igualmente anti-peronistas, contudo, desejosos de uma intervenção militar e de um regime ditatorial para conter o peronismo. Tais facções militares se enfrentaram durante o governo Guido, com apoio do governo à ala “azul”. De acordo com Senkman (2001),

En este marco de creciente inestabilidad política y carência de um partido aglutinador de derecha, las diferencias entre militares Azules y Colorados derivaron en un enfrentamiento armado, que amenazó con generalizarse cuando los Azules preferían lograr una salida política (excluyendo al peronismo, pero manteniendo la ficción institucional republicana), mientras que, para los Colorados, los dirigentes sindicales peronistas eran los responsables de “subvertir” el orden, por lo cual no quedaba otra posibilidad que “salvar a la patria” mediante otra intervención militar que instaurara una ditadura y alcanzara de esta manera la eliminación definitiva del enemigo tan temido (p. 286).

O governo Guido dependia do apoio das Forças Armadas, internamente, e dos EUA, externamente, para se manter, uma vez que carecia de sustentação política e popularidade na Argentina. Diante da insurreição da ala “colorada” dos militares, que pretendia implantar uma ditadura escancarada, os norte-americanos apoiaram a reação do grupo “azul”, favorável à manutenção do presidente e do regime democrático, mesmo que tutelado pelas Forças Armadas. A possível queda de José Maria Guido, apenas 48h após o reconhecimento daquele governo pelos Estados Unidos, poderia levar a Argentina a uma

ditadura militar, o que a alijaria da Aliança para o Progresso e poderia motivar um golpe de esquerda (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Em outubro de 1962, com a reportagem “Argentina: pausa para a legalidade”, o jornalista Mario Moraes abordou a crise política durante o governo de José Maria Guido através de um breve histórico das sucessões presidenciais desde 1955, quando da queda de Perón, até 1962. A matéria expressa dúvidas sobre a estabilidade política na Argentina: “uma pergunta forçosamente será feita pelos que aspiram um melhor e mais pacífico futuro para a Argentina: - Ela encontrou, finalmente, o caminho certo?” (13/10/1962, p. 136).

Na edição seguinte, Moraes busca respostas através de uma entrevista com o ministro da economia do governo Guido, Álvaro Carlos Alsogaray. Com o título “Alsogaray e o futuro da Argentina”, a matéria expressa a imagem de um país finalmente estável politicamente e consciente da importância da integração econômica da América. Diante da pergunta sobre a Aliança para o Progresso, Alsogaray responde: “Ela define uma atitude nova e construtiva dos Estados Unidos ante a América Latina. Poderá ser, também, um instrumento bastante útil para o desenvolvimento latino-americano. Não se deve, porém, esperar tudo dela. Seus recursos somente podem servir para completar o esforço próprio de cada país” (27/10/1962, p. 33).

A expressão de apoio à Aliança para o Progresso também surgiu no artigo de Theophilo de Andrade “Aliança para o Progresso e investimentos”, de maio de 1963. Andrade considera que o concerto americano no combate ao comunismo e a integração continental via Aliança para o Progresso são fundamentais para o desenvolvimento econômico da América Latina:

A Aliança Para o Progresso é, na realidade, um grande programa, pois prevê o investimento, na América Latina, de 20 bilhões [de Dólares], em dez anos. Servirá de pouco, porém, se não for acompanhado por uma corrente de capitais privados, como aconteceu na Europa. Está no Brasil e nos outros países latino-americanos criar as condições favoráveis à empresa privada e ao capital internacional. Sem isso, passaremos do desenvolvimento econômico para a estagnação, e da estagnação para o caos social. É o que pretendem os comunistas. E é por isso que são contra a Aliança para o Progresso (11/05/1963, p. 107).

Aqui Andrade revela apoio a importantes pontos do modelo liberal de desenvolvimento em discussão naquele contexto, como a associação ao capital estrangeiro e o alinhamento aos Estados Unidos. O posicionamento favorável de Theophilo de Andrade ao pan-americanismo não impediu o jornalista de dicordar do governo

estadunidense. Na coluna intitulada “A Doutrina anti-Monroe e a reação militar”, de junho de 1963, o autor critica negativamente os Estados Unidos por terem aceitado refugiados cubanos após a crise dos mísseis, ocorrida em 1962, pois tal atitude do governo Kennedy aliviaria os problemas sociais na ilha e fortaleceria o regime político comandado por Fidel Castro. Para Andrade, o socialismo a partir de Cuba e o “fantasma” do peronismo seriam duas ameaças à democracia no continente, tanto por desprezarem os princípios do liberalismo político quanto por provocarem reações autoritárias na América Latina:

Na América do Sul, já há o Paraguai, sob ditadura militar, e o Equador, com um vice-presidente em exercício, o Sr. Carlos Arosemena, sustentado pelo Exército. Em toda a América Latina, além da Costa Rica, somente podemos falar em democracia, pelo menos formal, no Uruguai (que continua sendo a Grécia da América), no Chile, na Colômbia e, até certo ponto, no Brasil. Mesmo nestes países, porém, a democracia somente está segura enquanto o comunismo, isolado ou em suas formas fidelista ou peronista, não foi uma ameaça direta à ordem e à lei (29/06/1963, p. 115).

A normalização democrática na Argentina pareceu mais fortalecida quando foi deflagrada a campanha eleitoral para a sucessão de José Maria Guido, marcada para julho de 1963. Na fotorreportagem “Um passo para a paz”, o jornalista e fotógrafo Eduardo Ramalho saúda a normalidade através da qual ocorreram as eleições indiretas para presidente e diretas para deputados, senadores e governadores de províncias, em sete de julho. Aponta, ainda, a tendência de vitória da UCRP (União Cívica Radical do Povo), de Arturo Illia, sobre a UDELPA (União do Povo Argentino), do general Pedro Eugênio Aramburu.

Produzida pelo próprio autor da reportagem, a fotografia da primeira página (Figura 11) mostra o ex-presidente, general Pedro Aramburu, desmoralizado pela legenda: “Aramburu, numa atitude de Napoleão em Santa Helena, esperando a maioria dos votos. Mas perdeu” (27/07/1963, p. 118).

Figura 11 – General Aramburu



Fonte: *O Cruzeiro*, 27/07/1963, p. 119.

Na página seguinte (Figura 12), ocupando a metade superior de uma das páginas da matéria, com a imagem de uma fila de eleitores em uma seção eleitoral (Figura 11), compôs com a legenda a ideia da normalidade democrática na Argentina: “o dia das eleições foi um dia tranquilo. Sob uma chuva persistente, o povo compareceu às urnas. E votou” (27/07/1963, p. 119). A machete “Um passo para a paz”, em grandes letras sobre a fotografia, também reforçou o argumento.

Figura 12 – O dia das eleições



Fonte: *O Cruzeiro*, 27/07/1963, p. 119.

Não custa lembrar que, de acordo com Mauad e Lopes (2012), a análise de uma série de fotografias é importante para perceber a construção de argumentos ao longo do tempo. Examinando-se o conjunto de fotos até aqui expostas, percebe-se a produção simbólica de mensagens que condenam o autoritarismo de Perón (Figuras 1, 2, 3 e 4), saúdam a concertação americana (Figuras 5, 6 e 7) e valorizam a democracia (Figuras 8, 9, 10, 11 e 12).

Eleito em julho e empossado em outubro de 1963, o governo de Arturo Illia (UCRP) pareceu frágil politicamente diante dos peronistas, que enxergavam na UCRI maiores possibilidades de negociação do que com os radicais do povo, e perante os

militares, que fortaleceram a ideia de intervenção após não enxergarem em Illia a eficiência para controlar o movimento sindical:

... a plataforma política do radicalismo, com sua mescla de independência em política externa, liberdades públicas irrestritas, intervencionismo e nacionalismo econômico combinado a moderadas reformas sociais, não estava muito longe das propostas do peronismo histórico. Este, porém, por razões políticas, sempre se mostrava mais propenso a negociar com o grupo de Frondizi, pois via no radicalismo do povo, acima de tudo, o antiperonismo. A UCRP também tinha de lidar com a irresolvida questão do peronismo, agora um movimento dividido entre Perón e os combativos sindicalistas congregados em torno das chamadas “62 Organizações”. O grupo, liderado por Vandor, visava a tomar o controle do partido peronista, em fase de reorganização, deixando a porta aberta para acordos com o frondizismo e, no médio prazo, com os militares” (FAUSTO, 2004, p. 384).

De qualquer modo, a eleição de Arturo Illia indicava uma nova tentativa argentina para concretizar a normalização democrática. O período da democracia restringida na Argentina foi tema da coluna de Theophilo de Andrade, em agosto de 1963. Andrade elaborou dois conceitos para explicar o autoritarismo na América Latina. O primeiro, chamado de “pronunciamento”, refere-se a golpes militares em benefício do poder pessoal caudilhesco, tipicamente hispano-americano. O segundo, batizado de “policiamento”, relaciona-se a intervenções militares em favor da democracia, prática inaugurada pelo Brasil com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945. Para o autor, o golpe que viabilizou a ascensão de Perón e o fenômeno do peronismo de um modo geral são enquadrados no conceito de “pronunciamento”, pois estariam a serviço de interesses pessoais. Já as intervenções militares que viabilizaram a eleição democrática de Arturo Frondizi, em 1958, e a queda do mesmo, em 1962, são tratadas como “policiamento”, pois afastaram um general ainda caudilhesco (Aramburu), no primeiro caso, e o perigo da volta de um regime personalista (peronismo), no segundo. Concluiu Theophilo de Andrade que, “de qualquer forma, estão as Forças Armadas a devolver ao povo a sua soberania manifestada através dos comícios eleitorais” (10/08/1963, p. 113).

Em novembro de 1963, foi a integração econômica da América Latina que recebeu atenção do artigo de Ivo Barroso, intitulado “O mercadinho latino-americano”. A matéria elabora um histórico da formação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) e expõe otimismo após três anos de funcionamento. Sem elencar qualquer tipo de rivalidade política, o autor atribui ao subdesenvolvimento da América Latina os

principais motivos para que o bloco econômico não tenha os mesmos resultados obtidos pela Comunidade Econômica Europeia, em vigor desde a década de 1950. Para Barroso,

apesar de tudo, o mercadinho progride. Vai devagar mas sempre. E a prova é que o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile contrataram a complementação industrial de máquinas de estatística e análogas, assim como sistemas eletrônicos de processamento de dados. Está em estudos a complementação industrial de fabricação da válvulas eletrônicas e, também, de vidro (02/11/1963, p. 41).

Conforme se afirmou, o conjunto de matérias da revista expressou apoio à concertação política e econômica da América tanto a partir do pan-americanismo quanto dos projetos cepalinos. Cabe salientar que a ALAC foi criada pelo Tratado de Montevideu, em 1960, e reunia Bolívia, Paraguai, Peru, México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia e Equador. Tinha por objetivos criar uma zona de livre-comércio e promover negociações periódicas para a liberalização gradual dos fluxos comerciais, examinando-se produto a produto. Após enfrentar problemas ligados ao desacordo em torno das listas de produtos e à pressão dos diversos produtores nacionais para que seus interesses não fossem prejudicados, a associação passaria por um reformulação vinte anos após sua criação (SILVEIRA, 1992).

Além de possibilidades de integração econômica, a revista também expressou uma imagem positiva da Argentina de Illia em novembro de 1963. Com o título “New Deal Argentino”, Theophilo de Andrade argumentou que governo de Arturo Illia significaria um *New Deal* argentino, isto é, uma nova marcha histórica do país, mesmo não havendo mocidade na geração política daquele momento, nem reformas promovidas com grande apoio partidário. O papel político de conciliação do presidente é elogiado por Andrade, que destaca na Argentina de Illia a defesa da democracia, do pan-americanismo e da integração econômica com a América Latina:

... em política externa, que é, atualmente, a pedra de toque de qualquer programa de administração, convocou o povo argentino para prosseguir na velha, segura e rendosa rota de livre-empresa, do câmbio livre e da orientação latino-americana, com apoio à “Aliança para o Progresso”, destinada a dar frutos imediatos ao nosso continente, e à ALALC, um sonho que poderá proporcionar resultados eventuais, em futuro remoto (09/11/1963, p. 18).

Novamente argumentando a favor da concertação americana, Theophilo de Andrade abordou a queda do presidente Jango, no Brasil. No artigo “A revolução e a política externa”, de maio de 1964, Andrade apoia a intervenção civil e militar que

derrubou o presidente João Goulart por considerar que a política externa independente daquele governo levaria o Brasil para o caminho do isolamento político. Jango é comparado a Perón, o qual é tratado por Andrade como representante de um “fascismo tardio”. Elogios são dados ao novo chanceler brasileiro, Vasco Leitão da Cunha, por que

repeliu o que qualificou de “estranho conceito de independência”, para reafirmar a fidelidade do Brasil aos seus compromissos internacionais, decorrentes de instrumentos que o Itamaraty estava começando a esquecer, por ordem do Sr. João Goulart: a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta da Organização dos Estados Americanos, e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro. Com isto, estará o Brasil, novamente, integrado no mundo ocidental livre e, muito especialmente, no Pan-Americanismo (02/05/1964, p. 82).

Na argumentação de Andrade, a queda de Jango e o combate ao peronismo contribuiriam para a concertação política e econômica da América, mesmo que as intervenções militares que levaram ao fim daqueles governos desrespeitassem as cartas constitucionais. Sublinha-se aqui, mais uma vez, a diferença entre os argumentos pró-democracia de Andrade e de Nasser e Tajes.

Em dezembro de 1964, foi a vez de Arlindo Silva associar a restrição ao peronismo com o concerto continental. Na reportagem intitulada “Perón, o amor nunca perdoa”, Silva destaca que a Argentina está engajada no combate ao peronismo, cuja imagem é associada ao autoritarismo, à corrupção e à falta de sintonia com o concerto americano:

O governo argentino, através de suas Forças Armadas, fará tudo o que for humanamente possível para evitar que Perón consiga, algum dia, regressar ao país, de onde foi escorraçado pela revolução de setembro de 1955. (...) Os crimes cometidos por Perón, quando no poder, ajudado por amigos negociatas, vão desde a malversação dos dinheiros públicos até a corrupção de menores dentro do palácio de verão presidencial, no bairro grã-fino de Olivos. (...) Um desses processos, de natureza criminal, é o da sedução de uma garota de 14 anos pelo ex-ditador (26/12/1964, p. 12).

Na reportagem, Silva expõe minúcias da relação de Perón com uma adolescente de quatorze anos, Nelly Rivas, com a qual manteve relacionamento em 1955. Também por este motivo o ex-presidente argentino tem a imagem desgastada na matéria.

Quanto ao governo Illia, embora somasse importantes índices econômicos – como o crescimento de 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB) a partir de 1964 –, importa salientar que enfrentou a desobediência civil (não pagamento de impostos e encargos sociais) instigada pela CGT, pela Sociedade Rural e pela União Industrial Argentina, as quais não

concordavam com a restrição ao peronismo, no caso da primeira, e com a pouca autoridade diante dos sindicatos de trabalhadores, no caso das duas últimas (MONIZ BANDEIRA, 2010). Tal situação isolou o governo daqueles que o apoiaram no início da gestão, como a direita liberal (militares anti-peronistas, classes patronais anti-sindicatos), que não enxergou em Arturo Illia a capacidade para erradicar o peronismo e adotar uma política econômica mais próxima da ortodoxia do livre-mercado (SENKMAN, 2001). A impotência política do governo “... conducirá a la derecha liberal a la opción del golpismo para aumentar las probabilidades de éxito de sus programas socioeconómicos y el abandono definitivo de los intentos democratizadores – si bien seriamente limitados – que se había ensayado después de 1955” (SENKMAN, 2001, p. 281).

Em outras palavras, as Forças Armadas estavam convencidas da incapacidade dos governos civis, primeiro de Frondizi, depois de Illia, para reduzir via métodos legais a força do peronismo. Em junho de 1966, o golpe militar liderado pelo general Juan Carlos Onganía pôs fim aos onze anos de democracia restringida na Argentina. Uma síntese sobre a deposição de Illia é elaborada por Senkman (2001), para quem o medo do peronismo e da esquerda radicalizada fez com que a direita liberal argentina perdesse confiança na UCRI e na UCRP e optasse para um projeto de Estado autoritário:

Pero además de su impotencia política, fue el miedo a la estrategia confrontacionista del peronismo el que condujo a la derecha liberal – entre 1955 y 1966 – a aceptar como única salida la intervención militar en la política argentina. Su objetivo, compartido por los uniformados, era impedir el avance de los sindicatos peronistas y también de su sistema de alianzas populista policlasista que logró incorporar a elites heterogéneas no legitimadas de la clase media. Pero también – a partir de 1959 –, su convocatoria a los militares se propuso frenar la movilización de la izquierda radicalizada y de capas intelectuales que participaron en el proceso de modernización cultural y social, cuyos efectos no deseado se percibían como una amenaza para el sistema político restringido vigente desde 1955. Esta derecha responsabilizó a los gobiernos de la UCRI y la UCRP de no reprimir tales tendencias (SENKMAN, 2001, p. 281).

No prosseguimento da síntese, o autor destaca que, com o general Onganía, iniciava um Estado burocrático-autoritário no país: “Em 1966, basicamente por este motivo, la derecha liberal logro apoyó el golpe militar encabezado por el general Juan Carlos Onganía y tanto a su proyecto de reemplazar la democracia política por el Estado burocrático-autoritario como de instaurar una cultura nacional integrista católica en la Argentina” (SENKMAN, 2001, p. 281).

Observando-se a relação de jornalistas, colunas e fotorreportagens examinada no capítulo (Tabela 4), percebe-se em especial a frequência com que o tema da Argentina nas relações interamericanas foi abordado pelos colunistas de política internacional, Drew Pearson e Theophilo de Andrade. Conforme salientado nas páginas anteriores, ambos condenaram o afastamento entre a América Latina e os Estados Unidos e defenderam o pan-americanismo como um importante projeto de concertação continental. Theophilo de Andrade ainda expressou apoio ao multilateralismo latino-americano, também considerando relevante para o concerto americano. A democracia como sinônimo de respeito ao contrato social foi o conteúdo mais evidente das colunas e fotorreportagens que trataram do assunto, como se viu, cabendo a Theophilo de Andrade uma concepção mais larga de democracia ao admitir a quebra do contrato social em momentos emergências, como os da possibilidade de ascensão do peronismo ou do comunismo na Argentina. Cabe notar na Tabela 4, por fim, que as relações interamericanas da Argentina foram mais exploradas por colunas do que por reportagens, o que permite considerar que a produção simbólica das visões de mundo favoráveis à concertação americana e à democracia ocupou um espaço da revista mais voltado para um leitor interessado em se aprofundar no assunto, embora as fotorreportagens não deixassem de tratar do tema, principalmente com um conteúdo de defesa da democracia na Argentina e no continente.

Tabela 4 – Jornalistas, Colunas e Fotorreportagens do Capítulo 2

Jornalistas	Colunas		Fotorreportagens	
	<i>Concerto</i>	<i>Democracia</i>	<i>Concerto</i>	<i>Democracia</i>
Arlindo Silva			1	2
Austregésilo de Athayde	1			
Camarinha da Silva				1
David Nasser				1
Drew Pearson	10	1		
Eduardo Ramalho				1
Equipe de <i>O Cruzeiro</i>			1	
Eugênio Silva			1	
Franklin de Oliveira	1			
Herculano Siqueira			1	
Ivo Barroso	1			
João Alberto Leite	2			
Lycurgo Cardoso				1
Mario Moraes				2
Tabajara Tajés				1
Theophilo de Andrade	12	6		

A análise das matérias sobre a Argentina nas relações interamericanas também leva em conta as relações específicas com o Brasil. Entre 1946 e 1966, diversas publicações da revista expressaram uma variação entre rivalidade e cooperação, cabendo ao governo Perón a imagem de “perigo argentino” contra a autonomia política brasileira e à fase da democracia restringida, pós-1955, como sendo a da convergência entre os dois países. Tais questões são o foco do próximo capítulo.

3 DO PERIGO À PARCERIA: A ARGENTINA NAS RELAÇÕES COM O BRASIL

De 1946 até 1966, seis presidentes passaram pela Casa Rosada. O primeiro, Juan Domingo Perón, foi tema de diversas colunas e fotorreportagens da revista, tendo em vista o perigo representado pelo governo Perón à autonomia brasileira na América Latina. Pós-1955, os outros cinco presidentes mereceram abordagens diversas dos jornalistas de *O Cruzeiro*. As gestões de Lonardi, Aramburu, Frondizi, Guido e Illia, em geral, foram tratadas como parceiras do Brasil e da integração americana. Contudo, a rivalidade entre os dois países não deixou de aparecer nas páginas do periódico. Considera-se que as matérias sobre o “perigo” argentino e sobre a posterior “parceria” entre os dois países se constituem em novas produções simbólicas com a função ideológica de defender a democracia na América e o concerto internacional no continente.

3.1 O perigo argentino durante o governo Perón (1946-1955)

Em dezembro de 1947, o repórter David Nasser alertou o presidente do Brasil, general Eurico Dutra, sobre os planos expansionistas e armamentistas da Argentina. Com o título “O Perigo Argentino – para Dutra ler na cama”, Nasser adverte:

Nunca é demais repetir que o gigante dorme em berço esplêndido. A política da Argentina em relação ao Brasil é ainda de braços abertos. Será sempre assim? Contra quem, contra que perigo se arma a Argentina, cada vez mais importando engenhos de guerra da Suécia, mandando vir técnicos da indústria italiana? (11/12/1947, p. 31).

O mesmo tom de advertência apareceu no mês seguinte, com a reportagem de Arlindo Silva, salientado, primeiramente, o armamentismo argentino:

Há poucas semanas atrás, o General Perón, durante a recepção que ofereceu aos cadetes da aviação argentina que regressavam da Espanha, declarou: “qualquer que seja o esforço que tenhamos de fazer e o sacrifício a que tenhamos de nos submeter, devemos seguir adiante para conseguirmos o nosso objetivo o mais cedo possível: ter mil aviões de primeira linha em 1948”. Ao mesmo tempo, o líder “descamisado” solicitava aos Estados Unidos fornecimento de material de guerra [baterias antiaéreas, artilharia, metralhadoras leves e pesadas], com o qual a Argentina pudesse se colocar em situação de paridade com o Brasil. (...) Estes fatos demonstram que o General Perón está inquieto, num momento em que a maioria das nações da América se veem em luta com seus inúmeros problemas internos, e o Brasil, a maior de todas, realiza um esforço tremendo para superar uma séria crise política, econômica e social (31/01/1948, p. 37).

Arlindo Silva expõe as iniciativas armamentistas de Perón e salienta a ameaça que tal medida representaria para os interesses externos (soberania nacional) e internos (normalização democrática após a ditadura do Estado Novo) do Brasil. Mais adiante, Silva alerta sobre a propaganda peronista, que divulga a imagem de Perón como a do líder dos trabalhadores da América:

... de quando em quando, em datas incertas, isto é, irregularmente, os sindicatos de trabalhadores de São Paulo são visados por emissários do consulado da Argentina na capital paulista, os quais distribuem farto material de propaganda da pessoa e da política social posta em prática por Perón, de modo a apresentá-lo como líder do proletariado da América (31/01/1948, p. 37).

O clima de ameaça à soberania brasileira e à democracia surge em uma grande fotorreportagem assinada pela dupla repórter-fotógrafo, David Nasser e Jean Manzon. No início, os jornalistas abordam o anseio argentino de obter liderança regional:

Todos perguntam no Brasil: “– Afinal, por que a Argentina de Perón nos faria a guerra?” Ninguém melhor do que Perón para dar a resposta. Num documento confidencial, antes de sua ascensão ao poder, o então coronel Juan Domingo Perón dizia aos seus camaradas de armas: “– A guerra demonstrou que as nações não se podem defender sozinhas. Daí o jogo inseguro das alianças que mitigam porém não corrigem o grave mal. A era da ‘Nação’ vai sendo substituída paulatinamente pela era do ‘Continente’. Ontem os feudos se uniram e formaram a ‘Nação’. Hoje as ‘Nações’ devem unir-se para formar o ‘Continente’. A ‘Nação’ maior e melhor equipada deverá reger os destinos do ‘Continente’ de nova formatação”. Juan Domingo Perón acrescenta que na América do Norte a nação monitora será por algum tempo os Estados Unidos. Na América do sul não há uma nação indiscutivelmente forte para que sem discussão se admita a sua tutela sobre as outras. Duas nações, entretanto, poderiam tomá-la: a Argentina ou o Brasil. Nossa missão é fazer possível e indiscutível a nossa tutela. (...) Conquistado o poder, a nossa única Missão será ser fortes, mais fortes que todos os Outros Países Unidos. Haverá que armar-se, armar-se, sempre vencendo dificuldades, lutando contra circunstâncias internas e externas. A luta de Hitler na paz e na guerra nos servirá de guia (12/02/1949, p. 12-13).

Os trechos do discurso de Perón, proferido antes de se tornar presidente, expressam o desejo peronista de dotar a Argentina do papel de liderança na América do Sul, sendo o Brasil identificado como o seu maior rival. Mais trechos são citados por Nasser, reforçando o argumento de que o peronismo projeta uma liderança regional:

No sensacional documento que mais tarde declararia apócrifo, Juan Domingo Perón traça as linhas de sua política, depois de assumir o governo da Argentina: “– As alianças abrem o cortejo. Temos já o Paraguai; teremos a Bolívia e o Chile. Com a Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile fácil será apoderar-se do Uruguai. Imediatamente, as cinco nações unidas atrairão facilmente o Brasil, devido à sua forma de governo. Caindo o Brasil, o continente sul-americano será nosso. Nosso domínio será uma realidade, realidade grandiosa, sem precedentes, nascida do gênio político e do heroísmo do exército argentino” (12/02/1949, p. 13).

Após tais citações, Nasser pondera que

... Já não existe no Brasil a condição ideal para o golpe de Perón. A orientação de Dutra na política internacional – pende sempre, invariavelmente, para os interesses brasileiros, pondo-os em absoluto primeiro plano. Qualquer aliança que colocasse a hegemonia continental nas mãos da Argentina – seria combatida pelo Brasil em todos os terrenos imagináveis. A invasão do Uruguai, por exemplo, seria recebida neste país como uma declaração de guerra no continente (12/02/1949, p. 16).

A política externa do presidente Dutra, de fato, não defendia um controle brasileiro sobre a América Latina, nem alianças especiais com países vizinhos. Vinha se caracterizando por uma subserviência político-diplomática aos Estados Unidos (ruptura de relações com a União Soviética e cassação do Partido Comunista Brasileiro, em 1947), pela influência da Escola Superior de Guerra (defesa do binômio segurança e desenvolvimento e de um projeto econômico associado internacionalmente), pelos tratados de iniciativa norte-americana (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947, Organização dos Estados Americanos, em 1948) e latino-americana (Comissão Econômica para a América Latina, em 1948) (CERVO, 2008, p. 269-273).

Na mesma matéria, David Nasser e Jean Manzon denunciam o autoritarismo, o armamentismo e a propaganda do peronismo no exterior. Conforme Nasser, Perón utiliza técnicas totalitárias:

Os anos correram. Juan Domingo Perón subiu ao poder, cumprindo a primeira etapa. A oposição, a princípio, teve alguma liberdade, logo anulada. O regime se tornou discricionário e policial. As fronteiras se tornaram quase inacessíveis, como em tempo de guerra, a todos aqueles que não fossem declaradamente pró-Argentina. Eva Duarte, a bela esposa do presidente, tornou-se a arma de maior

eficiência entre os operários (...). Segundo a técnica totalitária, um mito se criou ao redor desse homem que se apoia na massa argentina, criando raízes mais efetivas que realmente lógicas. Quanto aos métodos empregados – não diferem dos mesmos de todos os tempos dos autocratas de raça latina: a demagogia ruidosa, as demonstrações espetaculares para uma plebe nervosa e versátil, um verbalismo onde a confusão das ideias aparece na confusão das palavras (12/02/1949, p. 16).

Os planos armamentistas, com riqueza de detalhes, também foram expressos na reportagem:

Conquistadas as massas, era preciso iniciar o programa de armamentos. Centenas de quartéis foram construídos nas zonas estratégicas dos limites com o Brasil e o Chile. As fábricas de armamentos se encheram de técnicos vindos da Alemanha, da Itália e de outros países. Fritz Mandl e outros condenados à morte instalavam, em solo argentino, indústrias bélicas disfarçadas em fábricas de bicicleta. O famoso construtor de aviões na França de Laval, hoje sentenciado à pena máxima, o cínico Devoitine, prepara o lançamento de aviões a jato na Argentina. Seu piloto de provas é outro traidor, Michel Detroyat, condenado à indignidade nacional. Em todas as cidades, em todas as províncias, de Córdoba à Patagônia, paira o espectro da guerra (Nasser, Manzon, 12/012/1949, p. 16).

Por fim, Nasser aborda a propaganda peronista no Brasil:

Antes da ação militar, a propaganda é a principal arma. Espalham-se cartazes pelo Brasil, onde Eva Perón é a dama da esperança. Presentes são oferecidos no Natal às crianças pobres deste país. Uma bola autografada pela suava dama é mandada ao México para o jogo do Vasco. Jornais e jornalistas brasileiros constituem a alavanca e a ponta de lança (12/02/1949, p. 16).

A fotografia de Perón e Eva (Figura 13), sorridentes, ocupando uma página inteira e segurando um livro aberto, compõe com a legenda o argumento essencial da matéria sobre os planos expansionistas da Argentina: “Eva Duarte: ‘Ele é o santo redentor da América’ Perón: ‘Ela é a dama da esperança’” (12/02/1949, p. 12).

Figura 13 – Perón e Eva



Fonte: *O Cruzeiro*, 12/02/1949, p. 12.

As reportagens até aqui examinadas sobre a rivalidade da Argentina com o Brasil, vale repetir, são tratadas como formas simbólicas que, naquele contexto, expressaram um sentido ideológico, isto é, sustentador de uma visão favorável à democracia e à concertação diplomática no âmbito latino-americano. O mesmo significado é percebido num conjunto de três matérias produzidas por David Nasser ao longo de 1949.

Na primeira, intitulada “Espionagem de Perón no Brasil”, Nasser colhe o depoimento de Osmar Rodrigues, ex-funcionário da embaixada argentina no Rio de Janeiro, que denuncia a prática de contrabando e de espionagem por parte dos argentinos:

- Eu afirmei que o contrabando na Embaixada Argentina sempre foi livre e escancarado e posso repetir a minha acusação frente a qualquer tribunal. (...) – Quer dizer que o embaixador da Argentina virou contrabandista no Brasil? – É o que afirmo sob palavra de honra. O Ministro Rolando Aguirre, o adido militar, Coronel Aguirre, todos eles tomaram parte no tráfico ilegal e clandestino. (...) Não apenas contrabandávamos pneus e artigos de borracha, mas tecido para o exército argentino (23/04/1949, p. 77).

O contrabando mencionado pelo ex-funcionário da embaixada argentina sugere um sentimento de desconfiança em relação às ações daquela embaixada no Brasil, algo reforçado com a publicação de trecho da declaração do ex-funcionário endereçada a David Nasser:

Declaro sob palavra de honra que durante os 17 anos em que servi como funcionário da Embaixada Argentina no Brasil – tive oportunidade de observar que a espionagem e o contrabando eram as principais atividades dos diplomatas portenhos neste país. (...) Tenho plena certeza de que os argentinos possuem um verdadeiro mapa fotográfico do Brasil, tal a quantidade de filmes enviados para lá pelos agentes de espionagem. Estamos cheios de traidores, brasileiros que venderam sua pátria, que a trocaram pelo dinheiro de Perón (23/04/1949, p. 77).

A sensação de perigo argentino fica mais evidente na sequência da reportagem:

Apontarei os nomes dos agentes argentinos no Brasil. Mostrarei como eles agem, como eles trabalham, como eles funcionam, silenciosamente, traiçoeiramente, fotografando bases militares, enviando rolos e rolos de filmes para a Argentina. Como eles possuem elementos em todos os setores da vida nacional – e se valem, também, de nacionais sujos e vendidos, cujos nomes não preciso agora repetir, pois estão na boca e na memória de cada um dos brasileiros (23/04/1949, p. 82).

A segunda reportagem investe no tema da espionagem. Com o título “Espionagem de Perón no Brasil - Os agentes argentinos no Rio”, David Nasser expõe o armamentismo argentino e aponta o Chile e o Brasil como os alvos do expansionismo peronista:

Os governos verdadeiramente democráticos da Argentina – aqueles que não sofriam a interferência direta ou indireta de Perón – mantinham com o Brasil cordiais relações de amizade e não havia nuvem sequer a turvar o céu da fronteira. Desde que o general Perón, entretanto, passou a influir mais ou menos veladamente na marcha política da grande nação, tudo mudou. A Argentina, sob a égide da G.O.U., sociedade diabólica dos militares de espírito nitidamente fascista, passou a preocupar-se com o rearmamento. Contra quem – todos sabiam. De um lado, o Chile, com sua geografia esquisita, parecia um capricho da natureza e não passava, na imaginação dos peronistas, de uma faixa de terra criada especialmente para que a Argentina não chegasse no Pacífico. Doutro lado, o Brasil, com os prados imensos do Rio Grande do Sul, “indiscutivelmente mutilado ao corpo da Terra Mater Argentina”. A luta pela hegemonia continental passou a ser o “slogan” dos homens que procuravam alcançar o poder. Uma vez conquistados este – o programa armamentista entrou em franco desenvolvimento, com a importação de maquinarias, de engenhos bélicos de vários países e de técnicos da Europa, notadamente o refugio das legiões nazistas e fascistas (Nasser, 30/04/1949, p. 43).

Nasser menciona o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), o qual se formou no início dos anos 1940. Integrado por Perón, foi responsável pelo golpe militar de 1943. Não é

demais recordar que a Argentina vinha sendo governada por um regime militar desde 1930. Em 1943, houve uma nova intervenção militar, liderada pelo general Rawson (depois substituído pelo general Ramirez). Organizados no GOU, “que se caracterizava pelo nacionalismo, pelas pretensões de hegemonia argentina na América do Sul e por suas simpatias pelo nazifascismo” (PRADO, 1981, p. 42), os militares de 1943 “... se afirmavam como antiliberais, nacionalistas e advogados da hegemonia argentina na América Latina, preocupados que estavam com o desempenho do Brasil no continente” (PRADO, 1981, p. 41). O grupo apoiou a candidatura de Perón à presidência, em 1946, e esteve na base de apoio ao peronismo durante a maior parte dos nove anos em que ele esteve no poder.

Na mesma matéria, David Nasser aborda a espionagem argentina e critica a postura peronista contrária à concertação política na América Latina:

Mudando, dessa forma, o espírito de concórdia do governo argentino em relação às nações vizinhas – a possibilidade de um conflito armado, mesmo admitindo que essa possibilidade fosse remota, retomou indispensável a criação de um serviço de espionagem no Chile, no Brasil e em outros países sul-americanos. O Chile e o Brasil, porém, com maior intensidade passaram a receber a visita de turistas portenhos possuídos de visíveis más intenções. O grosso dos agentes, no entanto, vinha mesmo através da embaixada e do consulado da Argentina (30/04/1949, p. 43).

O conjunto de reportagens de Nasser sobre a espionagem argentina no Brasil se completa com a matéria publicada em maio de 1949, intitulada “Espionagem de Perón no Brasil: documento revelador”. Através da exposição de um documento enviado pelo Paraguai ao Brasil, Nasser denuncia uma intervenção argentina na política paraguaia:

Espera-se, de um momento para outro, uma nova revolução, no Paraguai, apoiada e financiada pelo governo argentino e de acordo com oficiais paraguaios refugiados em Buenos Aires. (...) Com a nova revolução, no Paraguai, o maior posto avançado do Brasil, no exterior, estaria perdido, pois a fina flor do exército paraguaio, em Buenos Aires, tem prestígio suficiente para levantar a opinião pública do povo paraguaio” (07/05/1949, p. 28).

Em seguida, revela detalhes sobre espionagem e propaganda argentina no Brasil, comparando as estratégias peronistas com as dos nazistas:

A técnica dos agentes de Perón no Brasil é a mesma de sempre. Os lavais mulatos e caboclos que põem os seus jornais, todas as horas de sua vida, ao serviço dos nossos inimigos em potencial, daqueles que insuflam revoluções em todos os países da América Latina – já está desmascarada. As viagens de ida e

volta a Buenos Aires, os interesses econômicos profundamente vinculados ao peronismo – constituem indícios tão veemente que não são mais indícios, mas provas irrefutáveis. (...) Existe, paralelamente, um movimento bem coordenado de propaganda, de formação de um exército de simpatizantes dentro das fronteiras do Brasil. Para a tomada de corações, em nada difere o plano de Perón do executado por Hitler, antes da Segunda Guerra. (...) No Brasil, em plena capital, o peronismo subvenciona dois jornais de baixa circulação, mas que podem destilar veneno e insultar os adversários do regime ditatorial argentino. Eva Duarte distribui bonecas no Natal aos pobres brasileiros e ao passar pelo Rio, as ruas amanheceram cobertas de cartazes, onde a dama da esperança mostrava o evidente intuito de tornar-se a primeira dama do Brasil (07/05/1949, p. 28).

Além da intervenção no Paraguai, da espionagem e da propaganda, a matéria de Nasser especula sobre o apoio que Perón poderia receber no Brasil, particularmente das massas trabalhadoras e daqueles que compactuam com as práticas populistas:

Onde o peronismo revela sua força, entretanto, é no terreno político brasileiro. Observando a impossibilidade de fomentar revoluções, como já o fizera no Paraguai, na Venezuela e tentara sem êxito no Chile, onde o presidente Videla apontara da tribuna os organizadores do *putsch* – Perón imaginou, exatamente, a revolução branca no Brasil através do apoio moral e material do peronismo dos descamisados ao quererismo dos marmiteiros (07/07/1949, p. 28).

As três matérias de Nasser aqui analisadas expõem a ameaça representada pela Argentina ao concerto diplomático latino-americano. As práticas peronistas associadas a regimes autoritários, como o nazismo, servem para a defesa do ideário político liberal. O mesmo tom de denúncia do perigo representado pelo governo Perón aos valores democráticos e diplomáticos defendidos na revista surge em um conjunto de cinco reportagens assinadas por Josué Guimarães e Ed Keffel, entre abril e maio de 1950.

Em “A tirania pelo medo”, Guimarães publica uma entrevista com o deputado federal argentino, Augustin Rodriguez Araya, líder da oposição a Perón e refugiado no Uruguai. O jornalista escreve que

O grande pecado do deputado nacional Augustin Rodriguez Araya foi a investida que fez, com provas, contra a esposa do presidente da república. Um dia assoma a sua tribuna para acusar a Sra. Eva Maria Duarte de Perón, então em fase de grande demagogia popular, de haver roubado, abertamente, no IAPI (Instituto Argentino de Promociones Intercambio). A reação, por parte dos peronistas da Câmara foi tremenda. Imediatamente quiseram expulsá-lo daquela casa (01/04/1950, p. 42).

A ousadia de criticar a esposa do presidente gerou perseguições ao deputado, o qual “diz com o semblante enuviado: – ‘Perón, no dia em que não mais puder sustentar a

situação interna, levará o país à guerra!’. E acrescenta levantando-se em busca de documentos: – ‘O melhor, ou o pior, do nazismo no mundo, se encontra atualmente na Argentina, colaborando abertamente com o seu governo’ (01/04/1950, p. 48). Os documentos de Araya demonstram a presença de nazistas na Polícia Federal, no Instituto Argentino de Promoções e Intercâmbio, no Exército Nacional, na Fábrica Militar de Aviação, no Instituto Aerotécnico de Córdoba. Josué Guimarães valoriza as informações de Araya referentes aos colaboradores nazistas do governo Perón:

E Rodriguez Araya nos pergunta se todos esses elementos estão inativos, politicamente, na Argentina. Seria muita ingenuidade acreditar em tal coisa. Aliás, acrescenta, há uma prova de que isso não se verifica. O governo militar norte-americano de ocupação, na Alemanha, proibiu, há pouco tempo, a circulação do jornal nazista “Der Weg” (O Caminho), que se editava em Buenos Aires. Por quem? Justamente por estes elementos que hoje desfrutam singular prestígio no peronismo. Perón nunca impediu que “Der Weg” fosse editada, mas em compensação desenvolve tenaz campanha contra as publicações democráticas, incluindo-se os dois tradicionais jornais “La Prensa” e “La Nacion”, o mesmo ocorrendo com “El Capital, decano da imprensa argentina...” (Guimarães, 01/04/1950, p. 48).

Mais uma vez, a Argentina aparece na matéria como um país inimigo da democracia. A reportagem também destaca a corrida armamentista praticada pelo peronismo, conforme o depoimento de Araya:

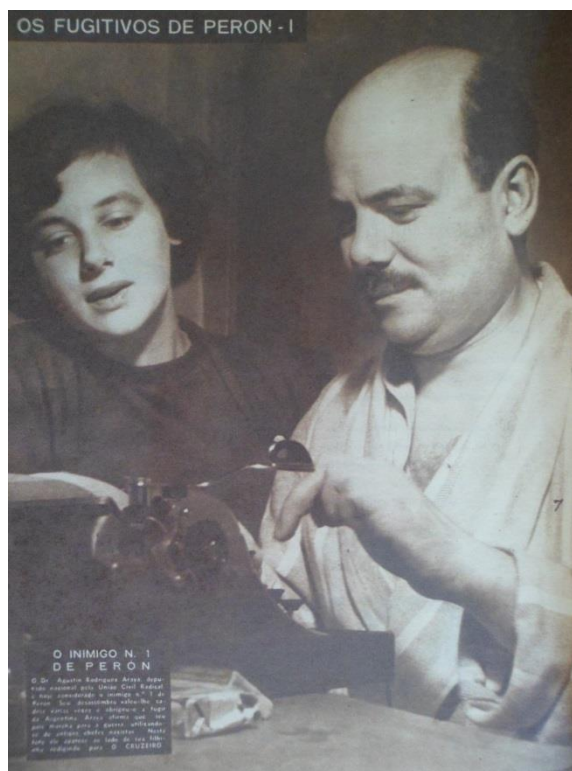
Nem o Brasil, Bolívia, Chile ou mesmo Paraguai desconfiam das manobras peronistas no plano internacional. A desenfreada corrida armamentista da Argentina se resume na diferença que Perón quer tirar das vantagens obtidas pelo Brasil entrando, com sacrifício, na guerra. E hoje importa de uma só vez mil e quinhentos tanques. Ora, tanque nunca foi arma defensiva. Antes pelo contrário. Com número de tanques inferior a este, a Alemanha arrasou a França”. E fala sobre as escolas: – “Cada dia novas escolas são abertas. Mas escolas dentro dos quartéis, lecionadas por militares entre os quais muitos dos nazistas já citados” (Guimarães, 01/04/1950, p. 52).

Tratado como inimigo número um de Perón, a reportagem estampa em uma página inteira a fotografia de Araya, um fugitivo do peronismo, datilografando as denúncias (Figura 14), acompanhada por uma legenda que reforça a caracterização da Argentina como autoritária e expansionista:

O inimigo N. 1 de Perón. O Dr. Augustin Rodriguez Araya, deputado nacional pela União Civil Radical e hoje considerado o inimigo n. 1 de Perón. Seu desassombro valeu-lhe cadeia várias vezes e obrigou-o a fugir da Argentina. Araya afirma que seu país marcha para a guerra utilizando-se de antigos chefes

nazistas. Nesta foto aparece ao lado de sua filhinha, redigindo para O CRUZEIRO (01/04/1950, p. 40).

Figura 14 – O Inimigo Nº 1 de Perón



Fonte: *O Cruzeiro*, 01/04/1950, p. 40.

Na semana seguinte, a revista voltava a publicar uma matéria de Josué Guimarães, a qual manteve a linha de críticas negativas ao autoritarismo argentino. Com o título “Complôs de Mentira”, Guimarães compara o governo Perón com os regimes fascistas e duvida da lisura democrática na Argentina:

A Argentina vive hoje os seus dias mais negros e tristes, vive as páginas mais cruéis de sua História, só comparável aos dias negros da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini. Perón aqui reviveu o Exército como instituição política. (...) Na Argentina não há eleições, no sentido lato do termo. Nem presidenciais, nem para deputados, nem para senadores. As paródias eleitorais que se realizam não passam de uma farsa governamental que o partido oficial conta com todos os dinheiros do Estado, com a polícia e os empregados públicos. Usam livremente todas as estações de rádio e ainda contam com o concurso de todas as autoridades, incluindo-se a família presidencial, cuja dinastia é apoiada publicamente por Perón (08/04/1950, p. 74).

Em seguida, transcrevendo o depoimento de um estudante universitário, Vila Ayres, que havia sido espancado pela polícia em Buenos Aires, Josué Guimarães lança suspeitas sobre as pretensões expansionistas da Argentina, algo que ameaçava a paz continental:

– O problema argentino não pode se circunscrever aos limites de nosso país. O peronismo é um problema americano. Na América funciona uma verdadeira casta militar com sede em Buenos Aires. Seus efeitos já forma vistos na Bolívia, no Peru, Venezuela, Paraguai e outros países onde fermentam as revoluções e há falta de liberdades. Seus membros contam com o assessoramento técnico dos mais conspícuos prófugos do Tribunal de Nuremberg” (08/04/1950, p. 68).

A terceira reportagem de Josué Guimarães e Ed Keffel colhe o depoimento do jornalista argentino Luiz Koifmann, que reitera as críticas de que a Argentina de Perón representa uma ameaça à liberdade política na América Latina:

– A imprensa do Brasil tem sido quase que unânime em reconhecer os perigos do peronismo na América do Sul. Ela tem uma brilhante tradição de liberdade e desassombro e, apesar de ter sofrido por várias vezes dos mesmos males que ora afligem a Argentina, tem sabido sempre manter uma atitude digna de resistência e altivez. Perón teme unicamente uma unidade de vistas dos povos sulamericanos contra o seu regime. A situação interna ele resolve com a sua gendarmeria, a sua Polícia Federal, os seus juízes corruptos e toda uma camarilha de espíões que deseja manter indefinidamente em posição de riquezas fáceis à custa do povo (15/04/1950, p. 64).

Novas comparações ao regime nazista, desta vez com a Gestapo, aparecem na matéria publicada na semana seguinte, no final do mês de abril. Com o título “Terror – A moderna arma da Argentina”, Josué Guimarães salienta que

a Gendarmeria de Perón – ou melhor, a Gestapo argentina – não dá um minuto sequer de trégua aos inimigos do regime. Eles são vigiados dia e noite, nas suas casas, nos clubes, nos escritórios e consultórios, na rua e nos teatros e cinemas. E quando a polícia desconfia que, mesmo assim, eles estão desenvolvendo atividades subversivas contra a ditadura, o chefe da Polícia inventa mais um complô contra a vida do presidente e captura meia dúzia de “implicados” (28/04/1950, p. 50).

Completando cinco semanas seguidas de reportagens sobre a Argentina, no início de maio de 1950 a dupla jornalista-fotógrafo Josué Guimarães e Ed Keffel voltou a destacar o autoritarismo peronista e vinculá-lo ao nazi-fascismo. Guimarães escreveu que, “a par de suas atividades burocráticas e comerciais os fascistas desenvolvem intenso trabalho de aliciamento político, auxiliados grandemente pelos nazistas alemães que hoje

quase que são donos das atividades argentinas” (06/05/1950, p. 70). E encerra a matéria desenvolvendo uma perspectiva pouco otimista nas relações internacionais da América Latina, tendo em vista os planos expansionistas e a corrida armamentista praticados pela Argentina:

Por certo os dias vindouros não se apresentam risonhos e francos nas futuras relações internacionais entre os países da América do Sul, até hoje sempre irmanados pelos mesmos propósitos na luta pela solução dos mesmos problemas. (...) Economicamente a Argentina enfrenta sua curva descendente, diminuindo a produção e criando problemas internos de inflação e carestia geral. A compra por Perón de grande quantidade de armamentos, incluindo-se tanques pesados, de maneira a desfazer, conforme nos declarou um militar graduado, a vantagem conseguida pelo Brasil com a sua participação na última guerra, quanto obteve material bélico moderno e eficiente. As economias da Nação são canalizadas para as despesas militares, aumentos de efetivos, fundos monetários para estabilizar os preços dos artigos de primeira necessidade, combate à oposição política, realização de obras suntuárias para impressionar a opinião pública, propaganda das atividades do casal governante (06/05/1950, p. 70).

Josué Guimarães menciona que a intenção peronista é se equiparar militarmente com o Brasil, tendo em vista a modernização bélica brasileira ocorrida no contexto da II Guerra. As matérias até aqui examinadas sobre a rivalidade da Argentina com o Brasil expressam, convém salientar, um papel ideológico nos moldes propostos pelo conceito de campo de produção ideológica, isto é, são formas simbólicas que, dentro do espaço de disputa entre visões de mundo do campo jornalístico, sustentam a perspectiva de que as relações internacionais latino-americanas deveriam se pautar pela concertação e pela valorização da democracia. Convém salientar que o espaço da revista ocupado pelos textos e imagens comentados até o momento são aqueles voltados para um público leitor mais amplo, que poderia ser seduzido pelas fotorreportagens.

No contexto da virada dos anos 1940 para os 1950, após uma fase de alinhamento da América Latina aos Estados Unidos durante o conflito mundial, o pan-americanismo entrava em uma fase de decadência. Através do Plano Marshall, conforme mencionado no capítulo anterior, Washington havia direcionado sua atenção para o combate à União Soviética e concentrado a maior soma de recursos para a ajuda econômica aos países europeus, especialmente aqueles próximos à fronteira soviética. A cooperação econômica entre Estados Unidos e o continente latino-americano, prioritária ao longo da II Guerra, passou a ser ditada menos por uma aproximação política do que pelos organismos internacionais brotados das conferências de Bretton Woods (1944), como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio

(GAAT) (MOURA, 1991). Embora os países da América Latina continuassem ambicionando recursos norte-americanos para projetos de desenvolvimento, uma espécie de “Plano Marshall” para a América Latina, os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948, traçaria estratégias de desenvolvimento econômico para a região, sob forma de recomendações a serem postas à disposição dos diversos estados latino-americanos. Não custa repetir que a CEPAL se apresentava como uma alternativa integracionista diante da tradição interamericana em crise no pós-guerra e fomentava a ideia de que “somente a partir da integração econômica se alcançaria superar a limitação crônica dos mercados nacionais e fortalecer a posição política da região como um todo no cenário internacional, o que parecia indispensável” (SILVEIRA, 1992, p. 38).

Diante disso, percebe-se nas matérias de *O Cruzeiro* o sentido de defender um ambiente político estável na América Latina: internamente com a democracia, externamente com a concertação diplomática. No final de 1950, duas grandes reportagens de David Nasser voltavam a denunciar os planos expansionistas da Argentina. A primeira, chamada “O drama argentino: marcado por Perón”, contém uma entrevista com o jornalista Mário Martins, o qual, após viver dois anos em Buenos Aires, havia publicado um livro sobre o governo Perón, denunciando projetos militaristas e não-pacifistas. De acordo com David Nasser,

desde o advento de Perón na primeira fila da vida política da Argentina que, destas colunas, temos mostrado que essa figura não deve ser estudada apenas pelos seus compatriotas, mas por todos os povos da América, com especialidade por aqueles que tem fronteiras com aquela nação. Não se trata de um líder de características regionais, cujas ambições e projetos estejam exclusivamente limitados ao solo pátrio. O General Perón não é um simples caudilho para uso interno. Muitas vezes temos escrito sobre isso, documentando sempre com fatos, transcrevendo depoimentos insuspeitos que confirmam nossa antiga denúncia: o atual regime da Argentina é tipicamente militarista e tem como programa os mesmos sonhos expansionistas que definiram o regime hitlerista. Estávamos e estamos no caminho certo quando ficamos vigilantes, sem nos deixar minar pela propaganda oficial do governo argentino, acompanhando todos os passos do chefe do governo da grande nação vizinha na certeza de que fazemos em defesa da paz na América e da segurança das repúblicas sul-americanas, inclusive a do Brasil (30/09/1950, p. 26).

Após ressaltar o militarismo do governo Perón e o quanto tal perfil ameaçaria a paz na América Latina, em particular para o Brasil, Nasser transcreve a justificativa do jornalista Mário Martins sobre a publicação de seu livro:

– A guerra passada nos mostrou que onde existe um governo de força, alimentado por místicas nacionalistas e militaristas, deixa de haver segurança e tranquilidade para os povos que lhe são fronteiriços. Ninguém tem nada a ver com a vida do vizinho, salvo quando nessa casa há um perigo capaz de ameaçar a existência dos demais, por exemplo, um foco de moléstia infecciosa, e maligna ou em estoque de dinamite. No caso da atual Argentina há esses dois perigos: uma doutrina megalômano anti-continental e antidemocrática e a própria dinamite, com seus canhões e etc. Daí minha atitude, daí meu livro (Nasser, 30/09/1950, p. 26).

Na justificativa, de modo claro o expansionismo e o militarismo argentino estão sendo caracterizados como sendo anti-continentais e anti-democráticos. Ao final da matéria, David Nasser escreve uma afirmação do jornalista Mário Martins, que sugere o fortalecimento econômico do Brasil como alternativa de defesa do continente contra a Argentina:

... Se assim agirmos, isto é, se realizarmos uma política de fomento da produção nacional e se passarmos a aproveitar com homens capazes o alto conceito de que goza o Brasil, hoje, que não só terminaremos com essa inquietação sul-americana, como acabará a própria Argentina, por suas próprias mãos, por se libertar das suas amarguras atuais” (Nasser, 30/09/1950, p. 46).

A fotografia da matéria expressa a propaganda contra o Brasil realizada em Buenos Aires, flagrada pelo jornalista entrevistado. A foto maior é a do rosto de Mário Martins, a menor mostra os livros anti-Brasil (Figura 15). conforme apontado por Vilches (1997), a legenda cumpre seu papel de sublinhar a ideia central: “Livros contra o Brasil reeditados na Argentina de Perón. Observem que a obra secular de Alberti, ‘El imperio del Brasil ante a democracia de America’ teve cancelada a palavra ‘império’. Nesses livros se prega a reivindicação territorial, revela Mário Martins, cuja fotografia aparece ao lado” (30/09/1950, p. 25).

Figura 15 – Livros contra o Brasil



Fonte: *O Cruzeiro*, 30/09/1950, p. 25.

Críticas mais contundentes ao governo Perón surgiram na matéria de David Nasser intitulada “Perón insulta o Brasil: ‘uma república de bêbados’”. O jornalista destaca a propaganda, o armamentista e até mesmo uma conspiração no Brasil para colaborar com o peronismo. O subtítulo é esclarecedor quanto aos propósitos da reportagem: “O ditador argentino investe contra o governo deste país, quebrando a secular amizade entre os dois povos e apoiando ostensivamente o candidato de sua predileção às eleições brasileiras – Dossier confidencial divulgado nestas páginas revela o armamentismo peronista” (07/10/1950, p. 15).

Com minúcia de detalhes, diversas informações são escritas por Nasser sobre o armamentismo da Argentina, como se verifica no trecho:

Argentina procura a bomba atômica. – Sigilosamente e exercendo intensa e severa vigilância, continuam trabalhando sobre os últimos mistérios da bomba atômica altos funcionários do Ministério da Guerra da Argentina, orientados por um sábio alemão. Conforme mencionado no último relatório, os referidos trabalhos estão sendo efetuados em uma das três ilhas em frente a Bariloche, lugar visitado recentemente pelo presidente Perón. Segundo informações de fonte fidedigna, chegou recentemente a Buenos Aires, tendo seguido também

para aquelas regiões, um grande físico escandinavo, contratado pelo Embaixador Russo, atualmente na Suécia (07/10/1950, p. 15)

E também neste:

No estaleiro britânico de Hartland and Wolf foi lançado ao mar a 5 do corrente o baleeiro argentino “Juan Perón”. Trata-se de um navio de 27.000 toneladas, construído em Belfast. Em círculos autorizado revelou-se que o total de barcos construídos na Grã-Bretanha para a Argentina deverá alcançar a cifra de 300.000 toneladas em 1952. A frota argentina conta já com mais de um milhão de toneladas. Se tivermos em conta os navios em construção para a Argentina na Itália, França e Espanha, teremos de admitir que dentro de poucos anos a “Frota Mercante Argentina” será uma das melhores do mundo, tanto pela sua tonelagem como pela técnica moderna de sua construção (07/10/1950, p. 16).

Especificamente ao Brasil, Nasser escreve um texto em tom de alerta, para que os planos argentinos de ocupar um papel de liderança na América Latina não signifiquem a subordinação brasileira. Abaixo do subtítulo “mais fábricas de aviões enquanto o Brasil dorme”, é reproduzido o trecho de um discurso de Perón: “Aspiro, antes de terminar meu governo pelo menos, deixar tudo encaminhando para produção de aviões de todos os tipos, em certa escala, que é uma das causas a que nós temos de aspirar” (07/10/1950, p. 20). Em seguida, com o subtítulo “Desnacionalização do Brasil”, David Nasser informa sobre a propaganda peronista no Brasil:

Um dos pontos mais visados pela propaganda peronista no Brasil é a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, excelente porto de minério. Seus dois jornais diários, um governista e outro opcionista, ambos porém democratas, divulgam diariamente notas relativas à Argentina e ao seu atual governo, notas essas fornecidas pelo consulado argentino e que ocupam sempre um espaço médio de um quarto de coluna (Nasser, 07/10/1950, p. 16).

Na mesma linha de alertar o Brasil sobre a propaganda peronista, o subtítulo “Desmoralização do Brasil no sul” introduz a denúncia:

Afirma-se que o jornal “O Missioneiro”, que se edita em Santo Angelo, está incluído entre os que recebem ajuda argentina para a propaganda de reivindicação das Missões, defechada ou por desfechar, pelo governo argentino. Tal propaganda obedeceria a uma rigorosa forma de convencimento indireto e de convencimento subjetivo das populações fronteiriças (Nasser, 07/10/1950, p. 17).

Há mais detalhes no dossiê montado por Nasser, desta vez sobre contrabando de armas na fronteira entre Brasil e Argentina:

O “Intelligence Service” recebeu de um dos seus representantes a seguinte mensagem também interceptada: “ – Seguimos para Uruguaiana com o fim de apurar a veracidade da denúncia sobre a entrada de armas da Argentina para o Brasil, por aquela cidade. Entranto ali o nosso agente em ligação com o comunista Ulisses Vilar, a quem declarou estar interessado na aquisição de armas portáteis para comunistas residentes em Santa Maria e Porto Alegre, disse-lhe Vilar ser fácil conseguir armas na Argentina, pois em Livramento, além da Casa Cortês, existem cinco outros estabelecimentos que negociam com armas (Nasser, 07/10/1950, p. 16).

Nasser denuncia conspiradores brasileiros, possivelmente aliados a Perón. São políticos relacionados a Getúlio Vargas, como Batista Luzardo, Coronel David Rego e Ademar de Barros. O jornalista ainda informa:

Grupo Botelho, com escritório em San Martin, 50, mantém-se em contato com elementos que trafegam na fronteira, elementos nacionais. Nota: pelo observado e dados obtidos o Sr. Botelho é o verdadeiro homem de confiança de Vargas na Argentina, pois além de contar com seus elementos, tem a função de vigiar o próprio Sr. Batista Luzardo. Este movimento bem articulado está em contato permanente com elementos deste e outro lado (07/10/1950, p. 18).

No final da reportagem, Davi Nasser elabora três conclusões. A primeira, sobre a propaganda peronista, ressalta o desrespeito à soberania nacional: “O governo argentino adotou atitude francamente hostil em relação ao governo brasileiro, permitindo que os seus jornais (inclusive o de propriedade de Perón e de D. Eva) insultem o presidente do Brasil e a nossa terra” (07/10/1950, p. 20).

A segunda, sobre o armamentismo, serve de alerta para que o Brasil – defensor de uma “política de fraternidade e de excelente vizinhança” – se proteja da Argentina:

O governo argentino, que não exprime o pensamento do povo de sua terra, prepara-se para uma aventura bélica, construindo apressadamente fábricas de aviões e de outras armas, estudando o preparo da bomba atômica e rasgando estradas estratégicas na fronteira do Brasil. Como se sabe que toda a válvula de escape de uma ditadura é a ação militar contra outra nação, o Brasil deve estar preparado. Somos partidários de uma política de fraternidade e de excelente vizinhança, mas é nosso dever advertir o povo, o Exército e o Governo do Brasil contra o excesso de boa-fé. Se a Argentina se arma, não será para combater na Coreia. Todas as nações tem o dever de se inquietarem e exigirem explicações quando os seus vizinhos se arma até os dentes (07/10/1950, p. 20).

Por fim, a terceira conclusão, sobre a conspiração, desconfia de Getúlio Vargas e expõe um desbafo de Nasser contra o desrespeito argentino ao Brasil:

O governo argentino prestigiou a campanha do Sr. Getúlio Vargas no Brasil. Como provas materiais está a mudança de atitude e de ponto de vista de um jornal peronista do Rio, que passou do ataque ao elogio ao ex-ditador brasileiro. Existem indícios de que Perón forneceu vnte mil contos ao PTB para a campanha sucessória. Isto significa nada mais, nada menos, que a Argentina, com a eleição de SEU candidato à presidência deste país, terá em sua órbita mais uma nação americana. Acredito que a menos que governo argentino, que tem se mostrado tão prolixo de adjetivos a respeito deste país, a ponto do próprio Gal. Perón nos denominar, há dias, de “república de bêbados”, passe a agir de maneira diferente. Estamos na obrigação moral e inadiável de exigir uma explicação. Ninguém pensa, ninguém quer a inimizade com o grande amigo povo argentino, povo que não é, em sua essência, em sua melhor parte, simples feudatário de Perón. Uma política de condescendência a própria soberania brasileira, afetada todos os dias, como se viu nestas mensagens, pela interferência criminosa, ilegal e provocadora de um novo Rosas (07/10/1950, p. 20).

Duas fotografias enfatizam as denúncias de Nasser. A primeira, de Perón lendo jornal (Figura 16), traz a legenda: “Este jornal de Perón chama Dutra de ‘governo inepto e impopular’” (07/10/1950, p. 14).

Figura 16 – Perón lendo Jornal



Fonte: *O Cruzeiro*, 07/10/1950, p. 14

A segunda (figura 17), de Perón, Evita e Dutra sorridentes, na parte inferior da página, contém a legenda: “O simpático casal Perón, num curioso e inédito flagrante com Dutra. Isto foi antes dos ataques” (07/10/1950, p. 17).

Figura 17 – Perón, Evita e Dutra



Fonte: *O Cruzeiro*, 07/10/1950, p. 17

A desconfiança de Nasser a respeito de Getúlio Vargas em muito se deve às semelhanças entre os governos de Vargas e Perón, ambos ícones do populismo latino-americano. Desde o final do Estado Novo, em 1945, a revista vinha elogiando a volta da democracia no Brasil e condenando o autoritarismo da Era Vargas. Em 1950, ano das eleições presidenciais que sucederiam o general Eurico Dutra, diversas reportagens do semanário esboçaram desconfiança em relação ao perfil democrático de Getúlio. Com a vitória nas eleições, o periódico tratou Vargas como o presidente legítima e democraticamente eleito.²⁷

²⁷ Sobre Getúlio Vargas e as eleições de 1950, ver as seguintes matérias: NASSER, David. Getúlio Vargas: flagelo de uma nação. 17/06/1950, p. 14-18; GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. “Cabisbaixo e

Do ponto de vista externo, o governo Vargas (1951-1954) se caracterizou pelo vínculo entre política externa e desenvolvimento econômico: os recursos para a economia viriam do exterior via comércio, empréstimos e transferência de tecnologia. Houve maior atuação do Brasil nas organizações internacionais, bem como ampliação do número de missões brasileiras no exterior e abertura de novos consulados e embaixadas, numa tentativa de multilateralização das relações exteriores. Com os Estados Unidos, o governo Vargas ofereceu apoio estratégico a Washington em troca de cooperação econômica e auxílio no desenvolvimento industrial (CERVO, 2008). A fragilidade de tal barganha era o fato de que os Estados Unidos não estavam interessados em fortalecer um regime capitalista nacionalista, nem tão pouco em priorizar a América Latina em detrimento do combate ao comunismo na esfera internacional, conforme já se salientou. De qualquer modo, no início dos anos 1950, apesar do viés econômico notadamente mais nacionalista do que aquele aplicado no governo Dutra, o Brasil mantinha suas intenções de promover um bom relacionamento com os Estados Unidos e a América Latina, além de consolidar a normalização democrática iniciada há cinco anos.

Em 1952, *O Cruzeiro* publicou uma série de reportagens sobre Eva Perón, muito em função da doença que vitimou a primeira dama argentina. Em maio, com o título “Os últimos dias de Eva Perón”, a revista informava sobre a doença da primeira dama e também expressava críticas negativas à figura política por ela representada. Assinada por Jorge Ferreira e com fotos de Nicolau Leite, a matéria mesclava dados sobre a enfermidade de Evita com argumentos contrários ao governo de Juan Domingo Perón:

É lamentável e compungente a sorte de Evita, condenada aos trinta e um anos de idade. Mal se poderá crer que foi ela um dos sustentáculos da ditadura peronista, cujo destino está tão intimamente ligado ao seu: agoniza a sua inspiradora. Tem-se como certo que a sua morte, prevista para os próximos meses, marcará o fim do regime discricionário implantado no Prata há oito anos. Parece que o povo argentino, tomado de um sentimento de compaixão, respeita os últimos dias da morubixaba “descamisada”. A revolução irreprimível recolhe-se à tocaia, não desembainha a espada para não ferir um cadáver (17/05/1952, p. 131).

Jorge Ferreira associa a agonia de Evita com a do regime peronista, o qual é acusado de ser autoritário. Colocando-se implicitamente como defensor da democracia, o

Meditabundo: o candidato Getúlio Vargas”. 15/07/1950, p. 34-35; GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. “De Itu ao Rio: ele está voltando”. 26/08/1950, p. 12-18; GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. O novo inquilino do Catete. 21/10/1950, p. 104-108; GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. A Revolução Branca. 11/11/1950, p. 71-72.

autor da matéria recarregou os argumentos contrários a Perón, desta vez com passagens da biografia de Eva, chamando-a de demagógica:

Foi o acaso que reuniu Evita e Perón. Ela, uma artista medíocre; ele, um simples capitão e viúvo. (...) Atirou-se febrilmente às realizações sociais que, de aspecto e conteúdo demagógicos, foram construindo os alicerces da ditadura. (...) Acompanhando e promovendo a política de caráter pessoal, própria dos senhores dos regimes discricionários, ergueu cidades, fundações, lançou campanhas, movimentos, construiu escolas e hospitais, tudo em seu nome (Ferreira, 17/05/1952, p. 132).

Mais adiante, finaliza a síntese da vida de Eva escrevendo uma frase dita por ela, acompanhada de um comentário irônico: “A morte me encontrará de pé, de armas na mão. Será o fim da tragédia ou da comédia” (17/05/1952, p. 138). As fotografias da reportagem, através de uma combinação entre imagem e legenda, reforçam os argumentos básicos da matéria.

No alto da primeira página (Figura 18), a foto do rosto de Evita erguido e iluminado, em contraste com o fundo escuro, sugerindo dor, é acompanhada da legenda: “A máscara da tragédia – enferma, sem qualquer esperança, Evita está com a vida por um fio” (17/05/1952, p. 131). Ferreira, assim, externava a enfermidade da primeira dama. Por outro lado, no meio da página, uma sequência de fotos de Evita em visita diplomática no Rio de Janeiro trazia a legenda: “Em outros tempos, houve glória, luxo, poder e esplendor. Eva Perón visita o Rio de Janeiro em missão especial” (17/05/1952, p. 131). As imagens de uma diplomata atuante se contrapõem à primeira, que expõe a dor e a doença.

Figura 18 – A Máscara da Tragédia



Fonte: *O Cruzeiro*, 17/05/1952, p. 131.

As críticas negativas a Eva e ao peronismo aparecem na fotografia da página seguinte (Figura 19), onde Evita surge curvada, fazendo carinho em uma criança, com a legenda: “Alicerce da ditadura. Inspiradora do ‘Estado Peronista’, Eva foi um dos seus sustentáculos. Programou demagógica assistência à infância, mas nada construiu de básico em seu favor” (17/05/1952, p. 132). Em torno, existem várias fotos do auge da carreira política de Evita.

Figura 19 – Em Outros Tempos



Fonte: *O Cruzeiro*, 17/05/1952, p. 132.

A associação entre a agonia de Eva e a do governo Perón é feita com a imagem da primeira dama, magra e pálida, retomando as atividades políticas (Figura 20), com a legenda: “O começo do fim – Evita está se preparando para a última viagem, volta à cena do palco peronista, cujo regime com ela agoniza. Está próximo o fim” (17/05/1952, p. 133).

Figura 20 – O Começo do Fim



Fonte: *O Cruzeiro*, 17/05/1952, p. 133.

Num tom apelativo, uma foto de página inteira de Evita (Figura 21), novamente magra e pálida, surge com a legenda: “Imagem do presente. Não sendo nem sombra do que foi, Evita é uma condenada sem direito de apelação. Nem toda ciência médica reunida poderá salvá-la. É dramático” 17/05/1952, p. 134). Seguindo os referenciais propostos por Mauad e Lopes (2012), expostos no primeiro capítulo, que salientam a importância de observar uma série de fotos para analisar o significado simbólico das mesmas, percebe-se o papel desempenhado pelas fotorreportagens de associar a saúde debilitada de Eva com o governo Perón, sendo a vida da primeira dama e o autoritarismo do presidente tratados como estando próximos do fim.

Figura 21 – Imagem do Presente

Fonte: *O Cruzeiro*, 17/05/1952, p. 134.

Em agosto de 1952, *O Cruzeiro* noticiava a morte de Eva Perón, que havia ocorrido em 26 de julho. Intitulada “Faleceu Eva Duarte Perón” e escrita pelo jornalista Alceu Moreira, a matéria destaca a atuação de Eva na Secretaria de Assistência Social, as obras públicas nas áreas da educação e da saúde, a fundação do Partido Peronista Feminino, a instituição do voto feminino, a desenvoltura de Eva no rádio, nos comícios e na administração. Tais qualidades, segundo Moreira, “... fizeram de Eva Peron uma figura diferente na história do Prata. Era natural que criatura de tamanho relevo, cujas ideias e cuja atuação foi muito discutida, houvesse despertado a simpatia de sua gente e de todo o mundo, desde o momento em que se viu ameaçada por uma moléstia insidiosa que haveria de cortar-lhe, de súbito, o fio da existência” (09/08/1952, p. 122). A demagogia e o autoritarismo com os quais Evita foi tratada na reportagem do mês de maio davam lugar, agora, a qualidades de uma gestora pública, popular e empreendedora. Para o autor da matéria, “com Eva Perón desapareceu uma das personalidades de maior destaque da vida

política da Argentina, no período iniciado com a revolução chefiada pelo marido, o General Juan Domingo Perón” (09/08/1952, p. 124).

As fotografias (obtidas de agências de notícias) divulgaram imagens das homenagens prestadas à primeira dama argentina em seu velório, em tom solene e respeitador. Ocupando mais da metade da primeira página (Figura 22), a foto do caixão de Eva, em primeiro plano, com Perón e autoridades políticas, ao fundo, veio acompanhado da legenda: “Câmara Mortuária. O presidente Juan D. Peron conversando com vários Ministros de Estado na câmara ardente instalada no Ministério do Trabalho e Previsão. Os amigos e colaboradores de Perón foram levar-lhe a sua palavra de conforto no duro transe que o Presidente argentino acaba de passar” (9/8/1952, p. 121).

Figura 22 – Câmara Mortuária



Fonte: *O Cruzeiro*, 09/08/1952, p. 121.

O mesmo sentido se apreende da fotografia na página seguinte (Figura 23), que ocupa quase toda extensão da página e mostra o caixão ladeado por autoridades, com a legenda: “O peretro (sic) onde repousam os restos mortais da Sra. Eva Duarte Perón. Grandes coroas de orquídeas foram colocadas em volta do caixão mortuário” (9/8/1950, p. 122). No alto da página, uma pequena foto mostra a fila formada pela população para ver o corpo de Eva pela última vez. A legenda informa que, sob chuva, chegava-se a esperar até doze horas para entrar na câmara mortuária.

Figura 23 – Caixão de Evita



Fonte: *O Cruzeiro*, 09/08/1952, p. 122.

O presidente Perón é o foco da última fotografia da reportagem (Figura 24). Dele, também fica expressa uma imagem solene e respeitadora. Críticas negativas, alusivas ao autoritarismo do peronismo, foram deixadas de lado. Ocupando quase a página inteira, a

foto mostra Perón de pé, ao lado do caixão, com a legenda: “General Juan D. Perón, inconsolável com a perda que acaba de sofrer, contempla o cadáver de sua esposa” (9/8/1952, p. 123). Associada às demais imagens e textos, a Figura 29 reforça o argumento básico do autor da matéria, Alceu Moreira, que tratou Eva como uma figura de relevo e de destaque na política latino-americana.

Figura 24 – Perón



Fonte: *O Cruzeiro*, 09/08/1952, p. 122.

No final do mês de agosto, o periódico voltou a publicar uma fotorreportagem sobre a morte de Evita. Ao invés de uma figura de relevo e de destaque na política do continente, percebeu-se o retorno das críticas negativas a Eva Perón e ao peronismo. Demagogia e autoritarismo em torno da imagem da primeira dama estavam de volta nas páginas da revista. Desta vez, de forma velada.

Mario Camarinha assinou a fotorreportagem chamada “Com pompas nunca vistas: os funerais de Eva Duarte Perón”, no final de agosto de 1952. Com fotos obtidas em agências de notícias, a matéria tratou de destacar a suntuosidade dos funerais da primeira dama, que duraram impressionantes dezesseis dias. Sutilmente, Camarinha expressa críticas a Evita e ao governo de Perón. Primeiramente, sugere um perfil demagógico de Eva, ao evidenciar a sua ostentação de riqueza:

O governador da província de Buenos Aires mandara já adotar a *Razón de Mi Vida*, o *Mein Kampf* de Evita, como livro obrigatório nas escolas. Fora-lhe outorgada pelo Congresso o Grande Colar da Ordem do Libertador General San Martín, joia em que (...) 4.574 elementos, sendo 3.821 peças de platina e ouro e 753 pedras preciosas (esmeralda, rubis e brilhantes, alguns dos quais de rara preciosidade). O povo tinha, pois, razão ao esperar que os funerais da “Abanderada de los Humildes” fossem um espetáculo de grandiosidade fora do comum (Camarinha, 30/8/1952, p. 76).

Em seguida, registra medidas do governo Perón em cada um dos dezesseis dias de funeral e indica um perfil autoritário do peronismo no trato com a imprensa:

No dia 31 as emissoras tiveram permissão para voltar a irradiar diretamente de seus estúdios, sujeitas, porém, às seguintes obrigações: programas artísticos, só gravados; gravações, só de músicas sacras; (...) “terminantemente proibido a toda pessoa que atue ante um microfone fazer comentários vinculados a atos em vida ou notas póstumas de Eva Perón sem que tenha sido autorizado expressamente pela Secretaria de Informações da Presidência da Nação” (Camarinha, 30/8/1952, p. 78).

As fotografias reforçam o discurso tênue elaborado por Camarinha. Na abertura da matéria, a maior foto da página (Figura 25), ocupando o canto inferior direito, mostra uma jovem Eva Perón acompanhada da legenda: “Primeira Dama. Aos 30 anos Evita na plenitude de sua beleza e elegância era a mulher que, em todo o mundo, maior soma de poderes políticos enfaixava na mão” (30/8/1952, p. 75). Sem especificar as funções políticas de Eva, a matéria apenas sugere a concentração de poderes em suas mãos. Outras duas fotos compõem a página e mostram Eva em diferentes momentos da vida, antes de conhecer Perón.

Figura 25 – Primeira Dama



Fonte: *O Cruzeiro*, 30/08/1952, p. 75.

Dois conjuntos de fotografias encerram a matéria e destacam, por um lado, a suntuosidade com a qual Evita se vestia, por outro, o grande espaço alcançado por Eva na cúpula do governo Perón. Ocupando metade da página, uma imensa foto de Eva ao lado de Perón (Figura 26), durante um comício, contém a legenda: “Quase vice-presidente. Após uma estrondosa campanha política, que durou mais de um ano, a candidata Evita, por circunstâncias complexas, não conseguiu a Vice-Presidência” (30/8/1952, p. 76). No alto da página, uma sequência de pequenas fotos destaca o estilo das roupas e dos acessórios usados pela primeira dama em eventos oficiais. Foto e legenda, conforme a observação de Vilches (1997), já referida, atuam juntos na produção da imagem de Evita tenuamente associada ao autoritarismo (foto maior) e à ostentação de riqueza (fotos menores).

Figura 27 – Chefe Espiritual da Nação



Fonte: *O Cruzeiro*, 30/08/1952, p. 77.

Uma síntese sobre o significado de Eva para o governo Perón é a elaborada por Félix Luna (2003), que destaca três importantes papéis exercidos pela primeira-dama:

Em primer lugar, establecer el contacto del gobierno con el movimiento obrero, con los gremios. En segundo lugar, ser la jefa del Partido Peronista Femenino; es decir, la jefa nata de un electorado nuevo que se había incorporado al escenario nacional y que tenía enorme importancia numérica. Y en tercer lugar, de algún modo Evita era quien, a través de su oratoria desmelenada y de su fanatismo, insuflaba a las filas peronistas una mística difícil de mantener durante tanto tiempo. Seis años, en efecto, son mucho tiempo para mantener una mística y, sin embargo, Evita lo logro hasta que su salud la traicionó (p. 230).

Representante do processo de modernização da imprensa brasileira e de autonomia parcial do campo jornalístico no Brasil, conforme já salientado, a revista *O Cruzeiro* deu ampla repercussão à morte de Eva Perón, como se viu. As críticas sofridas por ela e pelo peronismo nas fotorreportagens examinadas estão em sintonia com o conteúdo que vinha sendo publicado no semanário a respeito do governo Perón: o autoritarismo como antônimo da defendida democracia.

Ainda no ano de 1952, Theophilo de Andrade recarregou as críticas ao autoritarismo argentino. Na coluna “Perón e os métodos de tortura de sua ‘gestapo’”, o jornalista informa que o líder da União Cívica Radical (UCR), Arturo Frondizi, solicitou na Câmara de Deputados esclarecimentos sobre o desaparecimento de jornalistas e métodos de tortura aplicados pela polícia. O governo Perón é classificado como sendo uma “ditadura disfarçada”, inspirada no franquismo espanhol e com técnicas policiais baseadas na Gestapo:

O pedido de informações se refere nominalmente ao Coronel José Domicelli e a dois antigos redatores de “La Prensa”: Oscar Martínez Zemborain e Alfonso Nuñez Malnero. E acrescentava que as vítimas eram molhadas a fim de que o choque elétrico produzisse maior efeito. E o seu pulso seguro por um médico, a fim de interromper os “tratos” a que estavam sendo submetidas, em caso de perigo de morte. Ainda não é tudo. O Dr. Arturo Frondizi pede, outrossim, informações sobre o caso de outro detido, que foi amarrado a uma mesa, a veia do pulso aberta, e o braço mantido suspenso, a pingar sangue sobre a face da vítima, com a ameaça de que morreria de hemorragia, caso não revelasse os supostos segredos que dele a “Gestapo” peroniana desejava arrancar (Andrade, 07/06/1952, p. 45).

Em março de 1953, *O Cruzeiro* publicava extensa matéria assinada por Neiva Moreira e Flávio Damm. Com o título “Perón assalta o Uruguai”, a fotorreportagem informava que o governo Perón acusou Montevidéu de apoiar a posse inglesa das ilhas Malvinas, razão pela qual uma possível invasão militar ocorresse no Uruguai. A paz no continente e a democracia uruguaia estariam sendo ameaçadas:

O governo peronista está apertando o cerco em torno do Uruguai e uma situação de extrema complexidade pode ser criada no Prata, se a crescente tendência para um desmoronamento interno do regime argentino produzir condições favoráveis às aventuras militaristas. Perón dez descer, no Rio Uruguai, da Colônia para cima e daí em toda a faixa da fronteira terrestre com o país vizinho, uma virtual cortina de ferro e medidas incompatíveis com o clima de paz em que vivemos estão sendo continuamente tomadas contra aquela valorosa e modelar democracia americana (01/03/1953, p. 7).

Moreira denuncia a intensão argentina de reconstruir o Vice-Reinado do Prata:

O caso Malvinas não é um ato isolado. Ameaças militares, pressão econômica, intervenção sindical aberta e abusiva, hostilidade fronteiriça, tudo isso vem sendo operado por Perón para intimidar o Uruguai e forçá-lo a entrar na esfera de ação de Buenos Aires. É esse um velho sonho de vice-reinado do Prata, que a casta militarista argentina reunida no conhecido GOU [Grupo de Oficiais Unidos] ainda alimenta (03/01/1953, p. 7).

Em seguida, esclarece os objetivos estaratégicos da Argentina com uma intervenção militar no Uruguai:

Na verdade, o que a Argentina deseja é armar, ainda mais, o seu exército e evitar que o Uruguai construa, mediante o sistema de cooperação do Pacto [Uruguai-EUA], a grande base de Laguna de Sauce, um bastião tão valioso no conjunto estratégico do Rio da Prata que converterá o Uruguai num importante fator militar e fortalecerá muito sua posição em relação à defesa do hemisfério e das águas ao sul do Rio Grande (03/01/1953, p. 12).

Neiva Moreira encerra a reportagem alertando sobre o perigo argentino contra os “povos livres” da América, especialmente o Brasil:

Há um assalto em marcha desencadeado contra o Uruguai, que ronda as fronteiras mas já deita raízes dentro do país. O bloqueio do Rio da Prata, a pressão fronteiriça, o aparato militar podem evoluir, por qualquer pretexto, para a luta armada. Todos os povos livres da América – O Brasil principalmente – não podem ficar desatentos a essa situação (03/01/1953, p. 98).

A fotografia de página inteira, mostrando o perfil de Perón (Figura 28), contém a legenda: “Posando de Vice-Rei. Juan Domingo Perón revive o sonho imperialista do vice-reinado do Prata. Rosas é o heroi, e, Montevidéu, o objetivo. Não há obra de recuperação econômica e de bem-estar social que justifique um programa de expansão e imperialismo como o que tenta realizar na América a ditadura peronista (03/01/1953, p. 6). Texto e imagem, assim, constroem juntos o argumento de que o perigo argentino ameaça o concerto diplomático americano e a democracia na região.

Figura 28 – Posando de Vice Rei



Fonte: *O Cruzeiro*, 03/01/1953, p. 6.

Entre maio e setembro de 1953, diversas reportagens e colunas da revista denunciaram o autoritarismo do governo Perón. Theophilo de Andrade, no artigo “As táticas de Perón”, argumentou que Perón, acusado de nazista, faz publicidade de grandes temas para retirar a atenção de outros, os quais desgastariam o governo. Por exemplo: as perseguições políticas internas teriam sido abafadas pela crise diplomática com o Uruguai; o foco na corrupção do irmão de Evita teria sido desviado com a cruzada contra os comerciantes, a favor de redução de preços. Para Andrade, Perón representa a tradição caudilhesca e autoritária da América Latina:

Perón é um nazista que chegou tarde. Os métodos de sua ação política são nazistas. Mas além de nazista é portenho. Tem um passado histórico de caudilhismo que lhe confere o tom local. O seu ascendente político é Rosas. Subiu com as baionetas. Mas, ao invés de sentar-se sobre elas, sentou-se sobre o

proletariado argentino a que os partidos políticos, em dezenas de anos de governo, não souberam dar privilégios ou direitos já conquistados no resto do mundo civilizado. Caudilho tardio, imita os seus avós históricos no culto hipócrita da letra da Constituição (09/05/1953, p. 66).

A estratégia de usar um assunto para desviar a atenção de outro foi o tema da reportagem “Perón contra Evita”, de Yedo Mendonça. De acordo com o jornalista, para não perder popularidade e demonstrar rigidez na conduta moral, Perón passou a perseguir importantes integrantes do governo, tais como o ministro das finanças, Miguel Miranda, o diretor da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), José Espejo, o irmão de Eva, Juan Duarte, o ex-governador da província de Buenos Aires, Domingo Mercante e o ex-presidente da Câmara de Deputados, Hector Campora (13/06/1953, p. 54-47; 42; 48). Na edição seguinte, novamente Yedo Mendonça surgia na revista com uma reportagem sobre o irmão de Eva, Juan Duarte. Mendonça faz uma narrativa detalhada da campanha do governo Perón contra o ex-secretário particular e cunhado do presidente, Juan Duarte, acusado de corrupção. O suicídio do irmão de Eva foi o desfecho das investigações contra ele, algo que teria servido para fortalecer a imagem de retidão moral de Perón (20/06/1953, p. 46-48; 52; 58; 44). Em nova matéria de Yedo Mendonça, no mês de julho, o jornalista trata da ação da polícia secreta peronista contra conspiradores que planejaram um golpe contra Perón no dia quinze de abril. A matéria também destaca a fiscalização ocorrida nas embaixadas e a falta de autoridade do parlamento argentino (18/07/1953, p. 40-41; 56; 54; 62).

O segundo mandato de Perón, de fato, foi marcado por grande tensão entre o governo e os grupos opositores, como “a oligarquia agrarista e a fração mais poderosa da burguesia industrial e o capital estrangeiro em geral” (PRADO, 1981, p. 54). Em abril de 1953, Perón promoveu profunda investigação sobre a corrupção na rede de distribuição de carnes, atingindo o nome de seu cunhado e secretário particular, Juan Duarte, que viria a se suicidar em função disso. Um violento discurso de Perón contra os opositores fez a CGT se mobilizar na Praça de Maio, no dia quinze de abril, para apoiar o presidente (GIULIANI, 2008). Tumultos, bombas e incêndios caracterizaram o ato público, razão pela qual Yedo Mendonça, na matéria comentada anteriormente, refere-se ao episódio como sendo uma tentativa de golpe contra o peronismo.

Em setembro de 1953, era a vez de David Nasser criticar o autoritarismo argentino, desta vez acompanhando a viagem de uma menina de quatro anos de idade que havia sido expulsa da Argentina, com ordens de Perón, devido ao fato dela ser filha de um ex-consul

boliviano anti-peronista (05/09/1953, p. 46-47; 52). Ainda em setembro, o jornalista publicaria outra reportagem, intitulada “Fantoche de Perón”. Nela, Nasser responde a documento emitido pela embaixada boliviana, a qual refutava antiga matéria do jornalista que denunciava o golpe político – com apoio da Argentina – que instaurou a ditadura de Victor Paz Estensoro na Bolívia. Nasser reafirma a denúncia e revela que a intenção de Perón é criar um bloco latino-americano contra os Estados Unidos:

Paz Estensoro não passou, na Argentina, pelas atribuições e peúrias tão comuns aos refugiados políticos em terras portenhas, pois Juan D. Perón o aguardava na Casa Rosada. Ele seria, para o tiranete argentino, o instrumento incondicional para a organização de um bloco latino-americano de contorno peronistas ou justicialistas a fim de contrabalançar com o chamado imperialismo norte-americano (26/09/1953, p. 54).

Em novembro de 1954, a revista mais uma vez abria espaço em suas páginas para uma ampla reportagem sobre o expansionismo argentino, desta vez pra cima do Paraguai. Escrita por Jorge Ferreira, com fotografias de José Pinto, a matéria tem o título “Perón Invade o Paraguai”. Para Ferreira, as boas relações de Perón com o novo presidente paraguaio, o general Stroessner, garantiriam uma frente peronista na América Latina:

Perón tomou de assalto a República do Paraguai, consolidando espetacularmente uma posição de predomínio que vinha sendo trabalhada desde 1946. A sua visita a Assunção, no dia 15 de agosto, foi a entrada de um General vitorioso num baluarte conquistado. Ampliou-se a frente peronista na América Latina, de uma forma habilidosa e positiva. Chile e Bolívia já estavam sob influência direta do caudilho portenho. A esses países juntou-se, agora, a pátria do Marechal Solano Lopez (27/11/1954, p. 34N).

A reportagem revela que livros de história editados na Argentina contam versões diferentes sobre a guerra do Paraguai (1865-1870): atribuem ao imperialismo brasileiro a causa daquele conflito. Por isso, Jorge Ferreira avalia:

Torpezas desta natureza levam-nos à conclusão de que Perón, ao fazer a sua tentativa de ser o “condutor” da América Latina, de ressuscitar, sob qualquer forma, o Vice-Reinado do Prata, divide a sua política em dois sentidos básicos: a) unir os hispano-americanos sob a égide “descamisada”; b) destruir o prestígio do Brasil nos países hispano-americanos, lançando mão, para isso, de todas as armas, inclusive as mais grosseiras, as mais insensatas e as mais mesquinhas. (...) Perón, ostensivamente, explorou ao máximo os ressentimentos que o Paraguai tem em relação ao nosso país, oriundos da guerra contra Lopez. E explorou habilmente a consciência hispano-americana, e a sua desconfiança, ou precaução, em relação a nós, herdeiros americanos da civilização portuguesa (27/11/1954, p. 34P).

A Argentina de Perón surge na revista, então, como a condutora da América Latina para uma união hispano-americana, um novo Vice-Reinado do Prata, o qual se ergueria a partir do enfraquecimento da posição política do Brasil na região. Duas fotografias da fotorreportagem sintetizam através de imagem e texto o conteúdo essencial da matéria. Na primeira (Figura 29), ocupando página inteira, aparecem soldados marchando sobre a legenda: “Paraguai em passo-de-ganso. Cadetes guaranis, garbosos e prussianos, desfilam em homenagem a Perón. O caudilho portenho está sendo apresentado à Nação irmã como o salvador dos destinos hispano-americanos, herdeiro de San Martín. No fundo, o ditador argentino sonha com o restabelecimento do Vice-Reinado do Prata” (27/11/1954, p. 34-O).

Figura 29 – Paraguai em passo de ganso



Fonte: *O Cruzeiro*, 27/11/1954, p. 34-O.

Na segunda (Figura 30), também uma página inteira, Perón beija uma menina. Ao alto, a frase: “o peronismo pisoteia a tradição argentina, numa deformação histórica grosseira, para endeusar o ‘Condottieri’ dos pampas”. Abaixo, a legenda: “O beijo de Judas. A demagogia fascistóide de Perón obedece aos clássicos moldes ditatoriais. Até o beijo – um verdadeiro beijo de Judas – numa garota paraguaia serviu de pretexto ao caudilho para por em prática a sua política balofa e insana” (27/11/1954, p. 37).

Figura 30 – O Beijo de Judas



Fonte: *O Cruzeiro*, 27/11/1954, p. 37.

Entre dezembro de 1954 e julho de 1955, quatro matérias de *O Cruzeiro* abordaram os conflitos entre o governo Perón e a Igreja Católica. A primeira delas é a coluna de

Theophilo de Andrade, que tem o título “Perón e a Igreja”. Para Andrade, o confronto com vários setores da sociedade é típico de regimes autoritários, como o de Mussolini e o de Perón:

A ditadura é uma espiral sem fim. Umas são abertamente violentas, como a de Hitler. Outras são hipócritas e andam com pés de lã. Falam em democracia. Admitem certa representação limitada da oposição, o suficiente apenas para dar-lhes foros de respeitabilidade internacional. Mas vão aos poucos dominando a imprensa, a escola, a tribuna e terminam atacando o púlpito. Foi o que fez Mussolini e é o que está fazendo Perón (11/12/1954, p. 5).

Em janeiro de 1955, foi a vez de Carlos Gaspar que, com a reportagem “Perón contra a Igreja”, especulou sobre as razões do presidente argentino ter comprado briga com a Igreja Católica. Para Gaspar, a origem é o sonho de tutelar toda a América: “São as alucinações do poder, partidas de um homem que, a exemplo de Hitler na Europa, sonhou sempre com a sua tutela sobre toda a América, não importando os meios utilizados, quer fossem os da descabida intervenção nos assuntos internos de outros países, quer os da espionagem, do suborno e da sabotagem” (15/01/1955, p. 44).

Em junho, a reportagem “Fugitivos do inferno peronista”, de Arlindo Silva, traz uma narrativa detalhada de perseguições do governo Perón à Igreja Católica. Para o jornalista, mudanças na legislação argentina demonstrariam o afastamento entre Estado e Igreja. As razões do conflito se relacionariam com a constatação por parte do governo de que integrantes do clero estiveram envolvidos em complôs contra o presidente (11/06/1955, p. 6-11).

No mês seguinte, novamente Arlindo Silva publicava a quarta reportagem sobre o tema, desta vez destacando a provocação de Perón à Igreja Católica ao tratar Evita como uma santa. A matéria destaca a mitificação das figuras de Eva e de Perón a partir dos materiais didáticos distribuídos às escolas públicas na Argentina. Para Arlindo Silva, referindo-se especificamente à Evita, “os ‘ninos’ aprendem não a respeitar a memória de uma morta, mas adorá-la como santa e chefe espeiritual da Nação” (02/07/1955, p. 73).

O conjunto de quatro matérias sobre a relação entre o governo Perón e a Igreja Católica, como se viu, atribue ao autoritarismo de Perón e aos seus planos de liderança na América Latina as razões do conflito. O sentido ideológico das reportagens, vale frisar, é o de defender a democracia e o concerto diplomático americano, a partir da condenação, respectivamente, do autoritarismo e do expansionismo argentino.

O confronto com a Igreja Católica, convém enfatizar, foi importante para a queda de Perón, em setembro de 1955²⁸. As hostilidades entre ambos desencadearam um processo de conflitos que culminaria com a articulação de um golpe militar e com a renúncia do presidente. Maria Lígia Prado (1981) assim sintetiza a dimensão da ruptura entre Perón e a Igreja para a crise final do peronismo:

A oposição, dentro dos grupos católicos, de um pequeno núcleo democrata-cristão antiperonista parece ter sido o fulcro do conflito. A partir daí, Perón acusou alguns sacerdotes e bispos de estarem sabotando a obra governamental. Este estopim levou a um desentendimento – provavelmente com raízes mais fundas, por exemplo, o excesso de “atenção” do governo para com as massas trabalhadoras – que culminou numa oposição ferrenha, por parte da Igreja, com relação a Perón, particularmente depois que este toma uma série de medidas contrárias à Igreja: revogação da lei do ensino religioso obrigatório, implantação do divórcio e, em 1955, a proposta de separação entre Igreja e Estado. Do lado peronista, um anticlericalismo generalizado tomou conta de seus adeptos, que passaram a ver a Igreja como responsável por quase tudo que ocorria (p. 56-57).

No dia quinze de junho a Casa Rosada foi bombardeada pela aviação naval. Em oito de setembro o secretário geral da CGT ofereceu a ajuda dos sindicatos para atuar como milícia armada do peronismo. No dia dezesseis iniciou um levante militar a partir de Córdoba. O ponto final veio com a renúncia de Perón, em 22 de setembro de 1955.

A queda de Perón recebeu enorme atenção de *O Cruzeiro*. Em outubro, com o título “Por que Perón caiu?”, Arlindo Silva buscou uma explicação para o episódio. A matéria responde a pergunta através da revelação de casos de corrupção e autoritarismo do governo, como os que envolveram o cunhado do presidente, Juan Duarte (encontrado morto após descoberta de falcaturias), e a União dos Estudantes Secundários (em função do caso amoroso de Perón com uma estudante de quatorze anos) (01/10/1955, p. 4-11).

Na coluna intitulada “A queda de Perón”, Theophilo de Andrade se mostra otimista em relação ao reencontro da Argentina com a democracia e considera que os golpistas contra Perón “reduziram a cinzas nove anos de prepotência e de insultos aos manes espirituais da nação. Liquidado Perón, a Argentina deverá reencontrar-se com a democracia” (08/10/1955, p. 89).

²⁸ Para Juan José Sebrelí (2004), o afastamento entre Perón e a Igreja Católica ocorreu ao longo do segundo mandato do presidente, quando “los caminos seguidos por Perón y la Iglesia se bifurcaban. Por una parte, el ala nacionalista católica lo consideraba un traidor a causa de su nueva política económica. Por otra, el cambio de política del Vaticano, acomodado a la estrategia de la Guerra Fría, impulsaba a los sectores moderados del catolicismo argentino (...) a abandonar sus ideales corporativos y acercarse al liberalismo” (p. 257).

Na mesma edição da revista, uma análise mais apurada da queda de Perón foi feita por Ubiratan Lemos. Intitulada “Adeus, Perón – Bem vindo, Lonardi”, o jornalista avalia que

Três fatores precipitaram o tomo do grande demagogo que, durante 12 anos, oprimiu os filhos de San Martín: a guerra contra a Igreja e a consequente perseguição aos católicos; as negociações em torno da questão do petróleo, cuja solução no sentido de permitir a entrada de capital estrangeiro chocou a índole nacionalista do povo e, por último, o discurso-sonda do viúvo de Evita, no dia 31 de agosto, quando Perón usou as engrenagens da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) para arrastar à Plaza de Mayo alguns milhares de obreiros, que lhe ouviram as ameaças de violência dirigidas contra a resistência subterrânea de civis e militares, que não compactuavam com a tirania do Governo (08/10/1955, p. 6).

As fotografias da reportagem expressam a instabilidade política (Figura 31). Na foto à esquerda, aparece a confusão nas ruas; à direita, busto de Evita pendurado em árvore. Na legenda, é informado que “os estudantes, em particular, e em geral gente da classe média vibraram com a vitória de Lonardi. Bustos de Evita e Juan Perón foram pendurados em árvores” (08/10/1955, p. 5).

Figura 31 - Estudantes



Fonte: *O Cruzeiro*, 08/10/1955, p. 5.

Na edição de quinze de outubro, com a matéria chamada “Perón”, o jornalista Arlindo Silva elabora uma grande síntese das críticas veiculadas por *O Cruzeiro* em relação ao peronismo. Para Silva, o combate ao governo argentino se deveu à ameaça que ele representava para a democracia e para a harmonia continental:

Nossa luta contra Perón vinha de há muitos anos. Combatendo o ditador do Prata, cujo fim melancólico o mundo acada de assistir, nós combatíamos um criminoso de guerra, responsável pelos mais cruéis atentados contra a dignidade da pessoa humana. Lutávamos para que na Argentina voltasse a reinar a paz, a tranquilidade, a ordem, a liberdade de pensar e de crer. Lutávamos pelos nossos irmãos que estavam escravizados. Não víamos no fenômeno Perón apenas uma questão interna argentina. Víamos no peronismo um fator de intranquilidade, ameaçando a harmonia continental. Foi por isso que, durante tanto tempo, procuramos mostrar ao Brasil e ao mundo o que era o “justicialismo” por dentro, com todos os seus horrores, misérias e violências (15/10/1955, p. 7).

Na sequência, de forma mais detalhada, Arlindo Silva reforça o argumento de que o significado do peronismo para a América Latina era o expansionismo, a propaganda e a espionagem da Argentina nas relações internacionais:

Quando nós, de O CRUZEIRO, fustigávamos sem dó Perón e seu regime, nós sabíamos que aquele plano delirante de realizar a unificação da América do Sul sob a tutela argentina não ficara apenas no manifesto do G.O.U. [Grupo dos Oficiais Unidos]. As embaixadas argentinas em todos os países americanos começaram a funcionar como células de propaganda do peronismo e também como casas de negócio, comprando a consciência de traidores. Depois de efetuar cursos nas escolas peronistas de espionagem, os adidos trabalhistas às Embaixadas espalhavam-se pelo continente para exercer influência sobre os sindicatos trabalhadores. Essa infiltração visava criar nos meios operários verdadeiros núcleo “justicialistas”, que funcionariam como “cabeça de ponte” para conquistas maiores. Essa penetração fazia parte do plano do G.O.U.: primeiro, dominar pacificamente, através do suborno, para depois, se necessários, conquistar pelas armas. Tal campanha propagandística foi feita sempre abertamente no Chile, na Bolívia, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Equador e Brasil. Em nosso país, os objetivos mais visados eram os centros industriais, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, pelas Embaixadas e Consulados (15/10/1955, p. 8).

Sobre a dimensão internacional do peronismo, Silva ainda lembra o perigo representado pela tentativa de Perón de estabelecer um acordo comercial com Chile e Brasil, chamado de “Pacto ABC”, o qual submeteria os países membros à liderança de Buenos Aires: “No campo da política internacional, Perón conseguiu submeter alguns países, cujos presidentes tornaram-se fiéis servidores do tirano. No Brasil, com o qual Perón sonhava formar o célebre ABC (Argentina-Brasil-Chile), ele viu fracassado seu intento” (15/10/1955, p. 10). Por fim, encerra a matéria lembrando que o governo Perón era uma ameaça à segurança continental: “Quando nós, de O CRUZEIRO, combatíamos Perón e o apontávamos como ameaça à segurança continental, nós sabíamos que a Argentina no após-guerra se transformara no refúgio de dezenas de antigos servidores de Hitler e Mussolini, muitos dos quais com importantes funções no Governo” (15/10/1955, p. 10).

David Nasser, na mesma edição, com a matéria chamada “Tango do Adeus”, segue a linha de argumentação de Arlindo Silva sobre a dimensão internacional dos anos Perón. Nasser considera que o plano peronista era o de submeter os países latino-americanos à liderança argentina, desequilibrando o concerto entre as nações no continente:

Teve início, então, a mais cínica e a mais insolente política internacional de que se há memória, ora inclinada para Berlim, ora se fingindo pan-americanista, ora Washington, ora Moscou, asilando refugos de guerra do nazismo derrotado (...) e estendendo a mão à Rússia, fazendo pactos com as democracias, buscando, na confusão, o fortalecimento e a sobrevivência do regime negro, até que se tornasse possível a marcha do peronismo rumo ao coração da América Latina. Para tal, agentes e bases eram preparados em todas as capitais do continente. Repúblicas eram tomadas de assalto, como a Bolívia, compradas a peso de ouro e entregues a simples marionetes, como Paz Estensoro, conduzidos pelas mãos de Perón desde a Casa Rosada. Às vezes, o fantoche era substituído por um despertar de vergonha da própria nação subjugada. Morinigo era arrancado do poder no Paraguai. Ibarra era lançado ao ostracismo no Equador. Mas a dinâmica da política imperialista de Perón não cessava e outros planos eram preparados a prazo. Perón agia com naipes marcados e utilizava, para os seus intentos na América do Sul, homens de segunda mão, de ficha conhecida e suja. A queda do jogador acarretará a dos parceiros, simples esparros de seu poquer roubado. (...) É o fim do sonho do vice-reinado argentino do Prata (15/10/1955, p. 12).

Depois da renúncia, Juan Domingo Perón buscou abrigo no Paraguai²⁹. E as reportagens da revista não deixaram de revelar preocupações quanto ao futuro imediato de Perón e da Argentina. Em “Um ditador em Férias”, o jornalista João Martins trata do exílio de Perón, no Paraguai, e expressa o temor de que o ex-presidente retorne ao poder, tendo em vista o excesso de regalias e conforto com os quais o governo Stroessner asilou o líder argentino (22/10/1955, p. 6-11). Na semana seguinte, Austregésilo de Athaíde segue o tom da matéria anterior e critica o conforto com o qual Perón desfruta do exílio: “Perón acha-se agora exilado no Paraguai, morando na melhor casa da cidade, enquanto milhares dos seus partidários, comparsas e amigos esperam nos cárceres argentinos a decisão da Justiça” (29/10/1955, p. 5).

A corrupção do governo Perón foi o tema da reportagem “O tesouro que Perón esqueceu”, de Antonio Ronek. A matéria trata da suntuosidade dos objetos pessoais do casal Perón, muitos dos quais sob guarda do novo governo argentino, comandado pelo general Lonardi. A corrupção é o grande foco da matéria:

Aos poucos o governo provisório do General Lonardi vai se aprofundando na devassa dos negócios escusos do grupo deposto do ex-Presidente Juan Domingo Perón. Sabe-se, agora, com o testemunho das cifras, que Perón realmente havia transformado a guapa nação argentina numa feitoria sua: era ele que, de chibata em punho, auxiliado por militares corruptos, saqueava o erário e promovia negociatas escandalosas para beneficiar os seus prepostos, verdadeiros príncipes de uma ditadura poderosa (05/11/1955, p. 34F).

²⁹ Uma descrição detalhada do exílio de Perón no Paraguai, na Venezuela e, finalmente, na Espanha, entre 1955 e 1960, é feita por: GAMBINI, Hugo. *Historia del Peronismo: la violencia (1956-1983)*. Buenos Aires: Javier Vergara, 2008.

Na coluna intitulada “A marcha da revolução argentina”, Theophilo de Andrade, mais uma vez, condena o autoritarismo de Perón e expressa otimismo em relação ao futuro da Argentina sob novo governo: “Se for levada a bom termo, a Argentina encontrará, em pouco tempo, os caminhos perdidos da democracia” (19/11/1955, p. 18H).

Entre 1946 e 1955, portanto, a revista *O Cruzeiro* publicou diversas matérias sobre o governo Perón e a rivalidade política com o Brasil. Considera-se que as fotorreportagens e artigos elaborados pelos jornalistas do periódico se constituem em produções simbólicas que externaram a defesa da democracia e da concertação política interamericana por meio, respectivamente, de críticas negativas ao autoritarismo e à demagogia de Perón e Eva e de denúncias sobre supostos planos peronistas de impor a liderança argentina na região, ameaçando a soberania nacional brasileira. As publicações, assim, cumpriram a função ideológica de defender aqueles valores. Salienta-se, ainda, o grande número de fotorreportagens na abordagem dos temas, cuja série de imagens (Figuras 18 a 36) reforçou o argumento anti-autoritarismo e pró-democracia.

A queda de Perón, em setembro de 1955, abriu espaço para um novo momento na história política argentina. Ao longo dos próximos onze anos, cinco presidentes se sucederiam no comando do governo, sem alcançar estabilidade política na fase da democracia restringida pelos militares. O perfil do relacionamento da Argentina com o Brasil sofreria uma importante alteração e o perigo representado pelo peronismo daria lugar à parceria com os governos civis e militares daquele período. A rivalidade entre os dois países, no entanto, se manteve.

3.2 A parceria argentina durante a democracia restringida (1955-1966)

No início de 1956, passados apenas poucos meses da queda de Perón, o jornalista Alceu Penna assinou a reportagem “O Tesouro de Eva Perón”, com duras críticas ao governo Perón, acusado de demagógico e hipócrita a partir da constatação da suntuosidade das joias e roupas de Eva Perón, expostas quatro anos após a morte da primeira-dama, em Buenos Aires:

Há mais dois meses uma multidão de argentinos se comprime em longas filas na Praça Francia para ver o fabuloso e incrível tesouro que a ditadura peronista não pôde carregar na sua precipitada fuga para o Paraguai. Expostas na Casa do Governo, em Buenos Aires, as jóias de Eva Perón fazem deslumbrar os

espectadores. Maior, talvez, que os tesouros acumulados por muitas dinastias reais em várias gerações. Perón e Evita fizeram em poucos anos uma fortuna pessoal tão grande que bem justifica a revolta do povo que contempla estarrecido a Exposição. Pode-se avaliar o esbanjamento de Perón pela quantidade supérflua de peles raras, vestidos, sapatos e jóias que Evita deixou (07/01/1956, p. 57).

Era uma forma de saudar o governo provisório, já sob comando do general Pedro Aramburu, que buscava trilhar novos rumos para a política interna e externa da Argentina, conforme visto no capítulo anterior. Alceu Penna afirma que até poderia atenuar a reprovação do legado peronista porque “a morte trágica de Eva Perón seria talvez motivo para fazer-nos calar diante deste esbanjamento fabuloso, não fora ela um símbolo demagógico deste peronismo hipócrita que dilapidava o patrimônio do Estado, enquanto Perón confundia assim os trabalhadores com demagogia barata” (07/01/1956, p. 60).

Com a intenção de tomar a Argentina de Aramburu como referência, o colunista de “Política Internacional”, Theophilo de Andrade, entrevistou o economista argentino Raul Prebisch, membro da CEPAL e assessor econômico do governo provisório da Argentina. Na reportagem “Reforma Cambial Argentina”, Andrade considera que as medidas econômicas sugeridas por Prebisch e adotadas em Buenos Aires poderiam servir de referência para o Brasil:

... estando o Brasil tão necessitado quanto a Argentina de uma reforma cambial e tendo a nossa fracassado, por motivos políticos, embora a sua necessidade continue premente, quis eu ouvir o Dr. Raul Prebisch sobre a grande tarefa que está a realizar em seu país, na esperança de que a sua ação nos possa trazer algumas luzes, dada a relativa semelhança de situação existente entre os nossos dois países, ambos associados por uma longa ditadura e ambos subdesenvolvidos e aspirando a caminhar, céleres, pelo caminho do progresso (28/02/1956, p. 16).

Entre as providências da política saneadora proposta por Prebisch estava o incentivo estatal à produção agrícola, às indústrias de base, ao sistema de transporte e energia, conforme escreveu Theophilo de Andrade:

O Dr. Raul Prebisch, tal como o Dr. José Maria Whitaker [ministro da fazenda de Juscelino Kubitschek], compreendeu que não seria possível pensar na recuperação da economia de países do tipo latino-americano, sem incentivar a sua exportação, o que vale dizer, a sua produção, pois o ouro com que se paga o que se importa – e da importação depende o nível cultural da nação – provém previsivelmente da exportação, de vez que não dispõem eles, como os países altamente capitalizados, de investimentos estrangeiros. (...) na Argentina, como no Brasil, o regime do câmbio artificial e fictício provoca o confisco cambial, em detrimento da lavoura, em benefício da importação (...). No Brasil, criamos o problema dos “gravosos” e, mesmo depois da Instrução n. 70, da “Superintendência da Moeda e do Crédito”, destinada a eliminá-los,

prossequimos nessa política de confisco em detrimento dos lavradores de café. Na Argentina, o governo peronista, primeiro confiscou os lucros da lavoura e, depois, mesmo quando a subvencionava, continuava a explorá-la, por tal forma, que se reduziu a área cultivada e caiu a produção exportável (28/02/1956, p. 17).

Andrade, portanto, não concorda com o protecionismo econômico, nem com a valorização artificial da moeda, que prejudica as exportações. O desamparo ao setor primário-exportador foi constatado por ele no peronismo dos anos passados e na então gestão de Juscelino Kubitschek. Mais adiante, Theophilo de Andrade prossegue com elogios ao governo provisório do general Aramburu e sugere que o mesmo sirva de referência ao Brasil:

Está-se operando na Argentina apenas o que se verificaria no Brasil com a reforma Whitaker: uma transferência de renda de uns grupos para outros, liquidando-se o privilégio iníquo de que se beneficiava a importação nas cidades, à custa “da fome da sede” do homem do campo. Na Argentina, a reforma cambial elaborada pelo dr. Raul Prebisch e adotada, imediatamente, sem tergiversações pelo Governo Provisório que derrubara a ditadura Perón, é o instrumento indispensável à recuperação econômica do país. Através dela, será restaurada a agropecuária e restabelecido o equilíbrio entre o campo e a cidade, sem o qual não há paz social, nem progresso possível. É que, ali, o Dr. Raul Prebisch encontrou, no Governo, homens à altura da tarefa que lhes propôs, de reconstrução de um país calado por doze anos de erros e de demagogia (28/02/1956, p. 18).

Andrade não poupa Perón de críticas. Considera-o irresponsável por não ter dado atenção às exportações, à política de substituição de importações, ao incentivo à indústria petrolífera e ao combate à inflação: “segundo o Dr. Raul Prebisch, a ditadura peronista comprometeu, seriamente, os fatores dinâmicos da economia argentina. A crise é grave. Mais grave que a enfrentada no passado pelo presidente Avellaneda, quando, como se disse na época, se teve de “economizar sobre a fome e a sede do povo” (28/02/1956, p. 16).

No mês de outubro de 1956, uma entrevista com o presidente Aramburu, realizada por Horácio Andres Frasca, destacou o bom relacionamento da Argentina com a América Latina e com o Brasil. Na introdução da matéria, uma nota de *O Cruzeiro* salienta a tendência de concertação política entre Brasil e Argentina na conjuntura pós-Perón: “Todos os problemas relacionados com a República Argentina têm sempre merecido a atenção dos brasileiros que procuram, na vizinhança do país platino, não apenas um efeito geográfico mas sobretudo a genuína amizade pan-americana” (13/10/1956, p. 12). Frasca pergunta ao general Aramburu sobre as pesquisas do governo provisório argentino a respeito dos planos expansionistas de Perón na América Latina. O presidente confirma as

investigações e garante a postura de não intervenção no continente: “Mantemos a linha de respeito à soberania de todos os países amigos e total alheamento aos seus problemas político internos” (13/10/1956, p. 12). Questionado sobre as eleições presidenciais marcadas para 1958, Aramburu garante a participação dos peronistas no pleito, desde que as regras democráticas sejam respeitadas:

Se se entende por “partido de tendência peronista” uma agrupação que sustente, em seu programa, a ditadura como forma de Governo e a supressão das liberdades fundamentais indispensáveis a um Estado democrático, minha resposta é clara e terminante: não! Em nenhum momento quero afirmar, com isto, que os ex-membros do partido peronista estão proibidos de formar novas agremiações políticas, com ideais democráticos (13/10/1956, p. 12).

As perguntas sobre uma possível parceria comercial entre Brasil e Argentina ganham respostas afirmativas, especialmente na reconstrução da rede ferroviária argentina:

... os órgãos competentes do Governo argentino estão empenhados no estudo das soluções que permitam incrementar o intercâmbio entre os países limítrofes, sendo bem conhecida a importância que, dentro dessa política, exercem as relações argentino-brasileiras. (...). Temos o maior interesse em continuar adquirindo mais material ferroviário de produção brasileira. Há poucos dias, técnicos dos Ministério dos Transportes, convidados por industriais brasileiros, visitaram os principais estabelecimentos dedicados à construção de vagões, fabricação de rodas e outros apetrechos, comprovando o grau de adiantada perfeição com que são produzidos. Ultimamente firmas brasileiras têm saído vencedoras das concorrências realizadas pelas ferrovias argentinas. Espera-se que assim continue, para alcançar-se a reabilitação de nossa rede ferroviária (13/10/1956, p. 12).

A disposição do governo Aramburu em cooperar com o concerto americano é reafirmada na resposta sobre a navegação nos rios Paraná e Uruguai:

A utilização das águas dos rios Paraná e Uruguai está regulada com relação a todas as bandeiras dos tratados de 1853, com o assentimento dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha. Como, em virtude desse acordo, a matéria se rege sem dificuldade alguma, parece evidente que não é oportuno qualquer modificação. Além do mais, o governo argentino está animado do firme propósito de prestar sua cooperação leal e franca aos Estados vizinhos e amigos, no sentido de serem realizadas as obras de benefício geral, tais como usinas hidrelétricas, de capital importância para o desenvolvimento industrial desses países. Assim mesmo, parece desnecessário destacar as vantagens de possibilitar a navegação do Uruguai em uma maior extensão do seu curso (13/10/1956, p. 13).

Ao final da entrevista, há uma lista de treze processos judiciais contra Perón, acusando o ex-presidente de autoritarismo, corrupção, contrabando e ineficiência

administrativa. A matéria com o presidente Aramburu expõe uma Argentina bastante diferente daquela governada por Perón. Antes de 1955, o isolacionismo continental e a rivalidade regional eram o centro das críticas produzidas pelos jornalistas da revista. Após 1955, a referência e a parceria formaram a base da argumentação, com claro apoio ao pan-americanismo. Salienta-se, mais uma vez, a estratégia da revista de “dar voz” a um importante personagem do cenário político argentino e, assim, buscar maior legitimidade da visão de mundo pró-concertação continental perante os leitores do semanário.

Conforme se afirmou no capítulo anterior, houve uma aproximação entre o Brasil e a Argentina promovida pelos governos JK e Aramburu. Após os conflitos resultantes das disputas luso-hispânicas no período colonial, do expansionismo do Império Brasileiro no Prata no século XIX e das doutrinas geopolíticas conflitivas de predomínio na América do Sul na primeira metade do século XX³⁰, as relações entre ambos “... se tornaram cada vez mais fluidas, ao desaparecerem, com a queda de Perón, suas discrepâncias na política internacional” (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Importa salientar que a política externa de Juscelino Kubitschek, de acordo com Cervo (1998), caracterizou-se num primeiro momento pelo retrocesso da política de barganha com os Estados Unidos³¹ entre 1956 e 1958, tendo em vista a associação estreita ao capital estrangeiro e o alinhamento automático aos norte-americanos para garantir o sucesso do Plano de Metas, o que fazia do nacional-desenvolvimentismo de JK um desenvolvimentismo-associado. O Brasil chegou mesmo a se afastar do “terceiro mundo”³² e do socialismo e a apoiar Portugal em seus planos colonialistas na Índia. Permitiu que os Estados Unidos instalassem uma base para rastreamento de foguetes em Fernando de

³⁰ Conforme Silveira (1992), “... a presença permanente dessas forças, ligadas às posições de conflito, absolutamente excluíam as posturas e atitudes concretas de cooperação entre ambos os países, ao longo do período mencionado” (p. 68).

³¹ A política de barganha com os Estados Unidos foi adotada pelo governo Vargas (1951-1954) e consistia no apoio estratégico a Washington em troca de cooperação econômica e auxílio no desenvolvimento industrial. A fragilidade de tal pretensão era o fato de que os Estados Unidos não estavam interessados em fortalecer um regime capitalista nacionalista, nem tão pouco em priorizar a América Latina em detrimento do combate ao comunismo na esfera internacional. Vargas esboçava um novo “jogo duplo”, ao perfilar como aliado do mundo capitalista-americano e ao discursar em favor do nacionalismo econômico (CERVO, 1998).

³² É importante lembrar que a expressão “terceiro mundo” se refere genericamente aos países não considerados como grandes potências durante a Guerra Fria, especialmente aqueles que obtiveram independência política ao longo do processo de descolonização da África e da Ásia entre os anos 1940 e 1970. Sobre estes, Rémond (1999) escreve que “um dos fenômenos mais importantes da história contemporânea é, precisamente, a entrada, no palco das relações internacionais, na condição dos países que se tornaram atores da diplomacia, dos que, por tanto tempo, nele só figuraram como objeto. O universo político deixa de reduzir-se ao concerto das grandes potências, a saber, quatro ou cinco grandes estados europeus, mais os Estados Unidos e o Japão. O número dos Estados multiplicou-se: é um aspecto e uma decorrência da descolonização” (p. 165).

Noronha em troca de obsoletos materiais bélicos. Após um refluxo no crescimento econômico (devido a exigências de saneamento das finanças por parte do FMI, à queda do preço do café no mercado internacional e à redução das exportações para a Europa com a criação do Mercado Comum Europeu – CEE), houve o retorno da política de barganha com os Estados Unidos entre 1958 e 1960. Naqueles anos, foi lançada a iniciativa multilateral Operação Pan-Americana (OPA), a qual, conforme visto no segundo capítulo, trouxe como resultados a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e esboço da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC).

O maior alinhamento do governo JK aos Estados Unidos, entre 1956 e 1958, colabora na compreensão do conteúdo da reportagem de Luciano Carneiro, publicada em fevereiro de 1957. Nela surge uma pequena discordância entre Brasil e Argentina. A matéria acompanha a visita diplomática ao Uruguai por parte do chanceler brasileiro, Macedo Soares (1956-1958), cuja intenção era fortalecer um intercâmbio comercial e cultural com o país vizinho. Questionado sobre a atitude do Brasil diante da conferência entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, proposta por Buenos Aires, o ministro das relações exteriores brasileiro expressou um objetivo diferente do argentino: “Em princípio, o Brasil não é partidário de blocos regionais, pois aspira a formação de um grande e único bloco – o bloco americano” (09/02/1957, p. 96). Como se sabe, com os chanceleres Francisco Negrão de Lima (1958-1959) e Horácio Lafer (1959-1960), o governo JK iniciaria a OPA, não reproduziria o discurso pan-americano tal qual aparece na matéria de Luciano Carneiro e se envolveria num esforço multilateral no continente para obter investimentos dos Estados Unidos.

Com a posse de Arturo Frondizi na presidência da Argentina, em maio de 1958, houve estreitos laços comerciais entre Brasil e Argentina:

Em 1958, a Argentina era o terceiro maior cliente do Brasil, cujo mercado para seus produtos de exportação também se apresentava como um dos quatro mais importantes, e o intercâmbio alcançava a média de US\$ 100 milhões, em cada sentido, através de um sistema de troca, em que algumas poucas mercadorias predominavam, e os dois países, sem necessidade de utilizar divisas, faziam pagamentos e acertavam as contas por meio de moeda-convênio (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 273).

Frondizi respaldou JK ao defender a mobilização multilateral da América Latina para obter investimentos junto aos Estados Unidos através da OPA. Nas conferências pan-americanas, Brasil e Argentina passaram a defender em sintonia a ideia “... de que o maior

perigo para a segurança do hemisfério, mais do que a ameaça de potências extracontinentais, estava no subdesenvolvimento” (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 274). O clima de compreensão entre os dois países viabilizou a criação do BID e da ALALC, conforme se expôs.

Em abril de 1958, na entrevista exclusiva que Frondizi concedeu à “equipe de *O Cruzeiro*” (“Frondizi, paz na Argentina”. N. 28, Ano XXX, 19/04/1958, p. 116-119) – também analisada no segundo capítulo –, o clima de cordialidade entre a Argentina e o Brasil ficou explícito em cada página da fotorreportagem. Recordar-se que, de acordo com os referenciais metodológicos de Belting (2010), Joly (2003), Vilches (1997), Mauad e Lopes (2012), examinados no primeiro capítulo, o ato fotográfico se constitui em uma representação do real e, como tal, expressa significados simbólicos derivados do contexto, do veículo de divulgação e da subjetividade do fotógrafo. As imagens de JK e Frondizi, assim, reforçam o argumento de que, numa conjuntura de maior aproximação entre os dois países, somando-se a uma série de textos e fotos que o periódico vinha publicando sobre a concertação americana, a “equipe de *O Cruzeiro*” produziu fotografias que transmitem a mensagem de parceria entre a Argentina e o Brasil. Na primeira página (Figura 32, Frondizi e JK estão lado a lado, na companhia de outras autoridades, como a legenda informa: “Na chegada: Arturo Frondizi acena para o povo. Ao lado, o Presidente Juscelino Kubitschek. Atrás, o General Aurélio Lyra Tavares e o Sr. Otavio Guinle Jr., representando o Itamaray” (19/04/1958, p. 116).

Figura 32 – Frondizi e JK

Fonte: *O Cruzeiro*, 19/04/1958, p. 116

Na segunda (Figura 33), Frondizi é apresentado por JK ao vice-presidente, João Gouart, e aos ministros. A manchete da reportagem, “Frondizi, paz na Argentina”, reforça o clima de harmonia com a democracia no país platino e com a concertação continental.

Figura 33 – Frondizi e ministros brasileiros



NO CABETE: O PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK (DE COSTA) APRESENTA O NOVO CHEFE DO GOVERNO ARGENTINO AO SR. JOÃO GOULART E MINISTROS.

FRONDIZI, PAZ NA ARGENTINA

Em entrevista exclusiva a "O Cruzeiro", o Presidente eleito do vizinho país assegura que em seu governo haverá liberdade, paralela ao cumprimento da ordem

Reportagem da Equipe de O CRUZEIRO



UMA FRATERNA SAUDAÇÃO AO BRASIL.

HOMEM típico da fronteira (nasceu em Paso de Los Libres, Argentina, a quatro dos seus irmãos, em Uruguaiana, Brasil, Arturo Frondizi e defensor ardoroso das mais estreitas relações entre as Repúblicas Sul-americanas. Grande amigo do Brasil, do Uruguai e do Chile, o Presidente eleito da Argentina acaba de realizar uma visita de cortesia aos três países que lhe são vizinhos. Simpatia, o vitorioso candidato da União Cívica Radical recebeu expressivas homenagens do Governo e povo brasileiros, a exemplo do que já ocorreu no Chile e no Uruguai.

Depois a estada do Presidente Arturo Frondizi no Brasil, O CRUZEIRO oferece a sua única entrevista exclusiva concedida em nosso País, abordando temas de maior atualidade quanto à política interna e externa do seu governo. E é esta entrevista que passamos a publicar.

Pergunta: — Qual será, em sua opinião, a posição dos líderes peronistas durante o seu governo?

Resposta: — No próximo governo constitucional, quaisquer partidos políticos poderão ser criados e funcionar livremente. Cada cidadão argentino deverá decidir, por sua própria vontade, qual será a posição a adotar ante as novas disposições constitucionais da República.

P: — Representará Perón uma ameaça ao regime democrático na Argentina?

R: — Enquanto se respeite, como estamos firmemente decididos a fazê-lo, a vontade do povo, que reclama o império da paz, da

O CRUZEIRO, 19 de abril de 1958

CONTINUA 117

Fonte: *O Cruzeiro*, 19/04/1958, p. 116

Na terceira página (Figura 34), uma série de quatro fotografias, do lado direito, demonstra as homenagens a Frondizi no senado (primeira foto), no gabinete de Jango (segunda), na câmara (terceira) e na Universidade do Brasil, onde ganhou o título de doutor *honoris causa* (quarta).

Figura 34 – Homenagens a Frondizi



Fonte: *O Cruzeiro*, 19/04/1958, p. 116

Na última página (Figura 35), o presidente argentino cumprimenta o então governador de São Paulo, Jânio Quadros. A legenda mais uma vez informa: “Em São Paulo, o Presidente Arturo Frondizi e filha são recebidos pelo Governador Jânio Quadros, em companhia do Ministro Macedo Soares” (19/04/1958, p. 119).

Figura 35 – Frondizi em São Paulo



Fonte: *O Cruzeiro*, 19/04/1958, p. 116

Em agosto de 1958, o jornalista Armando Nogueira fez a cobertura da visita ao Brasil do chefe do Departamento de Estado norte-americano, Foster Dulles, e expressou grande entusiasmo com o pan-americanismo:

Indicando aos Estados Unidos o caminho da América Latina do qual estavam afastados há muito tempo, o Brasil recebeu, na semana passada, a visita do Secretário de Estado Norte-Americano, Sr. J. Foster Dulles, que aqui passou 55 horas, conferenciando com o Presidente Kubitschek, participando de recepções, plantando magnólia em Brasília e batendo estacas de obras públicas da nova capital. (...) A presença do Sr. Dulles no Brasil, em momento de extrema dificuldade nos quadros da política internacional, parece significar que so EEUU reencontraram as portas que conduzem a América Latina, durante anos retaguarda do bloco ocidental, mas agora na primeira linha da competição que divide o mundo em dois mundos (23/08/1958, p. 28).

Na ocasião, Dulles demonstrou contrariedade a manifestões divergentes ao pan-americanismo na América Latina, inclusive uma desconfiança em relação à eleição de Frondizi, tendo em vista o programa desenvolvimentista que pautou a campanha eleitoral do candidato da UCRI e os primeiros anos do mandato do presidente:

... desceu no Galeão o sisudo Secretário Dulles, trazido ao Rio por um complexo de fatores dentro os quais se destacam: 1) as eleições na Argentina e na Guatemala, elevando ao poder candidatos cujas campanhas eleitorais foram hostis à política americana na América Latina; 2) as manifestações populares contra o Vice-Presidente Richard Nixon em alguns países sul-americanos; 3) a ofensiva econômica que o bloco soviético desfechou na América Latina” (23/08/1958, p. 34).

A reportagem destacou que a OPA, sustentada pelo Brasil com apoio da Argentina, fez parte da agenda do chefe do Departamento de Estado no encontro com JK:

No encontro havido no Palácio das Laranjeiras, o Presidente Kubitschek fez longa explanação sobre os objetivos da Operação Pan-Americana, pondo ênfase nas considerações em torno da expressão estratégico-militar da América. Destacou que a ideia de lutar contra o subdesenvolvimento que afeta seriamente a América Latina implica em promover a segurança do Continente, devendo, portanto, ser integrada no plano estratégico da defesa ocidental. Por sua vez, o Secretário Dulles disse compreender o drama em toda a sua extensão, drama que atinge frontalmente seu próprio país e que o obriga a realizar um esforço para, numa coligação com os demais países americanos, aparelhar a América Latina para resistir à guerra fria da infiltração política e econômica da União Soviética (23/08/1958, p. 34).

No final da matéria, Armando Nogueira faz um balanço bastante positivo da visita de Dulles, expondo otimismo com a OPA:

O balanço final da viagem do chefe do Departamento de Estado norte-americano ao Brasil parece indicar proveito para todos os lados interessados: o governo brasileiro, por ter conseguido tornar praticamente vitoriosa a ideia política da Operação Pan-Americana, que lança o Itamaraty em rumos novos de maior ação; os países latino-americanos, pela perspectiva que se abre à sua integração efetiva no bloco ocidental; e o governo americano, pela repercussão favorável que alcançou nos limites de política interna a viagem de chefe do Departamento de Estado. Isto, em princípio, representa um passo reguro do Partido Republicano para a reconquista do prestígio popular que os democratas habilmente vinham roubando ao presidente Eisenhower, através de cerrada campanha de crítica à política de esquecimento da América Latina por parte do governo Ike (23/08/1958, p. 34).

Foi comentado no capítulo anterior que, por pressão das Forças Armadas anti-peronistas, Frondizi se afastou do programa desenvolvimentista em torno do qual havia sido eleito, em maio de 1958. Por causa disso, recebeu críticas negativas por parte do então deputado federal, San Tiago Dantas, que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e defendia o projeto desenvolvimentista. Em entrevista ao jornalista Carlos Castelo Branco, em junho de 1959, San Tiago Dantas cria o termo “frondizismo” para se referir ao projeto liberal “mascarado” de desenvolvimentismo que estaria sendo apresentado pela candidatura de Jânio Quadros à sucessão de JK:

Não nego ao ex-governador de São Paulo méritos pessoais e direito de aspirar à suprema posição política do país, mas entendo que sua atuação (...) tem tido um caráter nitidamente extrapartidário, com tendência para a forma condenável do homem providencial. Hoje a candidatura Jânio começa a ser identificada pela opinião pública com o que poderíamos chamar o “frondizismo”. O “frondizismo” é a política de direita com a técnica eleitoral de esquerda. Em primeiro lugar, no plano econômico fomenta as condições propícias ao “big-business”, à concentração capitalista e à utilização dos recursos públicos pelos grandes empreendimentos privados. Em segundo lugar, ela procura resolver o antagonismo existente – e inevitável – entre o processo de emancipação econômica do país e os interesses internacionais que o rodeiam através de fórmulas de conciliação, procurando fazer da satisfação desses interesses internacionais um instrumento para solucionar certos problemas de desenvolvimento material” (20/06/1959, p. 117).

San Tiago Dantas expõe a bipolarização daquela conjuntura entre o projeto nacionalista – favorável ao desenvolvimento econômico a partir do capital público e privado nacional e de uma política externa independente em relação aos grandes centros econômicos – e o liberal – defensor de um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e de uma política externa alinhada aos Estados Unidos – e encerra a entrevista como uma síntese do programa nacionalista:

Acredito que a sucessão presidencial será a luta entre o “frondizismo” e o nacionalismo, e o problema das forças políticas nacionalistas neste momento é o de escolha de um nome capaz de encarnar as reivindicações nacionalistas em toda a extensão do seu conteúdo: luta pela emancipação econômica, defesa do monopólio estatal do petróleo como solução mais adequada à exploração intensiva dessa riqueza natural, reforço da iniciativa pública nos setores econômicos relacionados com a segurança nacional ou com as condições gerais de desenvolvimento da economia do país, promoção de uma política social paralela à do desenvolvimento econômico que assegure não só o enriquecimento do país, mas a distribuição desse enriquecimento pelas diferentes classes sociais, de modo a elevar progressivamente o nível de bem-estar do povo” (20/06/1959, p. 117-118).

Em maio de 1961, já com Jânio Quadros na presidência do Brasil, Tabajara Tajes fez a cobertura do encontro do presidente Frondizi com Jânio na cidade de Uruguaiana-RS. Com o título “Jânio e Frondizi na fronteira”, a fotorreportagem registrou o clima de parceria entre os dois países e fez alusão à tentativa de conciliação entre projetos de direita e esquerda por parte do governo Jânio:

Segundo Afonso Arinos [chanceler do governo Jânio], o encontro dos dois presidentes estabeleceu o perfeito equilíbrio democrático: direita e esquerda se equivaleram, muito embora, ainda segundo o chanceler, Jânio jogue na esquerda mas com olho na direita. (...) Convênio de amizade e consulta, acordo cultural, política sul-americana e dívida do Brasil para com a Argentina, eis os pontos que foram tratados. Reunião que trouxe efeitos e também um recorde para a histórica Uruguaiana, palco, pela quarta vez, como cidade do interior, de reuniões de presidentes. D. Pedro II, Mitre e Flores, Getúlio e Justo, Dutra e Perón, e Frondizi e Jânio (13/05/1961, p. 19).

As duas páginas da fotorreportagem contém fotografias que expressam simbolicamente a celebração da democracia e da parceria entre a Argentina de Frondizi e o Brasil de Jânio Quadros: a primeira foto (Figura 36) ocupa o canto superior direito da página e mostra o encontro dos dois presidentes na fronteira entre Uruguaiana e Paso de los Libres, conforme informações da legenda: “O encontro dos presidentes teve lugar na ponte internacional, que une as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres” (13/05/1961, p. 18).

Figura 36 – Frondizi e Jânio



Fonte: *O Cruzeiro*, 13/05/1961, p. 18

A segunda foto (Figura 37), por sua vez, preenche o espaço das duas páginas e expõe Jânio e Frondizi em carreata na fronteira entre os dois países. Tal qual o texto da reportagem, a legenda destaca que não se trata da primeira vez em que acontece um encontro de chefes de Estado naquela cidade: “Pela quarta vez, Uruguiana foi palco de encontro de presidentes, praxe que teve início na Monarquia e é seguida na República” (13/05/1961, p. 19).

Figura 37 – Carreata em Uruguaiana-RS



Fonte: *O Cruzeiro*, 13/05/1961, p. 19

No encontro de Uruguaiana, a Argentina e o Brasil se comprometeram em desmilitarizar suas fronteiras, criar um sistema permanente de consulta, promover intercâmbio comercial simétrico e desenvolver conjuntamente parcerias econômicas com Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Tais intenções de acordos foram oficializadas com os textos da Convenção de Amizade e Consulta, assinados pelos chanceleres, e da Declaração de Uruguaiana, firmados pelos chefes de Estado. O entendimento entre Frondizi e Quadros, no entanto, era visto com desconfiança pelos EUA, que temia o fortalecimento político da América Latina a partir da aproximação dos dois principais países do Cone Sul, os quais poderiam sustentar uma política externa independente no cenário da Guerra Fria, especialmente o Brasil. Além disso, as Forças Armadas e o senado argentino, temendo

subordinação da Argentina ao Brasil, não ratificaram os documentos (MONIZ BANDEIRA, 2010).

A Política Externa Independente (PEI) do governo Jânio Quadros – já comentada no capítulo anterior – foi o tema da entrevista concedida pelo chanceler brasileiro, Afonso Arinos de Melo Franco, ao jornalista Daniel Caetano em junho de 1961. Na matéria “Arinos fala sobre Cuba”, o ministro das relações exteriores de Jânio justifica a PEI na conjuntura do início dos anos 1960:

O fato é que não podemos vender mais do que vendemos aos países que tradicionalmente nos compram. Temos de sair em busca de novos centros. E a Ásia, África e alguns países da Europa Central são compradores em potencial dos nossos produtos. Por que não atraí-los? Toda essa política que o Brasil inicia junto aos países africanos dará frutos inesperados em pouco tempo. Quem sabe? É fácil para nós entrarmos em contato com as nações que acabam de conquistar a independência, pois elas sabem que nunca tivemos preconceitos de raças, nunca fomos colonialistas, sempre bradamos por liberdade, soberania de todos os povos. Um mundo novo surge para disputar com os velhos países o direito a uma vida melhor (10/06/1961, p. 21).

“A Argentina está do lado do Brasil nessa política?”, indaga o repórter. Arinos responde: “Está. (...) A Argentina acompanha o Brasil nessa política de independência continental, embora essa manifestação venha por meios indiretos, em vista das condições da sua política interna” (10/06/1961, p. 21).

A parceria aludida por Afonso Arinos entre a Argentina e o Brasil em torno de uma política externa autônoma em relação aos grandes centros econômicos também foi expressada no posicionamento de ambos os países em torno da questão cubana e a OEA. Não custa repetir que, na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Punta del Este (22 a 31/01/1962), a concertação entre Brasil e Argentina se evidenciou com o apoio do chanceler argentino, Miguel Angel Cárcano, à tese de neutralização de Cuba defendida pelo ministro das relações exteriores do Brasil, San Tiago Dantas. Ambos reconheciam a incompatibilidade entre o regime cubano e o sistema americano, contudo, tratavam a reunião de Punta del Este apenas como órgão de consulta, sem autoridade para excluir qualquer membro da OEA, o que seria uma afronta ao princípio da soberania nacional e um perigoso precedente para intervenções estrangeiras, caso houvesse consentimento coletivo (MONIZ BANDEIRA, 2010).

O colunista Theophilo de Andrade, em matéria de janeiro de 1961, expressou apoio à proposta estadunidense de expulsão de Cuba da OEA e, ao mesmo tempo, o temor de que

a Argentina de Frondizi, caso rompesse relações com Havana antes do Brasil, pudesse assumir o papel de liderança latino-americana no combate ao comunismo. Por mais que houvesse uma sintonia entre Frondizi e Quadros na conferência de Punta del Este, Andrade não deixou de evidenciar um sentimento de rivalidade com a Argentina:

... a maioria para a condenação moral de Cuba, com a consequente recomendação de rompimento das relações diplomáticas, é possível que seja conseguida, pois a Argentina, dirigida por um homem da inteligência do presidente Arturo Frondizi, já está a tomar a dianteira: “A Argentina substituiu o Brasil no papel de conciliador que este país tradicionalmente desempenhou no sistema interamericano, até a expiração da presidência Juscelino Kubitschek”. Marchamos para a pior das situações, que é a do isolamento diplomático” (20/01/1962, p. 72).

Em fevereiro de 1962, na reportagem “Fidel Castro expulso da OEA”, mais uma vez Theophilo de Andrade expressou o temor de que a PEI, tratada como uma quebra da tradição pan-americana do Itamaraty, retirasse do Brasil o papel de líder regional na defesa da democracia, da liberdade e do alinhamento aos Estados Unidos:

Um país votou contra – a própria Cuba. E sei se abstiveram, entre eles, a Argentina e o Chile, como em 1942 [na III Reunião dos Chanceleres do RJ que recomendou o rompimento de relações com o EIXO], e mais o Brasil, o México, o Equador e a Bolívia. Há vinte anos, a liderança dos latino-americanos coube ao Brasil, na dianteira que tomamos em defesa da democracia, a despeito de que estávamos sob a ditadura do Estado Novo, que não correspondia aos anseios do povo brasileiro, que já se preparava para a volta à liberdade. Hoje, embora viva o Brasil um regime democrático, de governo eleito e com liberdades públicas, foi, paradoxalmente, o seu governo que, pela voz do seu chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas, liderou a minoria vencida, procurando das coberturas à ditadura cubana, contra o sentir do próprio povo brasileiro e de toda a América (17/02/1962, p. 110).

O posicionamento argentino ao lado do governo brasileiro na questão cubana cobrou um alto preço de Frondizi. Afinal, para Fausto (2004), o presidente argentino “... tinha muito menos espaço [para aderir a PEI do que Jânio], já que qualquer iniciativa nesse sentido reavivaria as acusações de ‘comunista’ contra ele e seu currículo político. Mesmo assim, resolveu correr o risco e manteve um encontro secreto (imediatamente revelado) com Ernesto ‘Che’ Guevara em Buenos Aires” (p. 357). Vale lembrar que, pressionado pela direita liberal argentina, em especial pelas Forças Armadas, Frondizi rompeu relações diplomáticas com Cuba dias após a conferência de Punta del Este.

Em março de 1962, Theóphilo de Andrade escreveu novo artigo revelando inquietação com a possibilidade da Argentina assumir a liderança política continental. Em

defesa de uma tradição pan-americana da política externa brasileira, Andrade apela para que o Brasil rompa relações diplomáticas com Cuba, sob a ameaça de perder o papel de líder na América do Sul, algo que poderia ficar nas mãos da Argentina, tendo em vista que ela cortou relações com a Havana: “A hora em que escrevo, a Argentina já emendou a mão, rompendo com Cuba e dando, por essa forma, uma demonstração de pan-americanismo prático. E o mesmo terá que fazer o Brasil, se o Itamarati ainda quiser continuar fiel ao espírito do Barão de Rio Branco” (03/03/1962, p. 98).

A produção simbólica de Theophilo de Andrade, como se viu, contém um conteúdo altamente favorável ao pan-americanismo e ao sistema de segurança coletivo liderado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, descartando a alternativa proposta pela PEI. Além de enxergar sintonia entre a Argentina e o Brasil, Andrade expressa a rivalidade entre os dois países ao produzir matérias que incluem a possível supremacia política argentina na América do Sul como uma das consequências negativas da política externa independente posta em prática pelo governo Jânio.

A queda do presidente Arturo Frondizi, em março de 1962, repercutiu nas páginas de *O Cruzeiro*, conforme visto no segundo capítulo. Em abril, o assunto serviu para que David Nasser fizesse uma comparação entre a política argentina e a brasileira. Ao avaliar o golpe militar que derrubou Frondizi, Nasser argumenta que, no Brasil, a democracia está mais consolidada do que na Argentina, tendo em vista a maior convivência brasileira com o ideário democrático nos últimos anos:

De há muito as nossas classes militares se democratizam, se integram no espírito, no temperamento e no destino desta Nação que tem de ser democrática, livre e particular, enquanto não conseguirem, com a propaganda lenta nos partidos, com os movimentos, pacientes hoje, inflamados amanhã, entre os operários das cidades e os trabalhadores dos campos, modificar, não a estrutura desta terra, mas a estrutura de sua gente, a fórmula de seu sangue, o jeito de pensar, viver, amar, rir, sofrer livremente (21/04/1962, p. 4).

O conceito de democracia para Nasser, portanto, envolve não apenas o respeito ao contrato social, como também uma cultura que nutre um sentimento de liberdade. Já Theophilo de Andrade, através da coluna “A situação argentina e o Brasil”, de maio de 1962, expressa uma concepção mais pragmática de democracia: em nome do combate a forças políticas indesejáveis – no caso argentino, o peronismo – convém fazer uso de intervenções no processo democrático. Em nome disso, argumenta que o Brasil deveria reconhecer a legitimidade do novo presidente da Argentina, José Maria Guido:

No caso da Argentina, a aplicação daqueles princípios [governo de direito e de fato] exige o reconhecimento do novo governo, como aliás, o fizeram muitas nações amigas. Houve uma deposição do chefe do governo, coisa que não é novidade na América Latina. Mas a sucessão se operou na pessoa do presidente do Senado, José Maria Guido, já reconhecido pela Corte Suprema Argentina. Isto lhe confere a necessária autenticidade jurídica para o reconhecimento. Está ele, ademais, na disposição declarada de respeitar os tratados assinados. E não consta a ninguém que ali esteja sendo menosprezado o direito das gentes. Por que não reconhecê-lo? Por que parece ao Itamaraty que não seja muito sólido? Mas esta é uma questão interna argentina, com que nada temos a ver. (...) O não reconhecimento é que constitui uma maneira indireta de intervenção na política argentina, pois pode parecer que estejamos a simpatizar com os peronistas (05/05/1962, p. 114).

Austrgésilo de Athayde, por sua vez, não comunga da concepção pragmática de democracia que Theophilo de Andrade expressou. Em boa parte do artigo “O grande espelho argentino”, de agosto de 1962, Athayde repudia qualquer forma de autoritarismo e, nesse tom, desautoriza a intervenção militar na Argentina, que derrubou Frondizi, e apela para que o Brasil não tome o mesmo caminho:

A Argentina de hoje é um exemplo vivo e doloroso do que não se deve fazer. Uma vez entrados no despenhadeiro político, os militares não sabem, ou não podem, deter-se. O fracionamento das forças, os antagonismos inevitáveis, as ambições desbordantes, a falácia de muitos e a insensibilidade da maioria à natureza dos fenômenos sociais e econômicos produzem o caos, cuja saída, sempre catastrófica, é o despotismo sanguinário. Bem perto de nós está colocado um grande espelho. Cumprir fixar nele os olhos escarmentados, para desviar a calamidade que pode também desabar sobre a nossa cabeça. O voto é garantia da liberdade (08/09/1962, p. 12).

De sua prisão em um hotel de Bariloche, em entrevista à revista *O Cruzeiro*, feita por Maria do Carmo Alcorta, em abril de 1963, o ex-presidente Arturo Frondizi avalia a situação econômica e política da Argentina, defendendo a necessidade de crescimento industrial e de coalização política. Sobre as relações com o Brasil, Frondizi assegura que seu governo teve a intenção de estreitar a cooperação econômica e política, embora as instabilidades políticas internas de ambos os países tenham atrapalhado o processo:

... no momento em que o Brasil e a Argentina tratam de fazer desaparecer suas diferenças, para não funcionar com termos antinômicos, mas complementares, aparecem simultaneamente grandes dificuldades políticas em um e outro país. Durante meu governo, empenhei-me em afirmar os laços de amizade com o Brasil, para apresentar uma política comum em muitos aspectos. Encontrei a melhor boa vontade e iniciativa de grande valor naquele país. A oposição veio de outra parte e atuou com as consequências que se pode apreciar (20/04/1963, p. 127).

Sem dúvida, entre março de 1962, quando Frondizi foi deposto, e abril de 1963, momento da publicação da entrevista, a Argentina e o Brasil passaram por turbulências políticas internas. Enquanto que o primeiro foi palco de um golpe militar e da ascensão de um governo (José Maria Guido) com frágil base de apoio, como se viu, o segundo contornava a renúncia de Jânio Quadros com o regime parlamentarista, substituído pelo presidencialismo após o plebiscito de janeiro de 1963. O governo Guido ainda conviveu com o conflito entre a ala “azul” e “colorada” do exército argentino, conturbação cujo desfecho deu condições para as eleições presidenciais que levaram Arturo Illia, da União Cívica Radical do Povo (UCRP) à presidência, em outubro de 1963.

No mês seguinte, Theophilo de Andrade escreveu uma coluna sobre o novo governo argentino, argumentando que, apesar dos distúrbios políticos internos sofridos pelos dois países, o caminho da concertação entre ambos deveria ser reforçado, nos marcos, porém, do pan-americanismo e não da PEI:

Nas relações com o Brasil, de importância vital para os dois países, já foi dado um passo importante com os contatos tidos com o Sr. Araújo Castro, titular do Itamarati, para recolocar em termos históricos uma amizade secular, que não podia ficar na dependência do desenvolvimento da orientação iniciada em Uruguaiana, pelos Srs. Frondizi e Jânio Quadros, e que se esfacelou e partiu do momento em que o primeiro foi deposto, e o segundo renunciou. O nosso diálogo com a Argentina é permanente, dada a situação geográfica, e o fato de terem os dois países economias complementares. As relações mútuas podem ser promissoras e ativas. Dentro do Pan-Americanismo, porém, é difícil passar por cima do fato de que o governo de Buenos Aires continuará rompido com o de Havana, ao passo que o Itamarati, dada a demagogia do Governo de Brasília, continua em lua-de-mel com o tirano do Caribe (09/11/1963, p. 18).

Para Theophilo de Andrade, a política externa independente era um obstáculo tanto para o pan-americanismo quanto para a consolidação do Brasil como a principal liderança política da América do Sul. A queda de Jango através do golpe militar de 1964, porém, aos olhos de Theophilo de Andrade, abriu a possibilidade do Brasil retornar ao sistema de segurança coletivo liderado pelos Estados Unidos e, assim, alcançar o posto de hegemonia na região. É o que se verifica no artigo “Rio capital da América”, de dezembro de 1965:

Escrevo sobre esta II Conferência Interamericana Extraordinária [da OEA] na véspera da sua inauguração no Hotel Glória, quando, portanto, ainda não são conhecidas as teses que serão apresentadas, não se podendo, destarte, prever o curso de sua evolução. Uma coisa, porém, devemos constatar, “ab initio”:

constitui ela um reconhecimento do governo saído da revolução brasileira de 31 de março do ano passado, e – podemos também acrescentar – do papel que representou no sentido de defesa e manutenção da democracia em nossa hemisfério. (...) Sem aquela revolução, é muito provável que esta conferência nunca se pudesse realizar, porque, já então, o Brasil estaria com um governo “castrista”, do modelo cubano, e muitas das outras nações do nosso hemisfério teriam sido contaminadas pelo germe do comunismo internacional (11/12/1965, p. 30).

De modo explícito, Theophilo de Andrade vincula o regime militar brasileiro ao concerto americano:

A revolução de 31 de março reitegrou o nosso país na orientação tradicional que recebera dos estadistas do Império e da República. Procuramos realizar, como afirmou, mais de uma vez, o presidente Castello Branco, o que representa, de fato, a aspiração e a tendência do povo brasileiro: a criação de um Estado democrata, ocidentalista e pan-americano. Encontramo-nos, por esta forma, na posição de sermos não somente os hospedeiros, mas também os conselheiros, os colaboradores e os participantes de uma política verdadeiramente americana, que tome em consideração os fatores geográficos, históricos e políticos que tem orientado a vida das nossas nações, desde o momento em que entram para o concerto do Mundo, há século e meio (11/12/1965, p. 30).

Com o exame das colunas e reportagens sobre as relações da Argentina com o Brasil entre 1946 e 1966, percebe-se o enorme espaço ocupado pelo tema nas fotorreportagens da revista (Tabela 5). Enquanto as relações interamericanas da Argentina foram o foco de uma grande quantidade de colunas sobre política internacional, como se viu no capítulo anterior, o perigo e a posterior parceria argentina em relação ao Brasil mereceu destaque de inúmeras matérias com registro fotográfico. Conforme vem se afirmando, o público leitor alcançado pelas fotorreportagens é relativamente maior do que o dos artigos. Assim, os argumentos favoráveis à democracia e ao concerto americano presentes nas reportagens sobre as relações Argentina-Brasil buscaram legitimidade perante os leitores através da combinação entre texto e imagem. Cabe destacar a produção simbólica de David Nasser, que através das denúncias de supostas conspirações peronistas contra a soberania nacional brasileira e latino-americana expressou a defesa da democracia (respeito ao contrato social) e da concertação diplomática continental (sem afastamento dos Estados Unidos). Com uma dúzia de artigos sobre o assunto, Theophilo de Andrade claramente expôs uma visão de mundo contrária ao distanciamento da América Latina aos ideais pan-americanos, sobretudo no combate ao comunismo (especificamente, a expulsão de Cuba da OEA).

Tabela 5 – Jornalistas, Colunas e Fotorreportagens do Capítulo 3

Jornalistas	Colunas		Fotorreportagens	
	<i>Concerto</i>	<i>Democracia</i>	<i>Concerto</i>	<i>Democracia</i>
Alceu Moreira				1
Alceu Penna				1
Antônio Ronek				1
Arlindo Silva			2	3
Armando Nogueira			2	
Austregésilo de Athayde		2		
Carlos Castelo Branco			2	
Carlos Gaspar			1	
Daniel Caetano			1	
David Nasser			9	2
Equipe de <i>O Cruzeiro</i>			1	
Horácio Andres Frasca			1	
João Martins				1
Josué Guimarães				5
Luciano Carneiro			1	
Maria do Carmo Alcorta			1	
Mario Camarinha				1
Neiva Moreira			1	
Tabajara Tajés			1	
Theophilo de Andrade	6	6		
Ubiratan Lemos				1
Yedo Mendonça				3

Incapaz de controlar uma série de forças políticas, como o peronismo, os sindicatos, a esquerda radicalizada, as Forças Armadas e a direita liberal, como se viu no segundo capítulo, o governo de Arturo Illia seria derrubado por uma nova intervenção militar, em junho de 1966. Encerrava-se naquele momento os onze anos da história política argentina em que a democracia foi restringida e, por vezes, interrompida pelas Forças Armadas. Uma fase marcada pela defasagem entre o peronismo e os grupos políticos, pela maior mobilização sindical peronista e pela presença dos militares na arena política como tutores da democracia e, por fim, como mandatários de um Estado autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que o objetivo central da pesquisa foi analisar a crítica de *O Cruzeiro* sobre a Argentina nas relações interamericanas entre 1946 e 1966, questionou-se a respeito do significado simbólico das publicações a respeito do tema. A hipótese aqui defendida foi a de que as matérias contêm um sentido ideológico de defesa da democracia e do concerto Americano, isto é, cumprem o papel ideológico de expressar uma visão de mundo favorável à ordem democrática e à concertação política e econômica do continente.

Ao longo dos capítulos dois e três, perseguiu-se a comprovação da hipótese com o exame de um conjunto de matérias que abordou dois grandes eixos-temáticos: as relações da Argentina com o continente americano e com o Brasil. Em ambos, as produções simbólicas (as matérias) trataram de expor ideias, projetos ou programas (democracia e concerto americano) que buscavam legitimidade perante a sociedade. O conteúdo das ideias de democracia e de concerto americano representado nas publicações, no entanto, não foi único ou homogêneo. Sutis diferenças foram constatadas com a análise das reportagens e artigos dos jornalistas do semanário. Dentro de um espaço de disputa inerente ao campo jornalístico, compreende-se a pluralidade de concepções e argumentos produzida e veiculada no periódico.

Em relação à ideia de democracia, percebeu-se uma dupla concepção: a do respeito ao contrato social e, assim, dos princípios básicos do liberalismo individual e político; e o da quebra do contrato em nome do combate à ameaça às liberdades individuais. O governo Perón, como se viu, foi caracterizado como um regime personalista, militarista, autoritário, fascista e agressor à liberdade de expressão. Este foi o conteúdo essencial das matérias de Drew Pearson, Theophilo de Andrade, David Nasser e Austregésilo de Athayde. Elas expressam a concepção de que a democracia é o respeito à liberdade individual (liberdade de expressão) e política (o Estado sob controle da sociedade civil mediante o contrato social). No período pós-1955, contudo, a democracia ganhou um sentido mais polissêmico,

uma vez que o combate ao peronismo e aos planos conspiratórios para o retorno de Perón ao poder foi usado como justificativa para intervenções militares no processo democrático. Novamente Drew Pearson e Theophilo de Andrade foram os jornalistas que sustentaram tal argumentação. Para eles, a ideia de democracia adquiriu um sentido de quebra do contrato social em benefício da defesa da liberdade individual, cabendo ao Estado o papel de interceder em favor da ordem democrática. Ao invés da sociedade civil controlar o Estado, era este que deveria assumir a tutela daquela. Já Austregésilo de Athayde, David Nasser e Tabajara Tajés, conforme visto, mantiveram a argumentação essencial de defesa do contrato social, revelando preocupações quanto à ordem democrática no continente em decorrência dos golpes militares argentinos.

No que diz respeito à ideia de concerto americano, também se percebeu duas concepções: a concertação interamericana como sinônimo do pan-americanismo e como expressão do multilateralismo latino-americano. O governo Perón foi acusado de isolacionista, interventor, antiamericano e pró-socialista, posturas que colocavam em risco a paz continental. Tal conteúdo foi central nos argumentos das matérias daquele período, especialmente nas de Drew Pearson e Theophilo de Andrade. A ideia de concerto americano, assim, expressava o pan-americanismo das relações continentais, que, na conjuntura da Guerra Fria, propunha o alinhamento político da América Latina aos Estados Unidos (segurança coletiva contra a União Soviética) e acordos comerciais pautados no livre-comércio entre ambos (exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados por parte dos países latino-americanos). No período da democracia limitada pelos militares, a concertação política e econômica da América passou a significar não apenas o pan-americanismo, como também o multilateralismo latino-americano. Reportagens e artigos fundamentalmente de Theophilo de Andrade apoiaram a Operação Pan-Americana (OPA) e a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), que foram iniciativas latino-americanas para obter multilateralmente investimentos dos Estados Unidos (no caso da OPA) e integração gradualista-comercialista (no caso da ALALC). Também houve argumentos favoráveis à Aliança para o Progresso por parte de Drew Pearson e Theophilo de Andrade, assim como à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelos mesmos jornalistas, com reforço de Austregésilo de Athayde. A questão cubana ainda foi usada por Andrade para repudiar a Política Externa Independente (PEI) do governo brasileiro naquela conjuntura. Por mais que os jornalistas não tenham problematizado a iniciativa, os objetivos e a forma de integração dos projetos,

conforme visto no exame dos capítulos, convergiram no apoio à aproximação (e não a distância) aos Estados Unidos. Cabe destacar que, tomando-se os dois colunistas de política internacional da revista, Drew Pearson e Theophilo de Andrade, pareceu claro que ambos defenderam o pan-americanismo ao longo dos vinte anos aqui analisados, enquanto que o apoio ao multilateralismo latino-americano ficou por conta apenas do segundo, especialmente após 1955.

O apoio ao pan-americanismo e também ao multilateralismo latino-americano via OPA e CEPAL, importa registrar, não habilita a conclusão de que as matérias expressaram a defesa do projeto liberal de desenvolvimento. O paradigma desenvolvimentista presente nos projetos multilaterais de iniciativa latino-americana não recebeu críticas negativas por parte dos jornalistas. Mesmo os governos Frondizi e Illia, cujas plataformas políticas incluíam a visão desenvolvimentista, não sofreram restrições a esse respeito. Mais do que o projeto nacionalista ou desenvolvimentista, as colunas e os artigos aqui analisados rejeitaram o fenômeno do peronismo, algo histórica e geograficamente delimitado, isto é, referente ao governo Perón e ao seu legado na política argentina. A crítica à PEI, por sua vez, foi centrada no não-alinhamento aos Estados Unidos, não se estendendo à discussão sobre a associação ou não ao capital estrangeiro. Por isso, salienta-se que a função ideológica cumprida pelas produções simbólicas de revista foi a defesa de ideias amplas – a democracia e o concerto americano –, dentro das quais caberiam as variações há pouco comentadas.

O estudo das matérias também evidenciou o surgimento de “duas Argentinas” nas páginas do periódico: a de Juan Domingo Perón e a dos governos tutelados pelos militares. A Argentina de Perón, com se viu, principalmente nas colunas de Drew Pearson e Theophilo de Andrade, foi tratada como um empecilho para o pan-americanismo, um país com pretensões intervencionistas na região, patrocinador de ditaduras, em dissintonia com a concepção pan-americana de concertação continental. Nas relações com o Brasil, as fotorreportagens, especialmente de David Nasser e Josué Guimarães, destacaram o perigo para o Brasil de a Argentina peronista vir a se tornar a maior liderança política regional. Por outro lado, a Argentina de Lonardi, Aramburu, Frondizi, Guido e Illia foi saudada pelos jornalistas como sendo aquela inserida no pan-americanismo e no multilateralismo latino-americano, conforme mencionado acima. A parceria com o Brasil, sobretudo nas questões relativas à OPA e ao neutralismo em relação a Cuba na conferência de Punta del Este, foi o tema central das reportagens, fotografias e colunas daquele período. Até mesmo

a crítica negativa de Theophilo de Andrade à PEI destacou a aproximação de Frondizi com o Brasil naquele tema.

Um papel importante na produção e emissão de formas simbólicas das ideias de democracia e de concertação continental foi o desempenhado pelas fotorreportagens. Ao longo do espaço de tempo aqui delimitado, os vinte anos entre 1946 e 1966, foi selecionada uma série de 36 páginas com fotografias sobre as “duas Argentinas”. Examinando-se o conjunto de imagens, percebeu-se a representação simbólica da condenação ao autoritarismo de Perón (Figuras 1, 2, 3, 4, 12 a 31), da valorização explícita da democracia (Figuras 8, 9, 10, 11 e 12) e do concerto americano (Figuras 5, 6, 7, 32 a 37). Texto e imagem se constituíram em produções simbólicas do ideário democrático e de concertação internacional, visando parecer legítimos ao público leitor. Desta maneira, exerceram a função ideológica de defender uma visão de mundo perante a sociedade.

O panorama político interno da Argentina e externo do âmbito americano foi caracterizado por processos históricos importantes entre os anos 1940 e 1960. Os dois mandatos de Perón, a queda do presidente, os cinco governos tutelados pelas Forças Armadas, as agitações sociais via sindicato dos trabalhadores, as eleições e as intervenções militares no país estão entre os eventos que marcam a instabilidade política argentina naquelas décadas. O pan-americanismo em declínio, o multilateralismo latino-americano em articulação, a tensão continental provocada pela revolução cubana, a busca pela aproximação dos Estados Unidos com a América Latina através da Aliança para o Progresso e as relações de rivalidade e parceria entre a Argentina e o Brasil, por sua vez, fazem parte das relações interamericanas naquele período.

Através de reportagens e artigos, sobretudo das colunas sobre política internacional, o semanário *O Cruzeiro* deu conta da trama política mencionada. A maior revista brasileira em circulação durante o espaço de tempo aqui delimitado abrigou jornalistas que produziram visões de mundo, as quais foram representadas simbolicamente nas matérias. Através das páginas do periódico, a defesa dos largos conceitos de democracia e de concerto americano pretendeu ser uma ideia convincente para o público leitor. A emissão da forma e do conteúdo das publicações cumpriu uma função ideológica de sustentar os projetos políticos que se aproximassem daquilo que aqui se entendeu ser o conceito de democracia e de concertação continental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAITZ, Rafael. **Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)**. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2003.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.
- BELTING, Hans. **Antropologia de la imagen**. Madrid: Katz, 2010.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In.: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUENO, Clodoaldo. História das relações internacionais: conceituação e fontes in **Memória da IIª Semana da História**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1980.
- BUSTAMANTE, Norberto (Et.Al.). **El Populismo em La Argentina**. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1974.
- CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y Democracia (1955-2006)**. Buenos Aires: Ariel, 2009.
- CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- CERVO, Amado Luiz. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- COELHO, Maria Beatriz. O campo da fotografia profissional no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p.79-99, Jan/Jun 2006.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=>

[2HRUWx_26A8C&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Luiz+Maklouf+Carvalho%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=VmbIU7ivMfDgsASE5ILQDw&ved=0CBsQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](https://www.researchgate.net/publication/264882622Luiz+Maklouf+Carvalho%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=VmbIU7ivMfDgsASE5ILQDw&ved=0CBsQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 08 Ago. 2014.

FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FIGARI, Guillermo Miguel. **Pasado, presente y futuro de la política exterior argentina**. Buenos Aires: Biblos, 1993.

GAMBINI, Hugo. **Historia del Peronismo: la violencia (1956-1983)**. Buenos Aires: Javier Vergara, 2008.

GIULIANI, Alejandra. Conformación y límites de la alianza peronista (1943-1955). In: LUQUE, Susana (Et. Al.). **Historia Argentina Contemporánea: pasados presentes de la política, la economía y el conflicto social**. Buenos Aires: Dialektik, 2008.

GUAREZI, Vagner Paulo Cazarotto. **Visão de um jornalista norte-americano na imprensa brasileira: Drew Pearson na revista *O Cruzeiro*: 1959-1961**. Passo Fundo, Dissertação de Mestrado – UPF, 2014.

JOLY, Martine. **La Imagen Fija**. Buenos Aires: La Marca, 2003.

KERN, Maria Lúcia. História da Arte, Estudos Visuais, Cultura Visual: combates e debates. **XXXI Anais do Colóquio Brasileiro de História da Arte**, 2012.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.jun.2006.

LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 2003.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional**. Porto Alegre, Tese de Doutorado – PUCRS, 2010.

MAUAD, Ana Maria, LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

MEYRER, Marlise Regina. **Representações do Desenvolvimento nas Fotorreportagens da Revista *O CRUZEIRO* (1955-1957)**. Porto Alegre, Tese de Doutorado - PUCRS, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAES, Fernando. **Chatô, rei do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

- MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1991.
- NETTO, Accioly. **Império de Papel: os bastidores de O Cruzeiro**. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- O'DONNELL, Guillermo. **Contrapuntos: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización**. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.
- SEBRELI, Juan José. **Crítica de las ideas políticas argentinas**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- SENKMAN, Leonardo. La derecha y los gobiernos civiles, 1955-1976. In: ROCK, David (Et. Al.). **La derecha argentina: nacionalistas, neoliberales, militares y clericales**. Buenos Aires: Javier Vergara, 2001.
- SILVEIRA, Helder Gordim da. **Integração Latino-Americana: projetos e realidades**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.
- SIRVÉN, Pablo. **Perón y los medios de comunicación**. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- VILCHES, Lorenzo. **Teoría de la imagen periodística**. Barcelona: Paidós, 1997, p. 19-77.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MATÉRIAS DA REVISTA

ALCORTA, Maria do Carmo. Frondizi fala sobre Frondizi. N. 28, Ano XXXV, 20/04/1963, p. 124-127.

ANDRADE, Theophilo de. As táticas de Perón. N. 30, Ano XXV, 09/05/1953, p. 66.

ANDRADE, Theophilo de. “New Deal” Argentino. N. 5, Ano XXXVI, 09/11/1963, p. 18.

ANDRADE, Theophilo de. “Perón Cumple”. N. 37, Ano XXIV, 28/06/1952, p. 53.

ANDRADE, Theophilo de. A “Tournée” da Boa Vizinhança. N. 24, Ano XXXII, 26/03/1960, p. 114.

ANDRADE, Theophilo de. A crise e a política externa. N. 49, Ano XXXIII, 19/09/1961, p. 20.

ANDRADE, Theophilo de. A Doutrina anti-Monroe e a reação militar. N. 38, Ano XXXV, 29/06/1963, p. 114-115.

ANDRADE, Theophilo de. A marcha da revolução argentina. N. 5, Ano XXVIII, 19/11/1955, p. 18H.

ANDRADE, Theophilo de. A queda de Perón. N. 52, Ano XXVII, 08/10/1955, p. 89.

ANDRADE, Theophilo de. A revolução e a política externa. N. 30, Ano XXXVI, 02/05/1964, p. 82.

ANDRADE, Theophilo de. Aliança para o Progresso e investimentos. N. 31, Ano XXXV, 11/05/1963, p. 106-107.

ANDRADE, Theophilo de. Cabeça-de-Ponte Vermelha na América. N. 15, Ano XXXIV, 20/01/1962, p. 72.

ANDRADE, Theophilo de. Condenação de Trujillo. N. 48, Ano XXXII, 10/09/1960, p. 50-D.

ANDRADE, Theophilo de. Cuba e o Brasil. N. 35, Ano XXXIII, 10/06/1961, p. 34.

ANDRADE, Theophilo de. Entendidos e Mal-Entendidos entre os Estados Unidos e a América Latina. 18/10/1958, N. 1, Ano XXXI, p. 80.

ANDRADE, Theophilo de. Erro de cálculo derrotou Frondizi. N. 28, Ano XXXIV, 21/04/1962, p. 104-106.

ANDRADE, Theophilo de. Fidel Castro expulso da OEA. N. 19, Ano XXXIV, 17/02/1962, p. 108-113.

ANDRADE, Theophilo de. John Foster Dulles e o Brasil. N. 45, Ano XXX, 23/08/1958, p. 67.

- ANDRADE, Theophilo de. Meio século depois de Rio Branco. N. 21, Ano XXXIV, 03/03/1962, p. 98.
- ANDRADE, Theophilo de. Nota alta e nota baixa em Montevideo. N. 48, Ano XXXIII, 09/09/1961, p. 34.
- ANDRADE, Theophilo de. O Adiamento da Conferência Pan-Americana. N. 13, Ano XXXII, 09/01/1960, p. 18.
- ANDRADE, Theophilo de. O Caldeirão Latino-Americano. N. 41, Ano XXIX, 27/07/1957, p. 35.
- ANDRADE, Theophilo de. Perón e a Igreja. N. 9, Ano XXVII, 11/12/1954, p. 5.
- ANDRADE, Theophilo de. Perón e os métodos de tortura de sua “gestapo”. N. 34, Ano XXIV, 07/06/1952, p. 45.
- ANDRADE, Theophilo de. Perón, Stálin e as Estátuas. N. 21, Ano XVIII, 10/03/1956, p. 74-E.
- ANDRADE, Theophilo de. Pronunciamento e Policiamento. N. 44, Ano XXXV, 10/08/1963, p. 112-113.
- ANDRADE, Theophilo de. Rio capital da América. N. 10, Ano XXXVIII, 11/12/1965, p. 30-31.
- ANDRADE, Theophilo de. Sangue na Argentina. N. 38, Ano XVIII, 07/07/1956, p. 106.
- ANDRADE, Theophilo de. Reforma Cambial Argentina. N. 15, Ano XVIII, 28/01/1956, p. 16-18.
- ATHAYDE, Austregésilo de. A Argentina em Marcha. N. 44, Ano XXIX, 17/08/1957, p. 4.
- ATHAYDE, Austregésilo de. A Fábula do Diabo. N. 2, Ano XXVIII, 29/10/1955, p. 5.
- ATHAYDE, Austregésilo de. O grande espelho argentino. N. 48, Ano XXXIV, 08/09/1962, p. 12.
- BARBOSA, João Alberto Leite. A Hora da América Latina. N. 1, Ano XXXIV, 14/10/1961, p. 104.
- BARBOSA, João Alberto Leite. IKE e JK “recauchutam” Pan-Americanismo. 05/03/1960, N. 21, Ano XXXII, p. 106.
- BARBOSA, João Alberto Leite. Jânio é o homem certo para Kennedy. N. 29, Ano XXXIII, 29/04/1961, p. 120-124.
- BARROSO, Ivo. O mercadinho latino-americano. N. 4, Ano XXXVI, 02/11/1963, p. 40-41.

- CAETANO, Daniel. Arinos fala sobre Cuba etc. N. 35, Ano XXXIII, 10/06/1961, p. 20-21.
- CAMARINHA, Mário, FREUND, Gisele. A vida íntima de Eva Perón. N. 14, Ano XXIII, 20/01/1951, p. 12-18; 96.
- CARDOSO, Lycurgo, RONEK, Antônio. Trama Peronista no Sul. N. 36, Ano XXIX, 22/06/1957, p. 38-41.
- CARNEIRO, Luciano. Uruguai e Brasil. N. 17, Ano XXIX, 09/02/1957, p. 94-97.
- CASTELO BRANCO, Carlos. Forças Armadas Apreensivas. 20/06/1959, N. 36, Ano XXXI, p. 116-120.
- FERREIRA, Jorge, LEITE, Nicolau. Os últimos dias de Eva Perón. N. 31, Ano XXIV, 17/05/1952, p. 130-135; 138.
- FERREIRA, Jorge, PINTO, José. Peron Invade o Paraguai. N. 7, Ano XXVII, 27/11/1954, p. 34N-37.
- FRASCA, Horácio Andres. Aramburu Fala. N. 52, Ano XXVIII, 13/10/1956, p. 12-14.
- Fronzizi, paz na Argentina. N. 28, Ano XXX, 19/04/1958, p. 116-119.
- GASPAR, Carlos. Perón contra a Igreja. N. 14, Ano XVII, 15/01/1955, p. 44-45.
- GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. A tirania pelo medo. N. 24, Ano XXII, 01/04/1950, p. 40-42; 48; 52.
- GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. Aluga-se uma revolução. N. 29, Ano XXII, 06/05/1950, p. 50-51; 70.
- GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. Complôs de Mentira. N. 25, Ano XXII, 08/04/1950, p. 44-46; 56; 74; 68.
- GUIMARÃES, Josué, KEFFEL, Ed. Jornalismo – o maior inimigo das ditaduras. N. 26, Ano XXII, 15/04/1950, p. 44-46; 64.
- MARTINS, João. Um ditador em férias. N. 1, Ano XXVIII, 22/10/1955, p. 6-11.
- MENDONÇA, Yedo, AUDI, Jorge. O terror domina Buenos Aires. N. 40, Ano XXV, 18/07/1953, p. 40-41; 56; 54; 62.
- MENDONÇA, Yedo. AUDI, Jorge. Perón contra Evita. N. 35, Ano XXV, 13/06/1953, p. 54-47; 42; 48.
- MENDONÇA, Yedo. Juan Duarte. N. 36, Ano XXV, 20/06/1953, p. 46-48; 52; 58; 44.
- MORAES, Mario. Alsogaray e o futuro da Argentina. N. 3, Ano XXXV, 27/10/1962, p. 32-33.
- MORAES, Mario. Argentina: pausa para a legalidade. N. 1, Ano XXXV, 13/10/1962, p. 132-137.

- MOREIRA, Neiva, DAMM, Flávio. Perón assalta o Uruguai. N. 12, Ano XXV, p. 6-14; 98.
- NASSER, David, MANZON, Jean. Bancarrota Argentina. N. 17, Ano XXI, 12/02/1949, p. 12-20; 24.
- NASSER, David. Espionagem de Perón no Brasil. Os agentes argentinos no Rio. N. 28, Ano XXI, 30/04/1949, p. 42-44; 62.
- NASSER, David. Espionagem de Perón no Brasil: “só a morte calará a minha voz”. N. 27, Ano XXI, 23/04/1949, p. 76-77; 82.
- NASSER, David. Espionagem de Perón no Brasil: documento revelador. N. 29, Ano XXI, 07/05/1949, p. 28-29; 90.
- NASSER, David. Fantoche de Perón. N. 50, Ano XXV, 26/09/1953, p. 54-56.
- NASSER, David. Lição de Macho. N. 28, Ano XXXIV, 21/04/1962, p. 4-5.
- NASSER, David. Menina de 4 anos – expulsa por Perón. N. 47, Ano XXV, 05/09/1953, p. 46-47; 52.
- NASSER, David. O drama argentino: marcado por Perón. N. 50, Ano XXII, 30/09/1950, p. 25-26; 46.
- NASSER, David. O Perigo Argentino – para Dutra ler na cama. N. 51, Ano XIX, p. 30-31.
- NASSER, David. Perón insulta o Brasil: “uma república de bêbados”. N. 51, Ano XXII, 07/10/1950, p. 14-18; 20.
- NASSER, David. Tango do Adeus. N. 53, Ano XVII, 15/10/1955, p. 12-13.
- NOGUEIRA, Armando. O caminho da América Latina. 23/08/1958, N. 45, Ano XXX, p. 28-34.
- OLIVEIRA, Franklin de. Violência e Ignomínia. N. 22, Ano XXIII, 17/03/1951, p. 7.
- PEARSON, Drew. A América Latina apoiará os E.E.U.U.? N. 5, Ano XXI, 20/11/1948, p. 70.
- PEARSON, Drew. A América unida contra o comunismo. N. 30, Ano XXI, 14/05/1949, p. 28.
- PEARSON, Drew. A Argentina pretende dominar a América. N. 32, Ano XX, 29/05/1948, p. 64.
- PEARSON, Drew. A nação menos democrática da América. N. 21, Ano XXI, 12/03/1949, p. 64.
- PEARSON, Drew. A restauração da política da boa vizinhança. 27/09/1958, p. 114.

- PEARSON, Drew. A Revolta do Paraguai e Perón. N. 39, Ano XXVI, 10/07/1954, p. 18-D.
- PEARSON, Drew. Moscou arma árabes e judeus. N. 18, Ano XXI, 12/02/1949, p. 66.
- PEARSON, Drew. Perón às voltas com os comunistas. N. 33, Ano XXI, 04/06/1949, p. 88.
- PEARSON, Drew. Perón contra o Continente. N. 30, Ano XX, 15/05/1948, p. 34.
- PEARSON, Drew. Perón e a visita a Milton Eisenhower. N. 50, Ano XXV, 26/09/1953, p. 86.
- PEARSON, Drew. Perón tentou intervir no Paraguai. N. 12, Ano XX, p. 16.
- PEARSON, Drew. Por que se suicidou o cunhado de Perón. N. 32, Ano XXV, p. 40.
- PEARSON, Drew. Terror em Buenos Aires. N. 36, Ano XX, 26/06/1948, p. 24.
- PEARSON, Drew. Truman ainda espera ser candidato. N. 31, Ano XX, 22/05/1948, p. 34.
- PENNA, Alceu. O Tesouro de Eva Perón. N. 12, Ano XVIII, p. 54-63.
- RAMALHO, Eduardo. Um passo para a paz. N. 42, Ano XXXV, 27/07/1963, 118-119.
- RONEK, Antonio. O tesouro que Perón esqueceu. N. 3, Ano XVIII, 05/11/1955, p. 34B-34G.
- SILVA, Arlindo, DAMM, Flávio. Por que caiu Perón? N. 51, Ano XXVII, 01/10/1955, p. 4-11.
- SILVA, Arlindo, DAMM, Flávio. Santa Evita. N. 38, Ano XXVII, 02/07/1955, p. 72-77.
- SILVA, Arlindo. Conspiração Perón. N. 39, Ano XXIX, 13/07/1957, p. 90-98.
- SILVA, Arlindo. Os cinco dedos de Perón no Brasil. N. 44, Ano XXIX, 17/08/1957, p. 62-70.
- SILVA, Arlindo. Perón, o amor nunca perdoa. N. 12, Ano XXXVII, 26/12/1964, 8-13.
- SILVA, Arlindo. Perón. N. 53, Ano XVII, 15/10/1955, p. 6-11.
- SILVA, Arlindo. Ponta de Lança dos Descamisados: propaganda de Perón nos sindicatos operários de São Paulo. N. 15, Ano XX, 31/01/1938, p. 37-38; 56.
- SILVA, Camarinha da. Fracasso dos peronistas da imprensa. N. 3, Ano XXIV, 03/11/1951, p. 34-36; 44.
- SILVA, Eugênio. A Conferência do Panamá. N. 43, Ano XVIII, 11/08/1956, p. 6-14D.
- SIQUEIRA, Herculano. América conversa sobre o futuro. 18/10/1958, N. 1, Ano XXXI, p. 72-76.
- TAJES, Tabajara. Forndizi caiu ao amanhecer. N. 27, Ano XXXIV, 14/04/1962, p. 6-15.
- TAJES, Tabajara. Jânio e Frondizi na fronteira. N. 31, Ano XXXIII, 13/05/1961, p. 18-19.

WAINER, Samuel. Óleo para a grande aventura de Perón. N. 29, Ano XIX, 10/05/1947, p. 34-36; 40.